



**GOVERNO FEDERAL
MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE**

**29ª Reunião Ordinária da Câmara Técnica de
Qualidade
Ambiental e Gestão de Resíduos – CTQAGR.**

**Brasília/DF.
17 de Maio de 2018.**

(Transcrição ipso verbo)
Empresa ProixL Estenotipia

1 **A SR^a. ZILDA MARIA FARIA VELOSO – Presidente da CTQAGR (MMA) –** Bom
2 dia, bom dia. Eu acho que já temos quórum, com certeza. Podemos começar. Nós
3 vamos botar primeiro o resultado da última reunião pra gente poder aprovar. Eu
4 acho que esse é o primeiro ponto da pauta. Bom dia. Vocês estão me ouvindo?
5 Bom dia a todos e a todas. Sejam bem-vindos. Depois aí de janeiro, fevereiro,
6 março, abril e maio, três meses sem nos reunirmos, retomamos aqui o debate na
7 Câmara Técnica. Bom dia. Vamos colocar lá a pauta. Beleza, Larissa. Vocês
8 teriam alguma alteração prevista na transcrição da 28^a? André. Começar pelo Rio
9 de Janeiro.

10
11
12 **O SR. ANDRÉ LUIZ FELISBERTO FRANÇA (INEA/RJ) –** Bem rapidamente.
13 André, Rio de Janeiro. No primeiro dia, na linha 1662, a transcrição foi correta, foi
14 uma fala da Priscila da CMN, mas a indicação foi da Priscila Rocha da CNI, como
15 esse foi o resultado da votação, eu acho que é importante alterar, senão fica
16 parecendo que a CNI votou duas vezes e é o art. 3º, que era o mais polêmico de
17 toda a Resolução. Então, essa confusão aconteceu em outras partes da
18 transcrição, mas esse aqui que eu acho que era o mais importante, mas acho que
19 vale rever também nos outros.

20
21
22 **A SR^a. ZILDA MARIA FARIA VELOSO – Presidente da CTQAGR (MMA) –**
23 Obrigada, André. Priscila está...

24
25
26 **O SR. ANDRÉ LUIZ FELISBERTO FRANÇA (INEA/RJ) –** Tem mais um ponto
27 aqui. Aconteceu a mesma coisa com o Renato, que é o nosso representante da
28 ABEMA, de Minas, a transcrição tá certa, a gente pode ver sempre pela
29 identificação Renato, ABEMA, ou Renato, Minas. Mas, a indicação do nome na
30 transcrição agora já na linha 2497 saiu como Renato Lima Figueiredo Sampaio,
31 suplente do MME. Então, também poderia trazer alguma confusão pra quem não
32 acompanhou a reunião e quisesse ter acesso aqui aos registros. E por último, um
33 detalhe mais simples na linha 2588, eu leio a transcrição. *(Risos!)*. É que eu faço
34 no voo da vinda do Rio pra cá. *(Risos!)*. Eu já baixo no aeroporto e venho lendo.
35 Na linha 2588 saiu COPTS, na verdade, eu estava falando do CO e do PTS, aí
36 saiu junto, é só para não ficar nenhuma dúvida. Tem uma vírgula, CO, vírgula,
37 PTS. E por último, deixa eu ver aqui, é o comentário do Renato, que também saiu
38 na linha 6773, e o nome correto da Representante do CNM é Priscila Bernardes
39 Álvares, e não Priscila Rocha, que é a representante da CNI, que também fez
40 algumas intervenções. Como aconteceu no registro da votação do art. 3º, eu achei
41 que era importante ficar claro. É só isso.

42
43
44 **A SR^a. ZILDA MARIA FARIA VELOSO – Presidente da CTQAGR (MMA) –**
45 Obrigada Renato, oh André. *(Risos!)*. Obrigada. Bom, gente, essa reunião foi

46 convocada com uma proposta de alteração da Resolução 375, de 2006, que
47 define critérios e procedimentos pro uso agrícola de lodo de esgoto, gerados em
48 estações de tratamento de esgoto sanitários e seus produtos derivados. Foi... O
49 CONAMA recebeu uma proposta de alteração da ABES, que promoveu um longo
50 debate, a ABES vai ter a oportunidade de apresentar essa proposta na sequência.
51 A ABES apresentou uma proposta, que na realidade é uma proposta, não é uma
52 mera alteração, mas é uma proposta de revisão da Resolução com um novo texto,
53 que revogaria a anterior. Ela passou pela avaliação do Ministério do Meio
54 Ambiente e do IBAMA, passou pelo CIPAM em 24 de abril passado e foi eleita a
55 sua admissibilidade pra ser discutida no Conselho. Ou seja, existiam indícios de
56 que pelos argumentos apresentados a Resolução pode ser revista, não se trata
57 propriamente de um parecer de concordância, ou não, né, mas um parecer de que
58 os indícios indicam que pode haver uma alteração, a discussão de uma possível
59 alteração na Resolução. Eu pediria, então na sequência, se todos concordarem,
60 pra que a ABES, que infelizmente não está mais na nossa Câmara Técnica,
61 fizesse a apresentação da proposta e aí na sequência a gente discute, pergunta e
62 toma as deliberações subsequentes. Eu pediria, então, a Célia Rennó, que já foi
63 aqui nossa colega por um longo período, que fizesse o uso da palavra.

64
65

66 **A SR^a. CÉLIA REGINA RENNÓ – TITULAR (ABES)** – Bem, bom dia a todos.
67 Célia Rennó da ABES. Primeiramente falar do prazer de estar aqui de volta com
68 vocês, né, a gente teve um período de trabalho, alguns Conselheiros mudaram,
69 mas alguns nós estamos nos encontrando aqui. É sempre muito bom voltar à
70 Câmara Técnica e rever esses assuntos que a gente conhece os debates que eles
71 levantam e que são muito importantes pra nossa sociedade. Tanto que a gente
72 entende isso, que a gente sempre tentou e sempre trabalhou aqui nesse processo.
73 A ABES, Associação Brasileira de Engenharia Sanitária e Ambiental, está sempre
74 envolvida nos trabalhos de revisão das questões do saneamento do nosso País,
75 apesar dele caminhar muito mais lentamente do que nós todos gostaríamos, a
76 gente tá sempre atento a esses assuntos e a sua influência dentro das ações que
77 a sociedade toma pra buscar aquela universalização. O nosso tema, o nosso lema
78 dentro da Associação é sempre a busca pela universalização, embora a gente
79 tenha tido..., não tenha tido tanto sucesso quanto nós gostaríamos como
80 sociedade, a gente entende que é importante que a gente tenha essa bandeira e
81 tenha entidades, como a ABES, né, que juntem a Sociedade Civil e tragam essa
82 bandeira aí pelo caminho a fora. Então, um dos temas que sempre, já foi objeto de
83 discussão aqui nessa Câmara durante vários anos e que culminou com a
84 375/2006, foi objeto de discussão muito acalorada, e nós tivemos essa Resolução,
85 ela foi utilizada durante cinco anos, tipo Classe A e B, e depois nós tivemos aí
86 esgotado o prazo para o lodo tipo B, hoje só existe tipo A, isso traz uma série de
87 consequências, mas não sou a especialista no assunto. Tá certo? Como sempre,
88 né Zilda, a gente vem aqui só como Conselheiro, mas nós tamo aqui
89 representando uma entidade com mais de cinco mil associados, a gente sempre
90 busca, dentro dos associados, as pessoas que possam trazer essa notícia. E hoje
91 eu vou apresentar para vocês o engenheiro Marcelo Miki, que tá aqui comigo, ele

92 é de São Paulo, ele é Coordenador-Adjunto da Câmara, a ABES tem Câmaras
93 Temáticas que discutem assuntos técnicos específicos, ele é Coordenador da
94 Câmara Temática de Tratamento de Esgoto. E, então ele tem uma especialidade,
95 mesmo dentro das especialidades, às vezes, ainda temos mais algumas. Mas, aí
96 nós trouxemos, ele vai apresentar o que foi realizado pela ABES pra trazer essa
97 proposta pro CONAMA e aí nós estamos aqui à disposição de vocês pra
98 discussão na Câmara, em grupos, onde for. O intuito da ABES é sempre trazer à
99 tona as discussões importantes pro Setor de Saneamento e que elas aconteçam
100 da maneira mais rápida, e mais eficiente pra sociedade em si. Tá? Muito obrigado.
101 Eu vou tá aqui o dia todo com vocês, é um prazer estar aqui com vocês.

102
103

104 **A SR^a. ZILDA MARIA FARIA VELOSO – Presidente da CTQAGR (MMA) –**
105 Obrigada, Célia. Então, vamos ver a apresentação.

106
107

108 **O SR. MARCELO MIKI (CT de Tratamento de Esgoto) –** Bom, então antes de
109 mais nada, a gente agradece a oportunidade aqui que foi aberta, né, da Câmara
110 Temática de abrir essa oportunidade da gente fazer a apresentação, né? A Célia
111 já me apresentou, a gente também fez esse trabalho com o INCT ETES
112 Sustentáveis, que é do grupo do pessoal de Minas Gerais, né. O INCT é Instituto
113 Nacional de Ciências e Tecnologias, né. Então, e temos essa proposta, né, a
114 gente foi feita uma documentação pedindo essa revisão da chamada RC 375.
115 Pode passar. Bom, então eu vou dar mais ou menos um *overview* assim bem
116 genérico, né, sobre o por que a justificativa da revisão, né. Bom, a gente existe
117 esse panorama aí do esgoto, de esgoto e lodo de esgoto no Brasil, né, a gente
118 tem alguns números, o IBGE, municípios com tratamento, com tratamento de
119 esgoto em ETES, né, e onde que o lodo é destinado, né. Então, teve, nesse
120 levantamento tem pessoas que informavam e pessoas que não informavam, mas
121 a grande maioria, como é visto aqui, né, do lodo onde é destinado 37% é feito o
122 encaminhamento para aterro sanitário, que é o grande destino aí das companhias
123 de saneamento hoje, né. Outros destinos ainda são 26%, reaproveitamento 14%,
124 tem umas coisas um tanto ruins constatar, por exemplo, têm locais que fazem
125 exposição no rio, né, uma abordagem até contraditória, a gente trata o esgoto e
126 depois eu joga no rio. Então, mas essa é a realidade, né. Por favor. Bom, e assim
127 só pra dar uma abordagem também na questão de fertilizantes, pra também dizer
128 que o Brasil em termos de fertilizantes, ele depende muito do mercado externo,
129 essa é só para dar um *overview* aí, uma visão geral da relação aí da demanda,
130 questão demanda e oferta de fertilizantes no Brasil. Então, aqueles blocos
131 amarelos lá é a produção nacional e o volume entregue, né. Então, tem, e no
132 debaixo tem a questão de importação e exportação, mas é pra dar a visão, né, o
133 conceito de que nós somos dependentes dos fertilizantes aí do exterior, né. Bom,
134 em 2013, né, o Alex Sampaio fez um trabalho em que ele colocou assim, dos
135 locais onde havia encaminhamento de lodo pra agricultura, né, o que isso
136 representava em termos de porcentagem do volume de fertilizantes? Então, foi
137 feito um levantamento aí Distrito Federal, São Paulo, Jundiaí; na época, São Paulo

138 fazia a disposição ainda agrícola, né, e representa uma porcentagem muito
139 pequena, né, 0,1% do volume de fertilizantes entregue para o uso na agricultura.
140 Ou seja, é inexpressivo isso, ou seja, não é uma ameaça, por exemplo, a indústria
141 de fertilizante, né? E por outro lado, né, se todo o esgoto, que ainda existe toda a
142 questão aí da universalização, né, se todo esgoto fosse coletado e tratado, e todo
143 o lodo fosse encaminhado pra agricultura, ele só atenderia 10% da demanda de
144 agricultura brasileira por fertilizantes. Levantamento feito pelo professor Marcos da
145 UFMG. Agora, esse é uma outra questão, eu acho que como sempre a questão do
146 lodo tem uma questão aí de falta de informação, muitas vezes preconceito, a
147 gente fez..., existem informações que a gente busca no mundo, né. No mundo
148 como que é feito a disposição do lodo? Quais são as opções, né? Então, ainda
149 tem assim, tem um azulzinho lá, um verdinho, os agrícolas, né, tem a parte de
150 compostagem e outras aplicações, que também incorporaria esse uso agrícola; o
151 rosinha é o aterro sanitário, né, a incineração em países da Europa é bem
152 aplicada, né, e outros. Então, assim, pelo que a gente vê lá Portugal, Portugal na
153 Europa é um dos grandes locais em que tem lá, é bem expressivo, né, Espanha,
154 França e assim por diante, né. Já tem outros locais que, por exemplo, o
155 vermelhinho aqui tem gente que prefere mais a incineração, né. Então, têm os
156 grupos que prefere a incineração também. Então, isso só pra mostrar que do
157 ponto de vista internacional, o uso agrícola do lodo é uma prática sim, existe essa
158 prática na Europa, que é um local em que tem limitações de terreno pra disposição
159 agrícola. É, no solo. Então, pode passar. Bom, aí a gente vai comentar um pouco
160 o histórico pra tentar situar essa proposta da revisão, né. Bom, então o próprio art.
161 28 da CONAMA, da 375, ele estabelece aí no art. 28, né, o seguinte texto: “Os
162 critérios técnicos adotados nesta Resolução poderão ser reformulados e/ou
163 complementados a qualquer tempo, de acordo com o desenvolvimento científico e
164 tecnológico e a necessidade de preservação ambiental, saúde pública e manejo
165 sustentável do solo”. Devendo ser revisada obrigatoriamente no sétimo ano de sua
166 publicação. Então, eu acho que aí tem já uma questão já importante, o próprio art.
167 28 da própria Resolução, né. E o historicamente de 2013 a 2016 não houve
168 nenhuma iniciativa pra se propor essa revisão da CONAMA. Bom, aí as coisas
169 foram acontecendo, né, uma das coisas que aconteceu já no ano de 2016 foi feito
170 um programa, o Probiogás, uma iniciativa do Ministério das Ciências e Tecnologia,
171 né, e vários técnicos das empresas de saneamento participaram dessas reuniões
172 aí do Probiogás, que é uma outra vertente, é o uso benéfico, o uso sustentável do
173 biogás, é o aproveitamento energético para a geração de biometano, né. Então, nas
174 discussões que nós tivemos no final de 2016 foi constatada, né, que a Resolução
175 375, ele tinha uma pouca adesão, era pouco aplicado aí no nosso setor e sempre
176 o aterro sanitário como a opção mais fácil pras companhias de saneamento, né?
177 Bom, levando em conta isso, né, a gente detectou essa demanda do ponto de
178 vista técnico, a gente precisava entender como a gente ia atuar do ponto de vista
179 de proposição de mudança, né. Então, em fevereiro de 2017, nós tivemos a
180 oportunidade, o Edgard coordenador, o Gustavo Possetti e eu, né, a gente teve a
181 oportunidade de fazer a reunião com a Zilda aqui, né, pra justamente pegar
182 orientações como que se faz essa revisão de uma Lei? Qual é, digamos, qual é o
183 ritual, né, como que devemos proceder? Porque a nossa visão é um pouco mais

184 técnica, né. Bom, feito isso, a gente teve toda uma recepção, uma abertura, foi
185 colocado várias questões. Então, a gente entendeu como que é esse ritual de
186 solicitação de uma revisão da Lei. E aí em seguida, a ABES montou um Grupo de
187 Discussão e a gente começou se reunir periodicamente fazendo várias reuniões, e
188 incluímos aí..., a gente entendeu que as companhias de saneamento, elas são as
189 partes, digamos, afetadas, né, a gente é a parte afetada e a gente precisava ter
190 uma visão um pouco embasada do ponto de vista técnico e científico, por isso que
191 teve esse movimento de a gente chamar o chamado INCT ETEs Sustentáveis aí
192 do pessoal de Minas Gerais, né, até o professor César que tá aqui agora presente,
193 né. E o INCT, pra quem não sabe, né, ele teve uma chamada aí do Ministério da
194 Ciência em 2014, se não me engano, mais de em torno de 250 propostas e o
195 INCT ETEs Sustentáveis entrou nas 15 eleitas dentro do cenário de 250
196 aproximadamente. Então, do ponto de vista de mérito técnico-científico, a gente
197 entende que ele agregou uma expertise muito alto no nosso grupo de discussão,
198 né. Então, foi isso. E por outro lado, a parte das companhias de saneamento, nós
199 temos a percepção da prática operacional e mesmo a prática com o pessoal da
200 agricultura nas experiências que nós tivemos, né. Então, bom então assim, e o
201 porquê, o porquê da 375 ter essa crítica, né, no que a gente tá discutindo, né?
202 Bom, em parte, a 375 no passado, ela teve essa proposta de se basear na Norma
203 chamada Norma Norte-Americana 503 dos Estados Unidos, da EPA, né. Porém
204 assim, eu acho que ao longo do processo de discussão, de construção, né, ela
205 sofreu várias modificações, a gente sentiu que ela não tem uma certa adaptação
206 pra realidade brasileira e certos princípios técnicos, ela acabou se perdendo, né.
207 Então, na prática a Resolução aí 375, ela acabou se tornando até mais restritiva
208 que a Norma 503, mas é um restritivo, digamos, exagerado no nosso ponto de
209 vista, né. Então, assim, qual foi a consequência prática da Resolução 375 para as
210 companhias de saneamento? Na prática, ela desestimulou o uso agrícola do lodo
211 de esgoto, devido esse rigor excessivo sem a devida fundamentação técnico e
212 científica. Talvez assim, baseado, muitas vezes essas pessoas são baseados no
213 princípio da precaução, mas uma precaução exagerada. Então, só pra (...) todos
214 os Estados da Federação, somente a SANEPAR, do Estado do Paraná, faz o uso
215 agrícola com base na Resolução 375, cabe realçar, né, que o próprio Paraná
216 também fez um dispositivo estadual pra dar suporte também na aplicação da RC
217 375, o próprio órgão ambiental resolveu tomar certas medidas específicas
218 também. A gente entende também que esse dispositivo, ele obriga que tenha-se
219 um licenciamento ambiental das áreas de aplicação durante o licenciamento, né, o
220 que do ponto de vista prático entende-se que é impossível devido a própria
221 dinâmica da agronomia, né, e certas práticas a gente não entende, por exemplo,
222 existe o monitoramento pelo monitoramento, né, por exemplo, temos o
223 monitoramento de substâncias orgânicas, mas não tem limites para esses
224 parâmetros. Então, a gente tá uma prática montando o grande Banco de Dados,
225 mas que também não teve revisão, não teve avaliação. Então, é um
226 monitoramento pelo monitoramento. E, assim, pelo que nós vimos também, nós
227 tivemos um seminário semana passada, semana passada, né? Lá na UFMG, por
228 exemplo, existem nos Estados Unidos você pode fazer levantamentos específicos
229 nacionais pra todos os lodos detectando, por exemplo, poluentes específicos.

230 Mas, isso são campanhas específicas pra se fazer esse levantamento, não que eu
231 jogo ele dentro de uma Lei, e obrigo todo mundo a fazer para que eu obtenha os
232 dados, existe uma abordagem diferente aqui, né. Bom, uma coisa que a gente
233 também precisa deixar claro, né, existe uma..., a questão microbiológica, né, os
234 limites de patógenos, restrições de uso e práticas de gestão. Na prática, eles não
235 estão fundamentados, não estão fundamentados no que a gente denomina de
236 análises quantitativos de risco microbiológico, né. Então, até tem, existem outras
237 pessoas que podem fazer, explicar isso de forma mais consistente, o professor
238 Rafael Bastos, ele não pode estar presente aqui no evento pra dar o suporte, né,
239 mas ele é o grande especialista nesta área, que na verdade todos esses limites,
240 eles são estabelecidos em estudos técnicos-científicos pra gente ver quanto
241 que..., quais seriam as concentrações máximas permitidas. Até o Thiago também
242 tá presente, foi aluno do professor Rafael, se talvez tiver alguma coisa mais
243 específica, eu acho que ele pode dar uma ajudada aqui durante a discussão, né, e
244 participou também dos nossos seminários. O que eu acho que cabe colocar aqui
245 que o estudo que foi feito aqui no nosso grupo, ele fez uma análise de risco, uma
246 coisa que o próprio Estados Unidos não fez essa análise de risco, na época, em
247 1993, ou final da década de 80, né, foi uma outra abordagem, mas que a gente fez
248 uma certa, digamos, complementação. Os limites estabelecidos na Norma
249 Americana 503, é uma..., eram baseados mais em limites de detecção disponíveis
250 na época, né, mas aqui foi feita uma avaliação crítica dessa metodologia e
251 achamos os números aí, que depois a gente pode discutir com mais propriedade,
252 né. Uma coisa que a gente também coloca assim, muitas vezes eu não preciso
253 monitorar, sei lá, os parâmetros específicos, como ovos de helmintos, a gente
254 pode se valer de parâmetros de controle de processo operacional como
255 indicadores de eficiência de remoção de patógenos. Então, isso também é uma
256 coisa específica, até depois eu tenho uma..., eu joguei pro um slide mais lá pra
257 frente algo que explica isso com mais detalhes, se dê tempo, eu comento aqui.
258 Mas, é dizer o seguinte, assim, que existem práticas operacionais que levam a
259 inativação dos agentes patogênicos e eu não preciso monitorar todos os agentes
260 patogênicos, eu monitoro os indicadores, mas eu não vou monitorar todos, como,
261 por exemplo, vírus entéricos. Bom, uma outra crítica que a gente faz aqui, por
262 exemplo, a Resolução ali não menciona outros potenciais de uso do lodo de
263 esgoto no solo como, por exemplo, os Programas de Recuperação de Áreas
264 Degradadas, né. A gente entende que na verdade precisa ter normas específicas
265 pra isso, mas a gente quer ter abertura de uma possibilidade, né, a possibilidade
266 de se fazer essa recuperação de áreas degradadas. O pessoal da CAESB, o
267 Márcio que está presente aqui, e outros colegas fizeram um belo trabalho de
268 disposição do lodo classe B, eu vou passar umas fotos em que foi possível fazer
269 essa recuperação de áreas degradadas. Mas, assim, é sempre um desgaste pra
270 fazer esses projetos, é sempre uma desconfiança, “pô vão me questionar, ou não”,
271 tem que ficar convencendo. Então, eu acho que a Resolução poderia dar essa
272 abertura de deixar os próprios..., tanto o agente ambiental, como as companhias
273 de saneamento, mais seguras na utilização desse tipo de uso, né. Bom, a
274 Resolução infelizmente baniu o uso de classe B, cinco anos após entrar em vigor,
275 mesmo com nossas experiências positivas, por exemplo, do Estado de São Paulo,

276 a Estação de Franca fez o uso por quase dez anos aí do uso chamado lodo classe
277 B na agricultura. Semana passada, nós tivemos no seminário aí de uso do lodo de
278 esgoto, lá em Minas, depoimentos do setor de pessoas da agronomia que fizeram
279 o uso do lodo classe B, né, e que até assim em termos de..., a Sabesp, na época,
280 ele fez vários programas de conscientização junto aos agricultores pra vencer
281 primeiro uma barreira cultural, isso é normal que tenha, mas após se vencer essa
282 barreira cultural os próprios agricultores faziam questão de pegar o lodo na própria
283 Estação de Tratamento de Esgoto, né. Então, assim, teve uma receptividade muito
284 boa e quando foi banido o lodo, o lodo classe B, infelizmente nós tivemos que falar
285 pros agricultores e tínhamos uma pessoa que sempre analisava o transporte do
286 lodo pra agricultura, ele comentou que várias pessoas, vários agricultores
287 reclamavam que queriam o lodo e a Sabesp estava escondendo o lodo, ou estava
288 dando pros amigos. Mas, a gente falou: “não, a gente não pode mais fornecer o
289 lodo classe B, ele foi banido, agora vai pra aterro, né”. Então, por favor. Bom, eu
290 acho que também vale a pena falar algumas outras coisas, né, porque eu acho
291 que desde 2006 e desde toda a nossa experiência, eu acho que existem outros
292 contextos, existem outras coisas que estão vindo, que eu entendo que a gente,
293 primeiro eu acho que evoluímos aí na técnica, né. Então, assim, nós temos hoje
294 um cenário diferente. Hoje em dia a gente tem a Política Nacional de Resíduos
295 Sólidos, né, e a própria Lei aí 12.305 prevê aí no art. 3, inciso XIV, a reciclagem,
296 né, que é o processo de transformação dos resíduos que envolve a alteração de
297 suas propriedades físico, química ou biológicas, com vistas a transformação
298 insumos, ou novos produtos, desde que observadas as condições e padrões
299 estabelecidos pelos órgãos competentes do Sisnama e se couberam do Sistema
300 Nacional de Vigilância Sanitária, e da SUASA, né. Outro dispositivo que algumas
301 companhias de saneamento estão fazendo uso, são as próprias Instruções
302 Normativas do Ministério da Agricultura, o MAPA, né, que muda o enfoque dessa
303 abordagem de produto em contraposição a resíduo, né. Esse foi um caminho que,
304 por exemplo, o Estado de São Paulo preferiu utilizar, a gente acaba fazendo um
305 registro do lodo submetido há um determinados processos pra atender requisitos
306 muitas vezes mais restritivos que a Resolução aí da 375, e a gente consegue
307 estabelecer um produto. Bom, e aí tem mais dois itens que eu gostaria de
308 destacar, que eu vou ilustrar assim, que eu acho que vocês aqui devem já estar
309 por dentro, né, mas eu acho que vale a pena lembrar, existe toda a Agenda
310 2030 da ONU, os 17 objetivos do desenvolvimento sustentabilidade, é uma coisa
311 que tem interface com a nossa proposta. E também outro movimento um pouco
312 mais amplo também da chamada economia circular, que também abarca toda
313 essa nossa discussão. Então, por favor. Bom, a gente tem os 17 objetivos aí, né,
314 de desenvolvimento sustentável, né. Mas, eu queria só destacar alguns, né.
315 Então, olha lá o dois, Fome Zero e Agricultura Sustentável, a gente tá realçando a
316 sustentabilidade, o retorno dos nutrientes pro solo, né. A questão, a gente colocou
317 a Saúde e Bem-estar, né, mas assim quando você faz o uso benéfico do lodo na
318 agricultura, a gente quer realçar que é um uso de maneira segura, de uma
319 maneira que não é de qualquer jeito que tem..., a gente pode criar barreiras pra
320 que não tenha as contaminações, por exemplo, dos agentes aplicadores, da
321 população, da contaminação do solo, lençol freático. Então, eu acho que ele tá aí

322 inserido aí. O objetivo 6, é o óbvio né, é a água potável e saneamento, esse é o
323 que tem mais adesão, né. A questão da inovação, indústria, inovação e
324 infraestrutura, né, a própria quando nós temos, por exemplo, algumas legislações
325 um tanto restritivas, você pode até criar barreiras na introdução de inovação.
326 Então, não interessa mais a inovação pela inovação, né. Bom, a gente tem o item
327 11, cidades como unidades sustentáveis; o item 12, consumo e produção
328 responsáveis, né. Eu não sei se uma questão que tem se levantado, mas ainda
329 tem algumas..., acho que é interessante falar a tendência, né, a questão do
330 fósforo, né. O fósforo, existem estudos aí pra comunidade científica que falam que
331 daqui dentre 100 a 200 anos as reservas de fósforos estarão esgotadas. Então,
332 como que nós podemos diminuir esse risco, né, quer dizer como que a gente
333 consegue prolongar as nossas reservas de fósforo? É através da volta aí do
334 fósforo no solo, né. Bom, ação contra mudança global do clima, né. Bom, quando
335 a gente joga um lodo de esgoto lá no aterro sanitário, é lógico vai jogar o biogás
336 no aterro, o aterro muitas vezes pode não ter um sistema eficiente de queima e
337 captura de gases, a gente acaba favorecendo aí a (...) de metano pra atmosfera. E
338 finalmente, eu acho que, bom, o 17 a gente não faz isso sozinho, né, existe toda
339 uma parceria junto a Academia, junto aos fornecedores, ao nosso setor, não é
340 exclusivo, por exemplo, do sanitaristas, é um campo multidisciplinar, a gente... E
341 precisamos do apoio, muitas vezes, do pessoal de fora que foi o objeto do
342 seminário da semana passada, né? Bom, aí eu vou entrar um pouco mais assim
343 nos dias de hoje, a gente, eu peguei uma publicação, uma coisa que a gente tem
344 estudado ultimamente, existe a parte aí do que as pessoas falam a economia
345 circular, né. Então, eu peguei essa referência aí, que a gente tem dado uma
346 estudada, os modelos de negócio em economia circular, que é outra discussão
347 que o mundo tá tendo, né, eles são estimuladas, por exemplo, por a quem diga
348 que pra suprir a capacidade do planeta terra nos níveis de consumo que temos, eu
349 precisaria de 1.6 planetas terra, né. Então, ou a gente cuida do planeta Terra, ou a
350 gente vai pra Marte, que nem o (...) tem feito, né, ele tem a proposta de colonizar
351 outros planetas, temos duas opções, então o quê que vai sobrar, né? E o quê que
352 diz esses modelos aí, o que diz esses modelos de economia circular? O modelo
353 tradicional, eu não deu tempo de fazer a tradução, eu peguei muito rápido, né, é a
354 modelo linear que você faz a extração dos recursos naturais, faz a produção, a
355 distribuição, o consumo e vai pra disposição final. Então, aquela visão meio do
356 ciclo de vida, berço ao túmulo, ele tá muito presente aqui nessa visão, é o modelo
357 linear, é isso é o modelo atual. O que tem sido discutido muito é o modelo da
358 economia circular, e dentro do modelo da economia circular esse é o conceito que
359 a gente fala o que, o que é, mas a gente tem que evoluir do..., passar do “o que”
360 pro “como”, como eu vou fazer isso, né? Bom, o que é a extração? O quê que
361 muda aqui? Vamos, tem a extração, a produção, distribuição e consumo, mas todo
362 esse..., existe uma meta ousada pra alguns autores de fazer o consumo total, o
363 retorno total, eu fechar o ciclo pra entrar de novo no meu ciclo produtivo, e isso
364 tem os materiais tanto biológicos, como os materiais técnicos. Então, por exemplo,
365 o chip é um material técnico, materiais biológicos, aí a gente entra, por exemplo,
366 volta a natureza de nutrientes através de compostagem de gestão anaeróbia, né?
367 Então, existe essa proposta, né. Então, até eu coloquei assim, ele coloca que no

368 contexto aí de economia circular, alguns estudiosos colocam que conceito de
369 resíduo, nem existe o conceito de resíduo, porque existe essa meta ousada, pode
370 ser um tanto utópica da volta total de todos os resíduos pra cadeia produtiva. Bom,
371 então o que tivemos aí de experiência na prática, né? Bom, já comentei que foi
372 feito desde 1998, a Sabesp, a Companhia de Saneamento Básico do Estado de
373 São Paulo, fez o uso do uso agrícola desde 1999, fizemos aí nas plantações de
374 café, foi todo feito um trabalho aí de conscientização junto aos agricultores e teve
375 mais de dez anos, nós tivemos essa aplicação e hoje eu mando pro aterro
376 sanitário, né. Então, a Sabesp abandonou essa rota e não faz mais o uso do lodo,
377 né? Nós também temos os nossos colegas aqui da SANEPAR, que também eles
378 fazem o uso do lodo já numa..., eles já conseguiram num nível diferente, eles
379 fizeram todo uns estudos de higienização do lodo através de um processo de
380 caleação e utilizam aí em culturas de café, e frutíferas no Paraná. Até tinha um
381 vídeo, mas como ele estava no PDF, eu não vou conseguir passar, depois se
382 alguém quiser ver com mais detalhes, declarações do setor dos plantadores aí,
383 né. Pode passar. Bom, isso que eu falei bem rápido aí, eu acho que da imagem,
384 uma imagem impactante aí dos nossos colegas aí da CAESB, né, do uso aí do
385 lodo denominado classe B em Programas de Recuperação de Áreas Degradadas,
386 toda a evolução 2012, 2014, 2016, teve toda essa utilização de um lodo que
387 teoricamente, quer dizer, foi feito uns projetos específicos dessa disposição e eu
388 acho que é nítido, né assim, eu acho que os nossos colegas aqui da CAESB,
389 depois eles podem comentar com mais propriedade caso vocês queiram conhecer
390 como mais propriedade isso, isso tinha..., foi feito eu acho que numa área do
391 Exército, né. Então, o pessoal do Exército, eles são rígidos, eles são metódicos,
392 foi feito, observou-se todos os procedimentos, né. Então, você teve toda uma
393 transformação de uma área, né. Bom, e aí assim, foi feita várias e várias reuniões,
394 né, e a gente teve essas reuniões aí, extensas reuniões com os Grupos de
395 Trabalho, como eu já falei com vocês, teve uma preocupação de ter uma
396 fundamentação técnico e científica, né, pra gente tentar eliminar o medo, o medo
397 através da discussão técnica, e não na base da desconfiança, na base da
398 desconfiança é eliminação, né. Então, a premissas da nova Resolução, ele tem
399 que ter diretrizes..., a gente entende que tem que ter diretrizes gerais, conceitos e
400 fundamentos pra aplicação de forma segura a saúde pública e meio ambiente. Ou
401 seja, não é de qualquer jeito, não é, existiam as práticas corretas, ninguém aqui
402 quer se livrar do lodo, existem práticas que devem ser obedecidas pra fazer esse
403 uso sustentável, né? A questão dos padrões aí microbiológicas, fundamentadas
404 na análise de risco aí, que eu já falei, o Thiago aqui presente pode, se a gente
405 aprofundar na discussão, ele pode falar muito, com mais propriedade do que eu,
406 né. Existe a questão aí das particularidades regionais, o Brasil é um País
407 continental, várias abordagens são diferentes, a gente entende que se eu partir
408 pra diretrizes gerais ninguém está impedindo que se criem dispositivos, que cada
409 Estado crie dispositivos específicos, né, os Estados têm e podem, caso não
410 queiram por algum motivo, fazer dispositivos específicos em cada Estado,
411 dependendo, dependendo das características do solo, dependendo das
412 características agropecuárias de cada região, né. Bom, e deve, a gente entende
413 que deve induzir o uso e não restringi-lo, ou seja, a gente quer fazer teoricamente

414 essa economia circular, ou não, né. Então, é isso que a gente entendeu, né? Por
415 favor. Bom, e essas discussões ainda a gente teve em 2017 no nosso Congresso
416 da ABES, fizemos a discussão do tema no Congresso Brasileiro aí da Fenasan,
417 em São Paulo, né. E finalmente aí entre outubro e novembro, nós colocamos pra
418 que o público pudesse intervir e fazer sugestões em função dessa proposta que foi
419 colocada junto a ABES. Então, a gente entende que teve um grande..., foi
420 promovido um grande debate em relação a essa proposta, ela foi discutida
421 exaustivamente, né. E finalmente aí em dezembro aí de 2017, seguindo as
422 orientações aí do Ministério do Meio Ambiente, fizemos finalmente esse protocolo
423 em que vocês aqui receberam fazendo essa solicitação da revisão da Resolução,
424 e foi protocolado aí final de novembro, né, através da ABES e a gente fez esse
425 pedido dessa revisão com as devidas justificativas, que está presente aí no
426 documento de vocês. E aí eu acho que... Bom, aí deu, né, assim aprovado e já em
427 2018 aí, abril né, já foi admitida essa possibilidade de se fazer essa revisão da
428 revisão aí que define critérios e procedimentos pra uso agrícola do lodo, né. E a
429 proponente informou, foi a ABES, né, matéria admitida e encaminhada para aqui,
430 pra Câmara Técnica de Qualidade Ambiental. Por favor. Bom, essas discussões,
431 não se exauriram lá na discussão da proposta, né, que foi encaminhada pra
432 ABES. Semana passada, nós fizemos um grande seminário internacional lá em
433 Minas Gerais em que foi colocada as experiências práticas nacionais e
434 internacionais desse uso, né, e também checar como que poderia ser uma nova
435 Resolução, né, o que a gente pode contribuir pra uma regulamentação aqui no
436 Brasil, né, e promovido aí pelo INCT ETEs Sustentáveis, né. Então, foram dois
437 dias de intensos debates, né, até a gente tem alguns documentos. O César está
438 aqui, a gente pode..., quem quiser depois discutir mais, vários setores da
439 sociedade foram chamados, envolvidos, né, e abriu-se a oportunidade para fazer
440 essa discussão nessa Plenária, né. Pode passar. Bom, isso aí é só pra ilustrar, é
441 só pra dar que a gente estava com o auditório aí, eu acho em torno de 300
442 pessoas aí no auditório, com especialistas internacionais e nacionais, né. E aí
443 assim, a documentação, ela é muito técnica essa de vocês, talvez não seja, é um
444 campo específico, a gente entende que é um campo específico. Eu só vou falar
445 bem brevemente o quê que, né, a gente colocou o padronização do termo lodo de
446 esgoto, e a gente usou esse termo “uso benéfico do lodo de esgoto em solos”, e
447 até a gente viu alguns pare..., eu acho que tem alguns pareceres que eu não
448 lembro de qual entidade comentou, entende que pode ser esse termo “benéfico”
449 seja subjetivo, né, a gente entende que é uma coisa mais abrangente, por
450 exemplo, que a 375 usou o termo “uso agrícola”, o “uso agrícola” é uma coisa
451 mais restritiva, por exemplo, quem é, eu não sou dessa área, mas quem é
452 engenheiro florestal fala: “não, agricultura e floresta são coisas diferentes”, eu não
453 sei, pra mim é tudo solo, eu sou urbanoide, eu sou urbanoide. Então, fala assim:
454 “não, o uso no solo, então tudo que a gente pode usar no solo, a gente vamos
455 utilizar dentro desse contexto”, e também inserir a própria, a recuperação de áreas
456 degradadas, ou mesmo até jardins e praças, né. Então, ele de novo está
457 fundamentada nessa análise de risco microbiológico, ou seja, tem essa
458 preocupação com o bem-estar, com a saúde e com a segurança, e a gente volta
459 no lodo classe A e classe B. O lodo, existem os limites aí quantitativos, existe o

460 lodo higienizado e o lodo classe B, não tão higienizado, ali é ausência, quer dizer,
461 praticamente a ausência aí dos patógenos. No classe B não, mas existe uma
462 prática de gestão, existe restrição de cultivo, restrição de contato e boas práticas
463 de manejo, né. Por favor, pode passar pra frente, pode passar. Nós colocamos aí
464 em relações aos metais duas classes, a classe 1 e classe 2, da mesma forma que
465 a Norma Norte-Americana 503, de modo que para o padrão mais restritivo não
466 deve exceder a taxa anual de aplicação no solo. Essa parte de contaminantes
467 inorgânicos, também estão fundamentados em análise de risco. A gente entende
468 que também essa legislação dá poderes aí aos órgãos ambientais de que em
469 função, por exemplo, de uma bacia de esgotamento de contribuição possa exigir o
470 chamados POPs, por exemplo, as substâncias orgânicas persistentes, que o
471 próprio órgão ambiental pelas características de cada indústria, elas contribu..., se
472 é que tem né, contribuiriam para essa bacia de esgotamento, né. Também
473 possibilita essa utilização de padrão de controle operacional, ou seja, existem
474 indicadores, existem indicadores microbiológicos, ou seja, não precisam monitorar
475 todos os parâmetros, porque através do controle do processo, eu posso fazer o
476 uso, eu posso ter uma boa gestão, né? Mantém a obrigação da rastreabilidade do
477 lodo como mecanismo de controle para o órgão ambiental e medida de segurança
478 para o gerador de lucro. Então, mais ou menos assim, bem genericamente
479 falando, são essas os pontos, né, mais um pra frente, por favor. Pode passar.
480 Também assim, permite a utilização do lodo gerado de um Estado pra outro, né,
481 desde que previamente autorizado pelo órgão ambiental. Assim, se existe, por quê
482 que pode um e não pode pra outro só porque mudou de Estado, né? Então, eu
483 acho que aqui na situação..., uma das situações presentes é a própria aqui do
484 Distrito Federal, né, porque ele não poderia colocar pra outro Estado, né, e prever
485 essa indicação de áreas prioritárias, ou seja, eu não preciso fazer aquele
486 licenciamento ambiental de áreas específicas, né, a gente poderia mapear na fase
487 de licenciamento ambiental da UGL, Unidade Gerenciadora de Lodo, essas áreas
488 prioritárias ao invés de fazer o licenciamento específico de cada área, né. Bom,
489 assim, aí vou fazer o resumo, o resumo, o resumo teórico, né? Então, o quê
490 que é do ponto de vista técnico-científico esse uso do lodo? A gente estabelece
491 que para se fazer isso de maneira segura, ele tem que ter o atendimento
492 simultâneo a três requisitos. Então, são três critérios. Então, os critérios são: os
493 metais pesados; a densidade de patógenos e a questão de atratividade a vetores.
494 Então, metais pesados é a questão aí de acumulação no solo, eu não vou entrar,
495 quer dizer, a gente priva essas duas classes de concentração, classe 1, classe 2,
496 uma classe mais restritiva e outra não; existe uma questão de Taxa de Aplicação
497 Anual Máxima e uma Taxa de Aplicação Cumulativa Máxima. A questão aí de
498 densidade de patógenos é a questão aí de microbiológica, né, que a gente está
499 dizendo existe o lodo classe A e o classe B, um lodo mais higienizado versus um
500 lodo menos higienizado. Existe também uma preocupação técnica que deve ser
501 estabelecida, que é a questão de atratividade a vetores. O que são esses vetores?
502 São roedores e insetos. Por que existe essa preocupação? Porque um lodo ao ser
503 jogado no solo, ele pode atrair vetores *a posteriori* como, por exemplo, sei lá e
504 espalhar doenças, né? O lodo não pode ter essa característica de atração a
505 vetores, odores, normalmente é um lodo estabilizado, ou seja, de novo aquela

506 conversa, não é qualquer lodo, existe essa preocupação com a saúde e
507 segurança. Então, assim, não é de qualquer jeito, tem que ter esse atendimento
508 simultâneo, essas três aos três requisitos. Bom, e aí assim, o ponto controverso,
509 né, as pessoas..., porque assim, o quê que a classe A, um lodo mais higienizado e
510 um classe B? Na verdade, do ponto de vista de análise de risco, esses lodos são
511 equivalentes, eles são equivalentes, só que as práticas de gestão, elas são
512 diferentes, um lodo classe A é equivalente a um lodo classe B quando eu adoto
513 essas práticas de gestão, restrições locais e práticas de gestão. Então, assim, se
514 é entendido esse contexto global, né, eles são equivalentes, não adianta eu
515 fazer..., eu não estou sendo permissivo num caso e no outro caso não, eles são
516 equivalentes, né. Isso tem uma referência aí do próprio do Guia da IP, tem um
517 guia suporte aí que faz essa colocação, né. Pode passar pra frente. Então, eu
518 acho que as minhas palavras finais agora assim, eu não sei se consegui passar o
519 recado, ou não, mas tentar colocar as Companhias Operadora de Saneamento. O
520 que é hoje o mais fácil? O mais fácil hoje, um caminho mais fácil, simples e
521 cômodo, é a disposição do lodo em aterro sanitário. Isso até a gente comentou lá
522 no Seminário lá com o Lúcio, né, até eu coloquei nessa colocação, quem faz hoje
523 o uso benéfico do lodo no solo tem que fazer um grande esforço e isso só é
524 possível, ele só torna-se possível quando nós temos esse entrosamento entre
525 empresa e saneamento, órgão ambiental, Ministério da Agricultura e/ou Ministério
526 da Agricultura e os próprios proprietários agrícolas, né. Então, quando tem esse
527 bom entrosamento, como ocorre no Estado do Paraná, isso é fato, ocorre. Mas,
528 assim, a custas de um grande esforço e até de uma certa ideologia, né, porque as
529 pessoas têm que acreditar que isso é um uso benéfico, nós na SABESP lá,
530 companhia, eu trabalho na SABESP, na área de pesquisa, desenvolvimento e
531 inovação, por exemplo, a Estação de Franca fazia o uso desse lodo na agricultura,
532 depois ele acabou abandonando, porque hoje ele paga até num preço muito baixo,
533 se não me engano, 100 reais por tonelada pra dispor no aterro. Então, assim, a
534 decisão um tanto capitalista, né, assim eu não vou investir pra deixar na
535 agricultura, joga no aterro, eu não me preocupo com o rastreamento e com várias
536 coisas, vai pro aterro sanitário, é mais cômodo. Então, assim, é mais cômodo, é o
537 sonho de consumo, é o contrário, é o sonho de consumo da companhia de
538 saneamento é jogar em aterro sanitário. O desejável é que o desenvolvimento de
539 uma nova legislação tenha critérios e procedimentos com base técnico-científica,
540 ou seja, esses estudos, esses estudos de análise de risco microbiológico, né, esse
541 uso benéfico do lodo no solo é multidisciplinar, existem diferentes especialistas,
542 têm diferentes campos do conhecimento, não tem um que entenda de todas as
543 questões. Então, assim, toda a discussão, ela tem que ter, tem que ter, tem que
544 ser feito um debate, construir todo um debate com diferentes atores, não é um só
545 que pode falar de todo conhecimento, né. Esse respeitar as regionalidades, a
546 gente sabe que dentro da discussão, por exemplo, muito no campo da Agronomia,
547 cada Estado pode optar por criar dispositivos complementares, né. Então, pode ter
548 algumas questões específicas do solo que podem favorecer, ou não, esse uso
549 agrícola, principalmente pelo pessoal da Agronomia. O professor Matos, ele
550 comentou algumas questões específicas, que eu não vou conseguir recuperar
551 aqui. Bom, uma outra coisa assim, a abordagem da proposta foi de diretrizes, né.

552 Uma outra crítica que a gente tinha lá na CONAMA 375, é que tinha até um Anexo
553 lá, cartinha, protocolo, como caminhão tem que ir, eu não posso fazer um manual
554 numa Legislação. Essa foi um questionamento que eu lembro que a gente fez aqui
555 com a Zilda, né, que a gente entende que, por exemplo, nos Estados Unidos
556 existe muito isso, existem guias de apoio a Lei, porque a Lei é um..., a Lei é árida,
557 né, a Lei é difícil de interpretação. Nos Estados Unidos, eu acho que..., eu não sei
558 se, aqui eu acho que o próprio pessoal do Ministério do Meio Ambiente têm dito
559 assim, é possível a gente começar a trabalhar em guias de apoio pra subsidiar a
560 interpretação da Lei, mas ela não substitui a Lei, ela dá um apoio, ela dá um
561 subsídio, porque a Lei pela Lei é chata, né, a Lei é difícil entender. Então, eu acho
562 que dá pra gente trabalhar nisso, né. Mais um. Uma outra coisa talvez assim, a
563 gente faz o nosso mea-culpa, né, eu acho que o importante primeiro é a gente
564 tentar desenvolver esse conceito, essa abordagem conceitual, uma abordagem
565 conceitual com base na análise de risco pra preservação da saúde, eu acho que
566 isso que deveria ser, do nosso ponto de vista, o maior mote é esse assim, como
567 que nós vamos criar esse dispositivo? Teoricamente do ponto de vista técnico-
568 científico, o quê que eu monto? O quê que é esse uso benéfico do solo? E em
569 seguida, né, a gente entende assim, que em seguida a gente faz essa construção,
570 essa escrita na elaboração de uma Lei, que a gente tem que respeitar aí certas
571 Normas, ou procedimentos na montagem escrita de uma Lei, né. Mas, eu acho
572 que primeiro a gente tem que buscar esse consenso em termos teóricos, a gente
573 vai partir pra isso, não vai partir pra isso, né? Bom, eu coloquei umas palavras aí
574 meio pesadas, aí eu falo assim, (...), aí o que aconteceu, né, o lodo de ETE é
575 vítima de *bullying*, a gente sofre preconceito, né? É possível eliminar esse
576 preconceito com o debate técnico-científico, a gente consegue sair desse campo?
577 É possível fazer isso numa discussão saudável, né? É possível a gente começar a
578 discutir isso? E mesmo assim, eu entendo também que, às vezes, eu me coloco
579 como uma companhia de saneamento, às vezes, eu vou dá uma de vítima aqui,
580 de ressentido aqui também, as próprias companhias de saneamento, muitas vezes
581 a gente é tachado de bandido, fala assim: “ah vocês estão querendo o mal”, a
582 gente é o agente do mal, a gente quer impor, quer contaminar o meio ambiente.
583 Então, assim, vamos, não dá pra sair assim, não dá pra fazer essa discussão num
584 outro campo, né? A gente fazer uma discussão um pouco mais saudável, né?

585

586

587 **A SR^a. ZILDA MARIA FARIA VELOSO – Presidente da CTQAGR (MMA) –**
588 Marcelo, você já tá finalizando?

589

590

591 **O SR. MARCELO MIKI (CT de Tratamento de Esgoto) – Já.**

592

593

594 **A SR^a. ZILDA MARIA FARIA VELOSO – Presidente da CTQAGR (MMA) – Por**
595 favor, então.

596

597

598 **O SR. MARCELO MIKI (CT de Tratamento de Esgoto)** – Essa é a última
599 transparência. O uso benéfico, a gente entende que tem adoção de barreiras,
600 qualidade do lodo, práticas de gestão, como, por exemplo, a agricultura
601 mecanizada, né? Então, assim, voltando na questão aí da adoção de barreiras.
602 Legislações que não têm o fundamento técnico, a gente entende que é uma
603 barreira pra inovação, a gente não vai conseguir evoluir. O recado final, que eu já
604 falei, eu não quero, as companhias de saneamento não querem se livrar do lodo,
605 se eu quiser me livrar, eu mando pro aterro e tem que admitir a possibilidade de
606 risco, adoção de critérios e procedimentos que minimizam o risco, ou seja, se eu
607 falar que eu não quero nada de risco, a gente vai ter custo infinito. Então, não
608 podemos adotar essa abordagem e finalmente assim, a gente entende que o uso
609 benéfico do lodo no solo atende esses princípios um pouco gerais que nós temos
610 visto no mundo da economia circular. Então, esse é o nosso recado. Eu acho que
611 já... Esse é o nosso contato, o pessoal aí que deu a sustentação teórica, o pessoal
612 do INCT ETEs Sustentáveis, e agradeço..., peço desculpas pelo longamente e a
613 gente coloca à disposição aqui para mais discussão, então, aqui.

614

615

616 **A SR^a. ZILDA MARIA FARIA VELOSO – Presidente da CTQAGR (MMA)** –
617 Obrigado, Marcelo. Antes de passar pros membros da Câmara Técnica, a Célia
618 me sinalizou que quer só dá um fechamento e aí eu passo pra esclarecimento de
619 dúvidas e perguntas.

620

621

622 **A SR^a. CÉLIA REGINA RENNÓ – TITULAR (Abes)** – Só pra trazer um lembrete
623 aqui, que o Marcelo colocou tudo isso, mas esse grupo foi feito pela ABES e aí eu
624 queria realmente ressaltar que houve uma participação das companhias de
625 saneamento, mas nós trouxemos a Academia pra trazer, nós abrimos o debate,
626 essa proposta tá no site da ABES, foi notificado pra todos os nossos associados e
627 a gente traz, então, ela agora aqui pro CONAMA, que a gente acha que é um
628 Fórum também pra discutir esse assunto. Nós estamos abertos, a gente trouxe os
629 especialistas pra poderem responder algumas questões, eu tenho certeza que
630 nem todas vão poder ser respondidas agora no momento, mas a ABES se coloca
631 à disposição aqui do CONAMA e da Câmara Técnica para as discussões e pra
632 trazer os especialistas em cada uma das áreas de dúvidas dos senhores. Tá?
633 Muito obrigada.

634

635

636 **A SR^a. ZILDA MARIA FARIA VELOSO – Presidente da CTQAGR (MMA)** –
637 Obrigado, Célia. Perguntas, dúvidas? Já vi o André. Zuleica depois na sequência.
638 Mais alguém? Wanderley.

639

640

641 **O SR. ANDRÉ LUIZ FELISBERTO FRANÇA (INEA/RJ)** – Bom dia a todos. Bom
642 dia, presidente Zilda. Bom dia aos demais membros dessa Câmara.
643 Primeiramente gostaria de parabenizar a ABES pela proposta, não apenas pela

644 iniciativa de elaborar uma proposta, mas por ter tido o cuidado de fundamentar
645 muito bem a proposta e promover o debate técnico-científico, né, adiantando muito
646 os trabalhos dessa Câmara. Então, quem dera que todas as propostas, ou pelo
647 menos metade chegasse com a fundamentação técnico-científica que essa
648 proposta foi trazida, não estou dizendo aqui que iremos concordar com todos os
649 pontos, mas já é um bom início para os trabalhos, né. Então, parabéns a ABES.
650 Gostaria de deixar registrado. A proposta traz avanços necessários e urgentes, né,
651 e numa avaliação inicial vejo que está em perfeita sintonia com os objetivos da
652 Política Nacional de Resíduos Sólidos. Acredito também que a proposta pode ser
653 mais ousada, no que diz respeito há alguns excessos de controle, aí vou citar aqui
654 um exemplo que a gente vai ter a oportunidade de discutir com mais detalhe, mas
655 quando a gente fala que pra eu movimentar o lodo entre um Município vizinho,
656 dum Município pra um Município vizinho no mesmo Estado, não precisa de uma
657 autorização do órgão ambiental, mas se é Município vizinho num outro Estado, só
658 que eu atravessei a fronteira, eu preciso de uma autorização formal do órgão
659 ambiental. Então, eu queria trazer esses pontos a discussão no momento
660 oportuno, se o excesso de controle que a gente busca querendo trazer algumas
661 salvaguardas, no fundo esse conjunto de excessos não acaba dificultando os
662 objetivos maiores que é o do aproveitamento desse material, o reaproveitamento
663 desse material. Então, esse é um ponto que eu acho que a gente pode no
664 momento oportuno se debruçar com mais calma, porque a proposta ela tá tão bem
665 constituída, que eu vejo que basta o regramento e atuar com a fiscalização, se
666 não tiver ok, tá aqui a regra, ou um regulamento específico se for necessário, se
667 toma providência, né, não faz sentido, por exemplo, não me faz sentido eu ter uma
668 ETE, ter uma Unidade de Lodo junto a ETE, eu tenho que ter um licenciamento
669 pra essa Unidade de Lodo, se ele já tá dentro de uma outra atividade já licenciada
670 e esse impacto pode ser previsto em conjunto, né, muito menos um licenciamento
671 trifásico pra uma Unidade de Gerenciamento de Lodo. Então, são pontos que eu
672 acredito que a gente pode avançar, mas entendo também que a ABES não quis
673 entrar muito nesse detalhe, vista aí a sua área de atuação, né. Isso é uma
674 colocação que cabe mais aos governos, principalmente estaduais e municipais,
675 que vão ser os órgãos competentes pra esse tipo de licenciamento. E finalizando,
676 eu gostaria de pedir que falasse um pouquinho mais sobre os *benchmarking*, né?
677 Me chamou muita atenção aquele número 01%, que é o que hoje a gente
678 consegue aproveitar. Eu queria ouvir um pouco mais sobre a experiência
679 europeia, Reino Unido, quais são esses números, porque naquele diagrama ele é
680 muito interessante, mas a visualização aqui a distância, eu não consegui entender
681 bem onde é que acabava um, começava o outro, parecia uma coleção de fitas do
682 Senhor do Bonfim aqueles coloridos ali. Aí eu queria ver assim, qual é o país que
683 a gente pode olhar como referência e que a gente pode ter como um exemplo a
684 ser seguido, né? E uma outra pergunta, na verdade, é uma solicitação, né, pra
685 agora, é para o longo da discussão, eu queria saber quanto que a gente deixa de
686 aproveitar desse material, quanto que a gente destina pros aterros por mês pra
687 que a gente tenha um elemento de motivação pra que essa discussão não se
688 prolongue, que ela tenha o tempo certo de maturação que é necessário, mas que
689 ela não se prolongue além do necessário, né, (...), são tantas mil toneladas por

690 mês, eu acho que isso traz um senso de urgência pra gente conseguir com
691 qualidade, né, mais celeridade também aprovar essa revisão, porque já estamos
692 atrasados, o nosso prazo foi 2013, estão com 5 anos de atraso e acho que esse
693 senso de urgência, dentro desse espírito público, é importante, principalmente
694 porque a gente se aproxima do final de uma gestão, e tem aí as descontinuidades
695 que acontecem naturais. Então, basicamente a pergunta sobre o *benchmarking*,
696 se o nosso é 01, eu queria saber quem é o maior e por que ele consegue ser o
697 maior. E pra uma próxima reunião, quanto que a gente deixa de aproveitar e leva
698 pro aterro sanitário, na melhor das hipóteses, não é Celma, porque muitas vezes
699 isso vai pra vazadouros, né. Então, o aterro, a gente consegue medir, o que tá
700 indo irregular a gente não sabe, pra que a gente consiga até...

701

702

703 **A SR^a. ZILDA MARIA FARIA VELOSO – Presidente da CTQAGR (MMA) –**
704 Vazadouro é destinação, a disposição final ambientalmente inadequada.

705

706

707 **O SR. ANDRÉ LUIZ FELISBERTO FRANÇA (INEA/RJ) –** Não, inadequada. Mas,
708 eu estou dizendo o seguinte: o que eu estou dizendo é 01%, porque o resto, ou vai
709 pra aterro, ou vai pra..., aterro na melhor das hipóteses, quando não vai pra
710 vazadouro, isso que eu estou dizendo, quando não vai pra disposição inadequada.
711 Isso só reforço a urgência da gente conseguir tirar os entraves, né, que impedem
712 que o aproveitamento seja maior. Então, obrigado e parabéns mais uma vez.

713

714

715 **A SR^a. ZILDA MARIA FARIA VELOSO – Presidente da CTQAGR (MMA) –** Tem
716 inscritos a Zuleica. Eu vou sugerir que faça um rol de perguntas pra depois
717 responder. Tá? Zuleica, Wanderley e Patrícia, Priscila, perdão.

718 **A SR^a. ZULEICA NYCZ (Apromac) –** Bom dia a todos. Meu nome é Zuleica, eu
719 sou representante das ONGs, eu também represento o Fórum Brasileiro de ONGs
720 na Comissão Nacional de Segurança Química, né, e entendo que esse aqui não é
721 um dos fóruns, é o Fórum mais adequado pra discutirmos a revisão, né, porque a
722 responsabilidade é toda nossa agora, né. Eu entendo também que a proposta de
723 revisão que foi colocada na 375, ela visava justamente em função do
724 desenvolvimento científico-tecnológico. Então, de fato, houve um grande
725 desenvolvimento de 2006 pra cá, né. Nós passamos a descobrir muito mais
726 substâncias tóxicas no lodo hoje, do que na época. Hoje nós sabemos que os
727 riscos, quais são os riscos, porque houve um desenvolvimento científico na área,
728 principalmente nas discussões internacionais, os tratados internacionais,
729 Convenção de Estocolmo, o próprio (...), né, que criou, inclusive teve o novo tema
730 emergente nos últimos anos, que é o fármacos no meio ambiente. Então, esse
731 desenvolvimento científico-tecnológico, ele é, deve ser naturalmente levado em
732 conta na hora de fazer uma revisão de uma Resolução que trata justamente da
733 aplicação direta no solo, né, é como a discussão da sulfluramida, né. A
734 sulfluramida que foi banida pela Convenção de Estocolmo e é usada em iscas de
735 formigas, pra combate de formigas, é um dos poucos POPs do mundo que são

736 aplicados diretamente no solo, por isso que ela é relevante, o Brasil ainda tem
737 uma licença de uso, né, que nós estamos tentando verificar se a gente consegue
738 parar com isso, porque isso é direto no solo, é jogar pop. Então, no caso do lodo
739 esgoto, quando nós discutimos a 375, em 2006 eu fiz parte disso, nós fizemos o
740 substitutivo, tivemos mais de 100 emendas na época, fomos massacrados, até
741 sou uma pessoa traumatizada com aquilo, eu acho que a gente conseguiu um
742 bom resultado em termos de segurança química, né. Então, eu tenho esse orgulho
743 particular, pessoal, de ter conseguido uma Resolução que muito adiantada no
744 tempo do Brasil, né, não tínhamos nem a Política Nacional de Resíduos Sólidos
745 ainda e nem sonhávamos ter tão cedo. E nós, então, tivemos esse sucesso como
746 a Resolução do Óleo Lubrificante também, que foi um grande avanço em relação
747 a, então, não existente Lei da Política de Resíduos Sólidos. O nosso objetivo é a
748 proteção da saúde e do meio ambiente, da biodiversidade, né. A fauna, ela não
749 fica confinada dentro das Unidades de Conservação, todo mundo sabe disso. A
750 fauna está em todo Território Nacional. Então, quando se coloca que nós temos
751 um problema cultural, eu pergunto da onde que vem, é um problema científico e
752 técnico, não é um problema só cultural. Concordo que existe uma grande
753 resistência da sociedade, até porque eu conheço, eu já fui, visitei áreas em que na
754 época a Sanepar, há muitos anos atrás, doava o lodo pra agricultura e as pessoas
755 passavam mal, tinham problemas gravíssimos de..., problemas digestivos
756 principalmente, vômitos, náuseas e etc., por causa do cheiro, né, o odor terrível e
757 os médicos não sabiam, não perguntavam pra pessoa: “da onde que o senhor
758 veio? O senhor se expôs alguma substância tóxica, ou alguma situação
759 ambiental?”; não, eles davam o remédio pra dor de estômago, porque a medicina
760 hoje ainda não evoluiu de acordo com o desenvolvimento técnico-científico que
761 nós tivemos de procurar no paciente saber qual é a exposição que ele tem tido pra
762 ter aqueles sintomas. Então, nós não temos ainda no Brasil uma Política Nacional
763 de Segurança Química e isso é que faz falta, porque nós não temos essa cultura.
764 Então, realmente é um problema cultural que nós temos de achar que o lodo, por
765 ele ser benéfico, por ter realmente benefícios, que ele não é também igualmente
766 perigoso e que nós temos que fazer esse equilíbrio. Por exemplo, um lodo
767 doméstico que venha de residências, que não utilizem substâncias tóxicas, que
768 não esteja..., que não seja uma rede de coleta de esgoto associada com a oficina
769 mecânica que tá na esquina, a lavanderia que tá na praça ali ao lado, o salão de
770 beleza que tem um em cada quadra nas cidades, não é o caso de Brasília, mas
771 nas cidades é, onde muita substância tóxica vai pelo ralo, certo? Você não pode
772 dizer que isso é um esgoto doméstico e você não pode dizer que ele não contém
773 substância tóxica. Então, se contém, você não pode lançar diretamente no solo,
774 nós não podemos ser infantis de negar isso, porque nós queremos resolver um
775 problema do órgão ambiental e da companhia de saneamento, nós temos que
776 encontrar soluções, mas essas soluções não podem ser soluções, no meu ver, ao
777 nosso ver das ONGs ambientalistas e dos cidadãos, que são conscientes, e dos
778 governantes né, principalmente do Ministério do Meio Ambiente, o Ministério da
779 Saúde e o IBAMA, né, tem que se posicionar muito claramente em relação a essa
780 questão, tanto que um dos pareceres do Ministério do Meio Ambiente deixa muito
781 claro isso, né? Como é que você faz uma revisão de uma Resolução tão

782 importante que visava apenas agricultura e não solos, porque daí solos você
783 começa a ampliar tanto o leque, que você vai ter que também ampliar as
784 restrições, e não ao contrário, você fazer mais simples ainda a Resolução quando
785 você ampliou ainda a área que você vai aplicar os poluentes químicos diretamente
786 no solo, né, pra deixar ali disponíveis para a biodiversidade e pra água, e pros
787 alimentos e pras pessoas, porque ninguém vai controlar que o cidadão vai colocar
788 o lodo classe A no alimento e vai esperar lá 40, 60 dias, 70 dias, é lógico que não
789 há controle sobre isso e todo mundo sabe, nós não somos mais crianças, né, nós
790 temos que encarar a realidade como os europeus estão encarando, como os
791 americanos estão encarando. A economia circular, ela só vai ser bem feita, como
792 foi mencionado né pelo senhor, se ela tiver atrelada a sistemas de transparência
793 sobre as substâncias químicas perigosas nas cadeias dos produtos. Isso é uma
794 luta que está acontecendo nesse momento na Europa, né? Nós não podemos
795 criar uma economia circular tóxica, pegar..., é a história dos plásticos, se eu pego
796 um brinquedo, não é Zilda, isso apareceu lá na Convenção..., na última COP da
797 Convenção de Estocolmo, um estudo do (...), eles descobriram que os plásticos
798 que estão sendo usados pra reciclar, para fabricar brinquedos infantis, estão
799 totalmente contaminados com POPs. Então, que economia circular..., desde
800 quando que a reciclagem é sempre boa? Isso é um mito, é um mito. A reciclagem
801 não é sempre boa, ela pode ser muito tóxica, ela pode pegar o tóxico da cadeia e
802 ir levando pra diante esse tóxico até chegar de volta na cadeia, por isso que eles
803 querem criar produto, usar o termo produto em vez de lodo, né, por quê? Porque
804 você tá criando um produto tóxico, sabe disso, todo mundo sabe disso, ninguém
805 aqui vai me, vai me dizer que não, ninguém vai dizer que não. Eu sei que o que eu
806 estou falando é a verdade, eu só estou pedindo que a gente encontre soluções
807 para o uso do lodo e que se for pra encontrar o uso do lodo, se for pra determinar
808 que uma parte desse lodo pode ir pra agricultura, que seja a parte do lodo não
809 tóxica. E eu estava lendo no documento da ABES, que isso não tá bem claro, né,
810 eu notei também que não é uma revisão, é um substitutivo. Eu acho muito
811 diferente..., eu acho que quando a gente faz uma revisão, a gente analisa a
812 Resolução que tá em vigor e vai fazer nela as alterações que o desenvolvimento
813 científico-tecnológico trouxe de 2006 para cá. Todos concordam comigo que não é
814 esse o objetivo de uma Resolução? Eu faço uma Resolução, a Resolução tá
815 ótima, certo, ela fechou todos os campos, ela não é perfeita, mas ela fechou todos
816 os campos, ela obriga o monitoramento de POPs, mesmo não dizendo qual é o
817 nível seguro permitido, porque não há nível seguro permitido pra POPs. Essa é a
818 razão de por que não haver, não há nível seguro. O POP, ele é tão perigoso em
819 pequeníssimas quantidades, que o fato de você detectar o POP no lodo já tornou
820 o lodo um resíduo perigoso. Portanto, você não pode usar como fertilizante. Logo
821 dizer que a Resolução 375 pede o monitoramento pelo monitoramento é não
822 conhecer, talvez isso seria importante a gente trazer, Dra. Zilda, seria importante a
823 gente trazer pra uma reunião uma apresentação sobre os poluentes orgânicos
824 persistentes, sobre as convenções internacionais, sobre o (...), sobre riscos
825 químicos, sobre o potencial que nós temos de criar áreas contaminadas inclusive,
826 enquanto a gente tem uma Resolução lutando, né Zilda, pra que os Estados façam
827 a sua tarefa da gente mapear as áreas contaminadas, a gente tá aqui fazendo

828 uma revisão pra criar novas áreas contaminadas, dada a flexibilidade que eu
829 observei na proposta. Eu notei que os mais importantes anexos da Resolução
830 sumiram da proposta, isso não é uma revisão, isso é um corte total de todas as
831 garantias das salvaguardas que nós tínhamos. As salvaguardas são difíceis para
832 serem..., esse é um outro ponto que eu queria mencionar, é difícil colocar em
833 prática essa Resolução 375? É, ela é pra ser difícil mesmo, ela é pra ser um
834 desafio, por quê? Porque esse desafio de buscar fazer corretamente a reciclagem
835 do lodo pra não causar danos a biodiversidade e ao ser humano, ela tá dentro de
836 um grande conceito global da economia circular, que é a gente tentar reduzir ao
837 máximo a substâncias químicas tóxicas na origem, entende? Foi isso que eu
838 escrevi quando eu fiz o meu parecer pra Resolução 481, de 2018, sobre lodo, eu
839 escrevi isso lá. A Suécia só permite a aplicação de lodo na agricultura, porque eles
840 têm um controle rigoroso na origem, eles têm uma política...

841

842

843 **A SR^a. ZILDA MARIA FARIA VELOSO – Presidente da CTQAGR (MMA) – A**
844 **481 não é sobre lodo.**

845

846

847 **A SR^a. ZULEICA NYCZ (Apromac) –** Então, desculpa. Não é lodo, é
848 compostagem que permite a adição de lodo em até 99%, 99.99, mais 1 milhão de
849 “novos”, porque a 481 não estabelece qual é a quantidade de lodo que você pode
850 agregar, portanto pode ser 99%. Então, ali já foi dado um baile, vamos dizer
851 assim, já passaram a perna na 375 ali. Hoje você pode pegar o lodo de esgoto
852 totalmente contaminado com POPs, mercúrio, chumbo, assim em quantidades
853 inimagináveis e associar isso a compostagem orgânica, porque ali não tá
854 mencionado que a 375 tem que ser cumprida. Então, não há necessidade hoje
855 nem de desmontar a 375, porque você já tem a 481, a 481 já te deu todas as
856 oportunidades inimagináveis de falta de controle. Portanto, nunca teremos uma
857 economia circular. Isso nós vamos ter que descartar, enquanto a gente pensar
858 desse jeito, enquanto a gente fizer resoluções mal feitas e ruins, e cheias de
859 lacunas propositais, né, justamente para passar a perna nas resoluções mais
860 importantes, mais sérias, nós nunca vamos ter economia circular. Então, nós
861 vamos ter que descartar, nunca mais mencionar aqui no Brasil a economia
862 circular, porque nós vamos estar falando bobagem, porque nós não fazemos o
863 controle na origem, nós não ensinamos as pessoas, não fazemos a
864 conscientização das pessoas usarem menos substâncias tóxicas, nós não
865 controlamos o Triclosan. O Triclosan que é proibido no mundo inteiro, no Brasil é
866 usado em sabonetes, em shampoos, que vai tudo pro esgoto e é um POP, né, não
867 é um POP, desculpe, é uma substância química tóxica, mas não é um POP, mas é
868 uma substância que já deveria ter sido proibida há décadas no Brasil. Então, com
869 certeza vai encontrar o Triclosan, né. Isso é uma descoberta recente com
870 desenvolvimento científico-tecnológico, que deveria estar nessa proposta da
871 ABES, pois a ABES tem que levar em conta que o mundo se desenvolveu e que
872 nós descobrimos que tem muito mais substância tóxicas do que nós achávamos
873 que tinha, e de lá pra cá foi mais nove POPs foram incorporados a Convenção de

874 Estocolmo. Então, esse é um desenvolvimento que tem que ser levado em conta
875 na revisão, por isso que os acadêmicos têm que ser chamados, mas com esse
876 objetivo, não acadêmico pra, né, pra não dizer nada. Então, me preocupa muito
877 isso que o desenvolvimento tecnológico e científico não foi colocado aqui. É,
878 discordo que devemos trabalhar a partir de um substitutivo, porque daí nós vamos
879 ter o trabalho de ter que colocar o que tá em vigor dentro do substitutivo, eu acho
880 que a ABES deveria repensar a sua estratégia, porque ela é inadequada, do ponto
881 de vista da segurança química, do ponto de vista político, né, é uma forma um
882 pouco, eu achei assim inadequada mesmo de colocar, quer dizer, vamos fazer a
883 revisão matando a 375, eu vi isso claramente, eu não tenho a ilusão, eu prefiro
884 fazer a revisão da 375 como ela mesma ordena a partir dela mesma. Essa é a
885 opinião das ONGs que trabalham com segurança química e com saúde, né? Nós
886 estamos preocupados com a saúde, nós não fizemos a 375 para 7 anos depois
887 dizer: “essa aqui não serve mais, não, ela tem dificuldades? Tem, ela é cara? É”;
888 mas, então isso é uma forma da gente incentivar as empresas a procurarem novas
889 alternativas pro lodo, né? Eu vi um programa do André Trigueiro outro dia, até não
890 gostei do começo quando ele ficou elogiando o lodo de esgoto no cafezal, mas em
891 seguida ele apresenta, porque eu não conheço como é que fica no cafezal, como
892 é que ficou solo, eu não tenho acesso as informações. Então, como eu não tenho
893 acesso a informação, eu tenho que desconfiar. Esse é o meu papel, né? A
894 metodologia científica é essa, né, eu não posso acreditar no que eu não vi, eu
895 tenho que vê e como não é acessível pra mim os boletins de monitoramento do
896 solo, dos resultados laboratoriais. Então, eu desconfio. Mas, quando ele na
897 segunda parte do programa, ele elogia e eu não conheço uma solução que uma
898 empresa está tendo, não sei se é em São Paulo pra produção de energia, né, eu
899 penso que é uma alternativa, eu não sei se ela é tóxica também, eu não tenho
900 uma análise ainda da toxicidade dos riscos químicos dessa outra experiência, mas
901 eu não vejo que todo lodo tem que ir pra agricultura, é isso que eu quero dizer.
902 Então, eu acho que não precisa ficar desesperado, ah só porque 0,1, não, calma!
903 Nós temos que pensar com a cabeça no lugar, porque a 375 ela é baseada na 40,
904 né, na CFR 505, 503.

905

906

907 **A SR^a. ZILDA MARIA FARIA VELOSO – Presidente da CTQAGR (MMA) –**
908 **Conselheira, só pedindo. É porque eu abri pra perguntas pra depois..., eu sei que**
909 **você tá fazendo um levantamento muito positivo sobre o seu posicionamento**
910 **sobre o assunto, mas era só pra gente não perder e eu poder encaminhar pros**
911 **outros Conselheiros que pediram a palavra.**

912

913

914 **A SR^a. ZULEICA NYCZ (Apromac) –** Então, eu vou terminar. Vou terminando
915 aqui só com uma pergunta, né? Por que, por exemplo, né, entre várias, são
916 perguntas que eu estou fazendo na verdade, porque quando eu faço uma crítica,
917 eu estou provocando uma resposta. Mas, por exemplo, não há monitoramento,
918 frequência de monitoramento, isso também foi por terra, isso é fundamental, isso é
919 fundamental, isso é básico por quantidade aplicada. Eu não vi isso, eu vi algumas

920 menções de onde pode aplicar, qualquer coisa assim, ela vai totalmente, ela
921 desmonta totalmente a 375, que é baseada numa Norma Americana muito sólida,
922 consistente e com o objetivo de flexibilizar a Norma. Isso é muito perigoso, porque
923 não existe lodo de esgoto doméstico que não tenham elementos tóxicos muito
924 parecidos, às vezes, com os industriais hoje no Brasil em todas as cidades, a
925 menos que a gente esteja falando de lodo de esgoto doméstico de cidades onde
926 não existem praticamente o uso de substâncias tóxicas nas casas, que eu duvido.
927 Muito obrigada.

928

929

930 **A SR^a. ZILDA MARIA FARIA VELOSO – Presidente da CTQAGR (MMA) –**
931 Obrigado Zuleica. Eu tenho inscritos o Wanderley, a Priscila e o Luiz Antônio. Mais
932 alguém pediu a palavra? E aí eu passo a palavra pra ABES pra dar um retorno.
933 Wanderley, por favor.

934

935

936 **O SR. WANDERLEY COELHO BAPTISTA – TITULAR (CNI) –** Bom dia a todos.
937 Zilda, eu não tenho questionamentos sobre a apresentação feita pela ABES, eu
938 acompanhei também a discussão e aprovação da Resolução de Lodo e Esgoto,
939 atualmente vigente. Infelizmente me lembrou uma época que as companhias de
940 saneamento me colocaram que a Resolução tornaria muito difícil a aplicação do
941 lodo pra..., como fertilizante e nós sabemos que o Brasil é um país com solos
942 muito antigos, solos pobres em nutrientes e o uso do lodo é bastante, digamos,
943 seria bastante salutar a aplicação dele utilizando técnicas corretas baseada em
944 parâmetros agrônômicos e que obviamente observa as questões ambientais de
945 saúde pública. A CNI apoia a revisão da Resolução, achamos que não só lodo,
946 mas resíduo, né, e tem preconceito. Hoje o mundo inteiro tá tratando resíduo
947 como recurso, porque no fundo, no fundo é um recurso, que uma vez reciclado e
948 nós achamos que a reciclagem é sempre positiva em qualquer caso, como tratar
949 esgoto é muito melhor que não tratar; também achamos que a reciclagem é
950 sempre positiva obviamente, e depende da aplicação do reciclado. Então, quando
951 ele vem pra substituir a matéria-prima virgem, com as mesmas características,
952 com as mesmas qualidades, ele sempre é positivo. Então, esse é um parâmetro
953 que nós temos, a gente defende inclusive a desoneração completa das cadeias de
954 reciclagem pra estimar a reciclagem no Brasil, né? Esse é um ponto, parâmetro
955 importante, eu não tenho crítica ao texto, porque realmente eu não tive condições
956 de analisá-lo, ele merece ser estudado, não só lido, né? Porque é denso, ele é
957 mais complexo, mas acho que uma revisão ampla é necessária, pena que ela veio
958 atrasada, deveria ter vindo antes. Tá? Então, Zilda, meu posicionamento é apenas
959 esse, tá, e depois a gente parte pra discussões sobre deliberação da tramitação
960 da matéria aqui na Câmara Técnica. Muito obrigado.

961

962

963 **A SR^a. ZILDA MARIA FARIA VELOSO – Presidente da CTQAGR (MMA) –**
964 Obrigado Wanderley. Priscila. CNM.

965

966

967 **A SR^a. PRISCILA BERNARDES ÁLVARES (CNM)** – Priscila da CNM. Bom, que
968 aqui assim ao nosso ver a respeito dessa matéria, né? Primeiro que nós somos
969 muito favoráveis a todos os avanços tecnológicos que venha auxiliar na gestão e
970 no gerenciamento dos resíduos sólidos, né, principalmente do lodo nos
971 municípios. Principalmente hoje nos municípios de pequeno porte, você tem um
972 problema muito grande com a coleta, com o tratamento e a disposição final,
973 quando há todas essas etapas, né, pra onde que vai parar esse lodo, porque
974 muitas vezes não é nem aterro sanitário, como o André falou, muito bem disse, e a
975 Dra. Zilda também ressaltou a disposição final ambientalmente inadequada, né. E
976 o que assim, eu gostaria de ter um pouco mais, tirar as minhas dúvidas, é que eu
977 gostaria de ver de vocês em relação à questão econômica, né, a viabilidade
978 econômica da utilização do lodo para agricultura, né, em detrimento da viabilidade
979 econômica do tratamento dele e da disposição final assim, uma comparação. A
980 segunda questão também, que pra gente traz aí, é porque alguns municípios, eles
981 são autônomos, né, então eles não têm concessionárias e isso muitas vezes está
982 atrelado há uma falta de corpo técnico especializado que conseguiria dar
983 destinação desse lodo para a aplicação em solos. Isso nos preocupa um pouco,
984 porque como é que a gente traria aí uma obrigação pros municípios em relação à
985 destinação desses lodos pra..., não traria? Não, não traria né? Porque me
986 preocupa, as concessionárias certamente têm um corpo técnico muito mais
987 especializado pra lidar com esse tipo de situação, do que os municípios que são
988 autônomos, e que a gente sabe das dificuldades que eles enfrentam pra poder
989 tratar esse tipo de resíduo e dispor depois sem causar maiores problemas, né, em
990 relação a isso. Então, muito pra gente seria a questão da viabilidade econômica e
991 essa dúvida que eu tinha se isso traria uma obrigatoriedade dos municípios
992 autônomos também fazerem esse tipo de tratamento e implantar o GLs nas suas
993 Unidades de Tratamento. E aí eu concordo com a fala do André, quando ele fala
994 que se for pra gente fazer isso, que o licenciamento esteja casado pra poder
995 acelerar as etapas e não ter mais uma etapa de burocracia e de dificuldade pra
996 que a gente avance nesse tratamento que pra gente é sempre muito bom, quanto
997 mais à gente conseguir tratar os resíduos de forma adequada, melhor né. Então, é
998 isso.

999

1000

1001 **A SR^a. ZILDA MARIA FARIA VELOSO – Presidente da CTQAGR (MMA)** –
1002 Antes de passar ao Luiz Antônio. É só pra esclarecer, Priscila, a exemplo da 375,
1003 a proposta atual, ela não obriga ninguém, ela só dá a qualidade, se você quiser
1004 usar, você faz dessa forma, né, ela define um padrão de qualidade pro uso do lodo
1005 no solo, no solo (...), ela só traz um padrão de qualidade, quer dizer, se você for
1006 usar tem que seguir essas e essas referências.

1007

1008

1009 **A SR^a. PRISCILA BERNARDES ÁLVARES (CNM)** – Então, pra gente a questão
1010 econômica também seria...

1011

1012

1013 **A SR^a. ZILDA MARIA FARIA VELOSO – Presidente da CTQAGR (MMA) –** Não,
1014 não, não é obrigatória, até seria um contra-senso, né, eu acho que cada um tem
1015 que ter a sua decisão de acordo com o seu Plano de Saneamento, Plano de
1016 Resíduos e tudo mais. Luiz Antonio, Celma e Bernardo.

1017

1018

1019 **O SR. LUIZ ANTONIO GARCIA CORRÊA (FATMA/SC) –** Bom dia a todos e a
1020 todas. Vou procurar ser bem breve aqui nas questões que foram colocadas. Nós
1021 no Estado de Santa Catarina, né, a gente por uma proximidade até que tem com o
1022 Paraná, a gente tem tido muito contato lá com a Sanepar, está tendo uma, vamos
1023 dizer, diria uma influência, né, mas por essa proximidade muitas questões
1024 relacionadas ao lodo de esgoto estão sendo conduzidas de uma forma bem
1025 igualitária daquilo que a Sanepar faz. Eu tenho aqui assim, uma questão assim
1026 que eu gostaria que vocês fizessem uma abordagem talvez um pouco mais
1027 aprofundada, né. O que nós temos, vamos dizer, no marco atual, nós tivemos um
1028 direcionamento e foi nessa questão do lodo se transformar em um produto, né, e
1029 também abro aqui um parêntese, que lá no Estado, nós temos alguns resíduos
1030 provenientes do setor industrial, tá? Dá um exemplo aqui, a lama de cal, né, ela
1031 vem da indústria de papel e celulose, a destinação desse resíduo, principalmente
1032 nas grandes áreas que têm plantadas e reflorestamento, ela é altamente, vamos
1033 dizer, benéfica e pra nós autorizarmos, eu digo no caso no Estado, Órgão
1034 Ambiental essa aplicação, né, ela foi precedida dessa lama de cal, (...) e (...), né,
1035 verter esse registro no mapa, né. Até na época foi, criou uma série de obstáculos,
1036 porque como é que se enquadra, que não se enquadra, mas era uma segurança
1037 que se tinha pro órgão, né, e eu avanço isso e falo pra vocês faz mais de 15 anos
1038 que aconteceu isso. Então, assim, teve essa questão que ela dá essa segurança,
1039 além de dá no caso específico aqui do lodo se qualificando ele como produto,
1040 você sai da questão, vamos dizer, meramente dum tratamento de resíduo, a
1041 disposição dele e dá uma outra colocação. Nesse sentido que eu vejo assim essa
1042 restrição, eu acho que foi colocado que criou, vamos dizer, muitos obstáculos e
1043 não conseguiu se avançar, e daí entra talvez também o lado, o econômico em
1044 todos os sentidos, né, que acabou freando, vamos dizer, esse avanço. Segundo
1045 ponto aqui que eu gostaria que vocês abordassem um pouco mais, eu li com muita
1046 rapidez o texto, mas assim, o que eu observei que na parte técnica, vamos dizer,
1047 do lodo, ela tá centrada nessa UGL, né, o que nós vamos ter assim na hora de
1048 dispor no solo? Nós vamos ter um lodo tratado? Ou é um lodo... Hã? É um lodo
1049 tratado, né. Então, isso aqui até uma observação, vamos dizer, futura aqui até no
1050 conceito lá, é o lodo tratado que vai e não simplesmente o lodo, né, o lodo tratado
1051 no uso benéfico. E o terceiro ponto que eu gostaria aqui, que eu não sei se vocês
1052 têm alguma experiência, ela foge aqui ao que a gente tá abordando, mas vamos
1053 dizer dentro das concessionárias em relação aos lodos gerados no Sistema de
1054 Abastecimento de Água, se vocês assim, só pra colocar assim, se vocês têm
1055 algum avanço em relação a essa questão, ou tá indiretamente pra aterro, ou
1056 penso em fazer alguma coisa nesse sentido. É isso.

1057

1058

1059 **A SRª. ZILDA MARIA FARIA VELOSO – Presidente da CTQAGR (MMA) –**
1060 Brigado, Luiz Antônio. Celma, e Bernardo, e aí passo pra ABES.

1061

1062

1063 **A SRª. CELMA ALVES DOS ANJOS – SUPLENTE (Anamma Centro-Oeste) –**
1064 Celma da Anamma Centro-Oeste. Eu peço até desculpa, eu não vou me
1065 aprofundar muito, porque na verdade, eu não tive o tempo suficiente pra fazer
1066 comparativo entre a proposta e a 375 existente. Mas, como Município, eu entendo
1067 que a Gestão de Tratamento de Água e Esgoto, os municípios estão pegando pra
1068 si essa responsabilidade e a disposição dele tem, desses lodos têm sido de forma
1069 meio que equivocada pelas prefeituras e por essas companhias que estão dentro
1070 dos municípios. Então, é preocupante e têm algumas questões aqui da proposta
1071 que eu li, que eu identifiquei, que eu não consigo, como eu não sou especialista
1072 da área, merecia uma discussão mais amíúdo com relação a isso, nada contra a
1073 revisão em função da inovação tecnológica, evidente que ela precisa sim ser feita,
1074 mas eu me preocupo muito, porque dentro dessa gama de empresas municipais
1075 que tá cuidando disso e dispondo de forma errada, eu quero assegurar que a
1076 coisa seja feita de uma forma mais responsável pra que aqui na ponta a coisa não
1077 fique..., porque já identifico algumas áreas em alguns municípios de disposição
1078 por Estação de Tratamento de Esgoto de grande porte de capitais que está
1079 fazendo essa disposição, e já estão constadas as contaminações. Então, eu fico
1080 muito temerosa com essas coisas, mas nada contra essa revisão, desde que não
1081 aleije, deixe ela aleijada pra que a gente tenha problemas futuros para os
1082 municípios que tá lá na ponta resolvendo os problemas. Obrigada.

1083

1084

1085 **A SRª. ZILDA MARIA FARIA VELOSO – Presidente da CTQAGR (MMA) –**
1086 Obrigado, Celma. Bernardo.

1087

1088

1089 **O SR. BERNARDO SOUTO – TITULAR (CNC) –** Bom dia a todos. A CNC apoia a
1090 revisão da Resolução 375, uma Resolução que tem 12 anos, e que os dados
1091 estão sendo... Estão demonstrando que ela é ineficaz, ela não está sendo
1092 utilizada, de um recurso que é utilizado em outros lugares do mundo de forma
1093 segura ela não é uma boa resolução. Então, a CNC apoia, eu tenho algumas
1094 dúvidas, eu li a resolução, mas são questões que numa conversa mais detida, a
1095 gente pode esclarecer, e eu acho que eu tenho que parabenizar a ABES, porque
1096 saiu do ponto de conforto, falado pelo Marcelo, de que é muito fácil dispor o lodo
1097 em aterro, inclusive por questão de segurança jurídica, e está aqui dando a cara à
1098 tapa para apresentar uma proposta que inova no sentido de tentar buscar um uso
1099 mais sustentável desse recurso.

1100

1101

1102 **A SRª. ZILDA MARIA FARIA VELOSO – Presidente da CTQAGR (MMA) –**
1103 Obrigada, Bernardo. Agora eu passo para a ABES.

1104

1105

1106 **A SR^a. CÉLIA REGINA RENNÓ – TITULAR (ABES)** – São muitas perguntas, nós
1107 temos algumas coisas que podem ser respondidas, eu acho que tem mais de um
1108 especialista aqui que pode tentar responder perguntas diversas. Tá? Eu estou
1109 aqui olhando, tem hora que eu olhava pra um, tinha hora que olhava para outro, e
1110 a coisa fica meio complicada. Eu vou tentar fazer essa distribuição, mas acho
1111 melhor você, que é o coordenador da Câmara, tentar responder o máximo
1112 possível e, aí, alguma dúvida específica, a gente repassa, que tem gente aqui que
1113 pode falar mais especificamente de alguns dos pontos questionados.

1114

1115

1116 **O SR. MARCELO MIKI (CT Tratamento de Esgoto/ABES)** – Bom, então, vamos
1117 por partes, vamos ver se eu consigo responder algumas questões. Bom, primeiro
1118 agradecer a colocação do André. Em relação ao *benchmarking*, eu vou pedir uma
1119 ajuda para o César, eu não sei se ele vai ter alguma informação, mas assim eu já
1120 tenho uma transparência aqui dos Estados Unidos, que nos Estados Unidos, a
1121 proporção é 36%, ele vai para agricultura, 28% vai para aterro sanitário é uma
1122 proporção menor, e ainda existe a parte da incineração, recuperação de áreas
1123 degradadas de florestas 2%, tem ainda aterros exclusivos 2% e outros 6%.
1124 *(Intervenção fora do microfone. Inaudível)*. Exatamente. Exatamente. Oito. Mais
1125 que oito milhões de toneladas por ano de produção.

1126

1127

1128 **A SR^a. CÉLIA REGINA RENNÓ – TITULAR (ABES)** – E o Brasil... Célia da
1129 ABES. E o Brasil, hoje, não consegue alcançar cem mil toneladas/no de
1130 disposição, hoje, os Estados Unidos tem mais de oito milhões de toneladas/ano
1131 dispostos na agricultura. Cumprem a 503, que tem já várias modificações, que
1132 depois a gente pode pegar.

1133

1134

1135 **O SR. MARCELO MIKI (CT Tratamento de Esgoto/ABES)** – E o professor
1136 Matos, ele fez uma... Na exposição que ele fez, ele colocou, assim, que existe
1137 uma grande demanda de lodo pro o uso agrícola, ele coloca, assim: por ano é o
1138 um e meio, a dois trilhões de lodo, até teve uma brincadeira, falta lodo para ser
1139 colocado na agricultura. Bom, não sei se o... César, você tem alguma coisa a
1140 colocar disso?

1141

1142

1143 **O SR. CÉSAR (DESA/UFMG)** – Bom dia. Só me apresentar, talvez, meu nome é
1144 César Motta, sou professor do Departamento de Engenharia Sanitária Ambiental
1145 da UFMG. Eu sou coordenador do INCT, que é o Instituto Nacional de Ciência e
1146 Tecnologia, estava mencionado aí, com foco em ETE sustentáveis, a gente está
1147 pensando aí em projeto grande, começou o ano passado, são cinco anos de
1148 projeto, a gente conta com participação de várias universidades brasileiras e com
1149 parceiros internacionais também, e a gente está trabalhando na questão de

1150 esgoto, ETE sustentáveis, a gente está começando desde lá da rede esgoto,
1151 tentando mudar prática, capacitar pessoas, capacitar a população em geral e
1152 também, claro, no tratamento, fase líquida, fase sólida, fase gasosa também. A
1153 gente entrou nesse debate, nesse tema, porque realmente tem tudo a ver com o
1154 que a gente quer fazer com nosso foco de trabalho, então a gente participou das
1155 reuniões e, inclusive culminou nesse seminário agora, semana passada. Eu acho
1156 que o foco de todo mundo é segurança pública e de meio ambiente, eu acho que
1157 não dá para duvidar disso, seja você ONG, seja Academia, seja ABES,
1158 Companhia de Água. Talvez, eu vou só... Antes de eu começar tentar responder
1159 algumas perguntas, eu vou só enfatizar que a gente não tem interesse comercial
1160 nenhum em nenhuma parte disso, nós somos realmente isentos, a gente está
1161 preocupado com segurança de saúde pública e proteção do meio ambiente, e
1162 também claro a melhor sustentabilidade no que diz respeito ao saneamento no
1163 Brasil. Com relação ao *benchmarking* varia muito, têm muitas experiências
1164 internacionais, cada País escolheu uma maneira, mas na Europa, pelo menos, e
1165 nos Estados Unidos, o Miki já respondeu bem para os Estados Unidos. Na Europa
1166 varia muito, mas a maior parte dos países tem números muito expressivos de
1167 reuso de esgoto na agricultura, Inglaterra é um exemplo muito forte, eu não lembro
1168 especificamente os números, em percentual, né, tipo, ainda mais... 40 a 60%. E,
1169 essas práticas lá, Portugal, Espanha, França também. Alemanha também, um
1170 percentual um pouco menor, mas também expressivo, eu acho que 30%. Essas
1171 práticas foram acompanhadas em muitas vezes de... Na verdade foram... O
1172 gatilho para essas práticas foi, na verdade, a proibição ou restrição de disposição
1173 desse lodo de esgoto em aterro, começou assim, então as companhias tiveram
1174 que dar uma destinação final adequada ao lodo, certo? Então, os números, a
1175 gente pode, talvez, especificar melhor, mas em geral são muito representativas,
1176 muito expressivos.

1177

1178

1179 **O SR. MARCELO MIKI (CT Tratamento de Esgoto/ABES)** – Eu achei uma outra
1180 informação aqui do Seminário na Austrália, ele coloca 75% vai para agricultura.
1181 Então colocando mais essa questão do uso benéfico, né?

1182

1183

1184 **A SR^a. ZULEICA NYCZ (APROMAC)** – *Ele tem um programa de controle na*
1185 *origem de substâncias químicas, por isso eles podem fazer isso, se não eles não*
1186 *poderiam...*

1187

1188

1189 **A SR^a. ZILDA MARIA FARIA VELOSO – Presidente da CTQAGR (MMA)** –
1190 Zuleica, por gentileza, fala no microfone, porque a reunião está sendo gravada, se
1191 a fala não ocorrer ao microfone, ela não vai fazer parte, aí depois vai reclamar que
1192 o resumo da reunião não contemplou, por gentileza.

1193

1194

1195 **A SRª. ZULEICA NYCZ (APROMAC)** – Então, muito legal esses exemplos,
1196 inclusive eu dei o da Suécia. Esses países, eles avançaram porque eles têm uma
1197 política de segurança química, nós somos um País subdesenvolvido, não vamos
1198 nos comparar, logicamente, nem com a Austrália, nem com Alemanha, nem com a
1199 Suécia, eles têm, a Suécia, por exemplo, já baniu o chumbo em tintas, em 1928,
1200 nós estamos em 2018 e, nós não fizemos isso ainda. Então, veja, quando a gente
1201 se compara com ele, quando eu tô falando de substância química, essa é a nossa
1202 preocupação, vocês já devem ter observado, não é contra o uso do lodo na
1203 agricultura, desde que bem feito, sem aquele fedor horrível e tudo, desde que
1204 bem tratado, mas ele não pode estar contaminado, ele não pode ser tóxico,
1205 porque senão a gente vai estar fazendo o caminho inverso, vamos proibir por em
1206 aterro, e vamos, então, permitir a criação de áreas contaminadas sem controle
1207 nenhum, e seria muito pouco inteligente se a gente seguisse esse caminho,
1208 concorda comigo? No Brasil não dá, os nossos órgãos ambientais estão todos
1209 desmontados, não há quem monitore e nem mesmo as UGL, mesmo licenciadas
1210 serão monitoradas, você sabe disso, não são, porque não são até hoje, mesmo
1211 com a 375, que é difícil de ser implementada. Então, porque ela é difícil? Volto a
1212 dizer, ela é difícil porque ela é o mínimo que nós temos, ela é a barreira para a
1213 gente evitar, para que o Brasil não fique igual aos Estados Unidos, nós não
1214 queremos que o Brasil seja igual aos Estados Unidos, está totalmente
1215 contaminado, a Alemanha está totalmente contaminada, entende? Eles têm, a
1216 Inglaterra tem muitas áreas de contaminação, a própria Suécia tem áreas
1217 contaminadas, nós não queremos ser igual a Inglaterra ou queremos ser igual...
1218 Nós queremos, talvez, copiar o modelo sueco, que tomou uma decisão em favor
1219 das suas crianças, eu nunca vou esquecer aqui de um seminário que teve no
1220 Ministério do Meio Ambiente, que eu fui convidada, do (...), promovido com a
1221 cooperação da Suécia, e a gente perguntou: “mas, porque vocês têm uma agência
1222 de substância química com mais de 300 funcionários? No Brasil, nós não temos
1223 mais do que cinco”, no Brasil, na Suécia tem uma agência só para segurança
1224 química, a (...), com mais de 300 funcionários, um País muito menor que o Brasil,
1225 a Suécia é menor que o Paraná, “é porque nós nos preocupamos com as nossas
1226 crianças, é simples assim”, ela respondeu, “nós nos preocupamos com nossas
1227 crianças”, então por isso que, em 1928, eles baniram o chumbo nas tintas, porque
1228 a contaminação de chumbo afeta o QI das crianças, eles queriam crianças
1229 inteligentes, eles querem ser um País soberano, a Suécia precisa sobreviver, ela
1230 não tem a mesma biodiversidade que o Brasil. Então, eu tô fazendo uma defesa,
1231 mas é importante, Zilda, que eu deixe registrado isso, porque quando a gente
1232 compara a Austrália, a Austrália tem um programa de controle na origem, o Brasil
1233 não tem, nós estamos agora discutindo, né, Zilda? Graças ali ao apoio da
1234 Secretaria de Recursos Hídricos, um anteprojeto de lei para controle de
1235 substâncias químicas no Brasil, que não existe, nós não temos, a América Latina
1236 praticamente não tem. Então, esse atraso não pode justificar, é isso que eu quero
1237 chegar, o atraso causado pela falta de interesse, seja do Governo, seja das
1238 próprias indústrias, de terem uma regulação forte para si mesmo, até para elas
1239 poderem competir melhor no exterior, não pode ser justificativa para a gente
1240 flexibilizar com a desculpa “foi muito difícil de serem...”, a Sanepar está

1241 conseguindo, pelo amor de Deus, se a Sanepar consegue, então vão lá fazer um
1242 curso de reciclagem com a Sanepar e ver como é que eles estão conseguindo, o
1243 quê que eles estão fazendo, quais são os problemas, aí sim a gente vai fazer a
1244 revisão. E a outra coisa, a revisão...

1245

1246

1247 **A SR^a. ZILDA MARIA FARIA VELOSO – Presidente da CTQAGR (MMA)** – Eu s
1248 te dei a palavra só pra tu contrapor, a ABES ainda tem que concluir, porque tem
1249 muitas perguntas, por favor.

1250

1251

1252 **A SR^a. ZULEICA NYCZ (APROMAC)** – A revisão, ela tem que...

1253

1254

1255 **A SR^a. ZILDA MARIA FARIA VELOSO – Presidente da CTQAGR (MMA)** – Só
1256 pra gente não perder a sequência.

1257

1258 **A SR^a. ZULEICA NYCZ (APROMAC)** – Eu não estou vendo, até agora, qual é o
1259 desenvolvimento científico-tecnológico que ocorreu de 2006 pra cá, que está
1260 sendo usado e aplicado nessa proposta, nesse substitutivo, porque ao tirar os
1261 anexos, é como se os POPs não existe mais? Quando você tira a POPs, quer
1262 dizer que os POPs deixaram de existir, o desenvolvimento científico é tão alto,
1263 hoje, no Brasil, que nós não temos mais POPs, é isso? Por isso vamos virar os
1264 POPs? Isso, para mim, é uma coisa meio esquizofrênica, eu não estou
1265 entendendo, eu realmente não estou entendendo, qual é o desenvolvimento
1266 científico-tecnológico que justificou a retirada dos POPs, por exemplo.

1267

1268

1269 **A SR^a. ZILDA MARIA FARIA VELOSO – Presidente da CTQAGR (MMA)** – Tá
1270 bom. Obrigada, Zuleica.

1271

1272

1273 **A SR^a. CÉLIA REGINA RENNÓ – TITULAR (ABES)** – Eu só vou responder
1274 parcialmente aqui. Célia Rennó da ABES. Na realidade, Zuleica, esse texto, ele foi
1275 revisto com a participação de todas essas figuras, que têm... Que têm utilizado o
1276 lodo, que tem sido restringido, e o que a gente viu aqui nesses anos, dessa
1277 resolução em vigor, o que aconteceu aqui no Brasil é que houve uma implosão,
1278 quer dizer, em vez da gente avançar na questão do lodo, houve um retrocesso,
1279 cada vez está se usando menos. E, aí, nós trouxemos as experiências externa,
1280 nós trouxemos as experiências externas, nos Estados Unidos, com os parâmetros
1281 deles, do pessoal da Austrália e do pessoal da Inglaterra, onde eles... Onde com
1282 legislação comparada nessa mesma forma, com essas previsões que a gente
1283 colocou dentro desse novo texto construído, não foi pelas companhias, foi pelas
1284 companhias de saneamento, pela Academia, por outros públicos, por isso que
1285 ABES tomou a frente, onde eles trouxeram informações que visam, então, buscar
1286 realmente um uso mais intenso do lodo, porque a gente acredita que uma

1287 intensificação do uso do lodo traz com que o conhecimento seja ampliado, e a
1288 gente vá realmente conseguir uma melhoria dentro desse... Dos parâmetros
1289 serem melhores monitorados, da gente ter um controle maior, da gente ter dado e
1290 subsidiar decisões maiores. Então foi buscando isso que a ABES tentou construir
1291 esse texto aí, e os técnicos é que vão te mostrar como é que isso foi construído e
1292 o que está previsto ou não está previsto aí. Para isso, eu passo para o Marcelo,
1293 que você faz aí a complementação.

1294

1295

1296 **O SR. MARCELO MIKI (CT Tratamento de Esgoto/ABES)** – Bom, eu vou tentar
1297 fazer uma resposta para a Zuleica, que está preocupada aí com a questão dos
1298 poluentes orgânicos, né? Sim. O que eu... Você fez uma colocação de que
1299 praticamente não há lodos com elementos tóxicos, então, assim, partindo dessa
1300 premissa que todo lodo ele estaria contaminado, então vamos partir dessa
1301 premissa que você está correta, todo lodo está contaminado, então se todo lodo
1302 está contaminado, então, hoje, não vou mandar para a agricultura, e eu vou
1303 mandar para aterro sanitário, que é o que eu estou fazendo atualmente, e no
1304 aterro sanitário, o lodo, ele vai produzir chorume, tudo vai passar... Vai passar pelo
1305 chorume. O que os aterros sanitários muitas vezes utilizam? Eles acabam
1306 encaminhando o chorume para a Estação de Tratamento de Esgoto Sanitário, e se
1307 passou tudo, partindo que passou tudo, eu... Esse elemento, ele vai voltar para o
1308 rio, então, porque ele é refratário, existe até críticas, por exemplo, que todos os
1309 elementos numa Estação de Tratamento de Esgoto, o chorume possui tanto
1310 refratário, que a Estação de Tratamento de Esgoto, ele não foi dimensionado para
1311 tratar esses refratários. Então, o que eu quero dizer é o seguinte, então o
1312 problema não resolveu, a gente tem o problema, quer eu mande o lodo para a
1313 agricultura ou quer eu mande para o aterro sanitário, o problema continua. Então,
1314 isso não está resolvendo o problema. Então, assim, tudo bem, não quer colocar o
1315 lodo na agricultura? Não coloca, mas esse problema, ele permanece. Agora, eu
1316 queria fazer, até aproveitar, ainda colocar a cara para bater, como foi colocado,
1317 assim, está certo, mas a SABESP, a Companhia de Saneamento Básico do
1318 Estado de São Paulo, a Opersan, também que opera a cidade de Jundiaí, o
1319 município, nós acabamos utilizando um outro caminho, nós utilizamos a
1320 abordagem de fazer o registro no Ministério da Agricultura, e no Ministério da
1321 Agricultura não tem esses monitoramentos dos orgânicos. Então, a minha
1322 pergunta, então a gente tá errado? Mas, assim, quem tá errado? A minha
1323 pergunta assim. Então, a gente tem que destruir as instruções normativas do
1324 MAPA? Porque a gente, então, eu estou levantando uma questão, então estou
1325 fazendo uma coisa que não eu posso? Então, assim, a Companhia de
1326 Saneamento Básico do Estado de São Paulo optou pela via produto, essa é uma
1327 via, que eu acho que as pessoas precisam entender, eu sei que existe toda uma
1328 preocupação, mas quando você transforma ele num produto, toda aquela
1329 responsabilidade pesada na cadeia de responsabilidade jurídica, você cessa, mas
1330 isso não quer dizer que a SABESP não faça os monitoramentos e os controles,
1331 acaba fazendo. Então, assim, então eu enxergo, assim, que além dessa questão
1332 técnica, existe uma sobreposição aí de atividades do Ministério da Agricultura com

1333 as atividades que a gente está discutindo aqui, eu acho que, talvez, essa questão
1334 esteja um pouco mais ampla. Então, a SABESP, há pouco tempo atrás, a gente
1335 obteve o registro da Estação de Tratamento de Esgoto de Botucatu, obtivemos de
1336 novo o registro pra usar o lodo na agricultura. Agora, se essa é a abordagem que
1337 existe que não pode, então, e eu estou obedecendo a uma abordagem do
1338 Ministério da Agricultura, a gente não está persistindo no problema? Então, agora
1339 joguei o problema para vocês. Eu vou continuar nas minhas respostas aqui.

1340

1341

1342 **A SR^a. ZILDA MARIA FARIA VELOSO – Presidente da CTQAGR (MMA)** – Só
1343 um esclarecimento, Marcelo, o que você está dizendo, que falou na sua
1344 apresentação, é que se você faz um tratamento primário nesse lodo, registra ele
1345 como produto, você pode utilizá-lo na agricultura, pela legislação do MAPA. E pela
1346 375, você não poderia, porque o enfoque dela é que é um resíduo da extração de
1347 tratamento de efluentes. É isso?

1348 **O SR. MARCELO MIKI (CT Tratamento de Esgoto/ABES)** – Sim, mas, aí, o
1349 Estado de São Paulo colocou um dispositivo especial, foi uma Resolução... Foi
1350 decisão de Diretoria na CETSB, ele colocou assim: “se o lodo é produto, a
1351 CETESB, eu não... Eu tô fora”, é o MAPA. Então, assim, quer dizer, isso foi uma
1352 decisão que é frágil, a gente discute, mas é a abordagem, é como se fosse, assim,
1353 petróleo é gasolina, é produto, agora se fosse resíduo teria outros tipos de
1354 responsabilidade, né? Bom, eu agradeço aqui as palavras do Wanderley, o mundo
1355 inteiro está considerando resíduo recurso, o que a Priscila colocou, a Priscila saiu,
1356 né? Mas, eu só queria colocar, assim, a questão de viabilidade econômica, assim,
1357 a gente não trata isso na Legislação, a gente não faz o discurso: “se é caro, eu
1358 não vou fazer”, quer dizer, isso a partir do que a Legislação estabelece, a gente
1359 toma as nossas decisões, a gente faz os estudos de viabilidade ou não. A
1360 viabilidade econômica, a viabilidade econômica, por exemplo, a estação de
1361 tratamento de Franca, ela gerava o lodo classe B, ela poderia fazer a
1362 compostagem, secagem, ela tem investido, ela está colocando uma usina de
1363 secagem, mas isso leva tempo, é uma decisão meramente econômica, a
1364 companhia de saneamento vai fazer o que é mais econômico e logístico pra ela.
1365 Então, assim, certas companhias de saneamento podem se dar ao luxo de, por
1366 exemplo, fazer testes, pesquisas e incrementar, a gente acredita que outras
1367 companhias de saneamento não tem essas condições, e essa é uma decisão,
1368 quer dizer, a decisão vai cair numa decisão mais eficiente e mais econômica, e
1369 depois, normalmente, quer dizer, a companhia de saneamento repassa isso na
1370 tarifa. Então, a viabilidade econômica é uma questão também, está dentro do
1371 contexto, ele fornece subsídios para nossa decisão. Bom, a questão aí das
1372 companhias, dos autônomos, de fato tem essa preocupação, aí, mas a gente
1373 também não entrou nessa questão, quer dizer, a gente estabelece os requisitos
1374 técnicos... Técnicos para fazer o uso seguro, e traia essa obrigatoriedade para
1375 todos, quer seja privado, público ou municipal. Bom, aí, tentando responder, eu
1376 acho que já respondi, mais ou menos, para o Luiz Antônio de Santa Catarina,
1377 então a questão, assim, de fato, assim, de fato existe essa questão lodo versos
1378 produto, e até uma questão que, talvez, tenha que ser discutida junto com o

1379 MAPA: “ah, mas se a partir do momento que é produto, então tudo bem”, aí coloca
1380 de qualquer jeito. Bom, acho que as próprias companhias de saneamento básico
1381 já tomaram essa precaução de terem os cuidados de fazer os monitoramentos, e
1382 utilizar essa figura da chamada UGL, colocar o lodo tratado, um lodo... Um lodo
1383 devidamente processado. Durante a nossa discussão, durante a nossa discussão
1384 da proposta da Resolução, a gente até evitou o uso, a gente tem um termo falado,
1385 biosólido, o biosólido é um termo que é utilizado nos Estados Unidos e outros
1386 países, de ser um lodo processado, um lodo processado, e poder ser colocado na
1387 agricultura, só que a gente até recuou, falou assim: “mas, aí, vão falar que a gente
1388 está dourando a pílula”, então a gente até tirou esse termo biosólido, porque até a
1389 própria 503 nos Estados Unidos, ele não tem o termo biosólido na Lei, mas ela
1390 tem nos guias de apoio, os guias de apoio têm. Agora, na própria Lei, o termo
1391 biosólido não tem, existe, até o professor Rafael Bastos colocou, acho na
1392 Inglaterra, o termo biosólido já está até no dicionário. Então, é uma questão,
1393 assim, de preocupação. E, acho que tem essa questão do lodo de ETA, aí não foi
1394 objeto dessa legislação, mas as companhias de saneamento também tentam
1395 fazer, tentam fazer, acho que o mais imediato é fazer a coleta, desidratação e
1396 encaminhar para lodo, quer dizer para aterro sanitário, eu participei de alguns
1397 estudos prévios, introduzi na indústria cerâmica, existem essas abordagens
1398 também, mas na prática, nós não evoluímos, mas eu não queria também me
1399 estender um pouco mais. A Celma colocou da questão da capacitação dos
1400 municípios, e de fato, assim, existe o saneamento, eu acho que o zoneamento por
1401 si só, não só o lodo, mas o tratamento de água, tratamento de esgoto, é uma
1402 atividade técnica de difícil, não é uma tarefa fácil. Mas, bom, a gente tem... Eu
1403 acho que, aí, a discussão fica um pouco mais ampla, a questão das agências
1404 reguladoras, agências ambientais de fiscalização e controle. Então, eu acho que a
1405 gente não teve uma preocupação, talvez, assim do impacto o que vai fazer, a
1406 gente estabeleceu um conjunto de regras, um conjunto de procedimentos a serem
1407 seguidos. Bom, eu acho que... Bom, eu estou sendo meio rápido, mas, assim, sei
1408 lá, por último, Bernardo do CNC, acho que agradeço o apoio, não sei se foi mais
1409 ou menos isso. Eu só queria salientar, assim, que dizer, eu não sou especialista
1410 em todos os campos, mas a gente, acho que é importante, talvez, abrir para o
1411 debate outras oportunidades também, né? Não sei se a Célia quer falar alguma
1412 coisa?

1413
1414

1415 **A SR^a. CÉLIA REGINA RENNÓ – TITULAR (ABES)** – Não, a gente tem outras
1416 perguntas, se quiser... Mais específicas, nós vamos estar aqui o tempo que for
1417 necessário para deliberação de vocês, estamos a ordem para qualquer
1418 detalhamento.

1419
1420

1421 **A SR^a. ZILDA MARIA FARIA VELOSO – Presidente da CTQAGR (MMA)** –
1422 Obrigada, agradeço a ABES. Agora, nós teríamos, coloco aos Conselheiros, que
1423 deliberar sobre duas hipóteses, sobre a criação de um grupo de trabalho, ou existe
1424 também a possibilidade de que nós debatamos o assunto aqui na Câmara

1425 Técnica, tendo em vista inclusive que a Câmara Técnica está com uma pauta
1426 bastante enxuta, que poderíamos ter também a oportunidade de fazer, como já
1427 fizemos em outras ocasiões, de promover o debate na Câmara Técnica, sem
1428 deliberações, fazer, primeiro, várias rodadas de discussão sem deliberações, e
1429 quem sabe até convocando especialistas que os setores possam trazer à Câmara
1430 Técnica e possam enriquecer a nossa discussão, e existe a possibilidade do grupo
1431 de trabalho. Bom, eu coloco essas duas possibilidades na mesa, para que
1432 possamos avaliar qual seria a melhor para esse momento e para o assunto em
1433 questão. André, Wanderley e Adriana. Mourão.

1434

1435

1436 **O SR. ANDRÉ LUIZ FELISBERTO FRANÇA (Abema)** – Bem, eu gostaria de
1437 colocar aqui alguns pontos para reflexão dos senhores membros dessa Câmara.
1438 Primeiro, a gente não está tratando de uma nova resolução a ser construída do
1439 zero, a gente está pautando aqui uma proposta de revisão com uma rica
1440 fundamentação técnica e científica, e fundamentação para cada sugestão de
1441 alteração, quem leu a Minuta, quem leu o trabalho que foi disponibilizado, verificou
1442 isso. Dois, já temos um comando não atendido, o Art. 28 estabeleceu o prazo de
1443 sete anos, a Resolução é de 2006, o prazo venceu em 2013, portanto, estamos há
1444 cinco anos atrasados. Três, a ABES já se adiantou promovendo discussões no GT
1445 Técnico, onde estiveram representados, até onde eu pude perceber, todos os
1446 setores que também estão representados aqui, não necessariamente as mesmas
1447 pessoas, mas os setores, participou... Participaram os municípios, talvez, não a
1448 Celma, o Vitor, participaram os estados, eu não participei, mas participou o órgão
1449 de São Paulo, então já teve um cuidado de trazer para cá, uma proposta com as
1450 arestas aparadas, aberto ao público, portanto, com acesso, aí, facilitado a
1451 qualquer um que quisesse ou presencialmente ou por meio da consulta pública,
1452 que foi feita, contribuir. Esse trabalho, entendo que deve ser aproveitado para
1453 essa discussão. Quatro, já há evidências, conforme já claramente demonstrado na
1454 apresentação da ABES, que a Resolução 375, em que reconhecemos a sua
1455 importância naquele momento da sua publicação, não gerou resultados concretos,
1456 talvez não atendendo as expectativas de quando ela foi elaborada, visto o
1457 resultado que a gente tem, hoje, de 0... Menos de 0,1%, quando comparado com
1458 outros países, por isso eu fiz a pergunta, a gente percebe que ainda há um espaço
1459 muito grande para se avançar. Um outro ponto é a revisão vai ao encontro dos
1460 objetivos estabelecidos na Política Nacional de Resíduos Sólidos, logo deve
1461 assumir um caráter prioritário na discussão. Um outro, sexto ponto, que eu fui
1462 pensando aqui porque permanecer na Câmara? A experiência, eu tenho
1463 experiência de oito anos, não é a mesma experiência da Zilda, mas oito anos que
1464 eu acompanho discussões aqui no CONAMA, e sempre que eu vi o assunto sendo
1465 levado para GT, ele era demasiadamente prolongado, e no final, quando subia
1466 para a Câmara, voltava-se as mesmas posições iniciais. Então, por vezes,
1467 perdia... Se perdiam não, se empenhavam dois, três, quatro, até cinco anos, no
1468 final, os mesmos setores voltavam as mesmas posições e começava a conversa
1469 do zero, isso quando não havia troca de Governo, mudava o representante, “mas,
1470 o que é lodo, o que diz o *benchmarking*”, daqui apouco fazia as mesmas

1471 perguntas todas de novo, e o trabalho não anda, né? Então, se numa Câmara
1472 Técnica já é difícil compatibilizar agenda, porque são dez agendas que precisam
1473 ser compatibilizadas, imagina em GT, que são dezenas de agendas que precisam
1474 ser compatibilizadas. E, por último, a composição de um possível GT, ao que me
1475 parece neste momento, ela seria muito parecida com a própria composição da
1476 Câmara, que são as pessoas que estão aqui acompanhando, que desceriam para
1477 o GT, para depois voltar pra cá, pra depois debater o mesmo assunto, a gente já
1478 viu isso em outras oportunidades, a Adriana deve lembrar do grupo de eólicas,
1479 né? A mesma composição da Câmara era a composição do GT, depois voltou
1480 para a Câmara, as mesmas pessoas com o mesmo ponto inicial. Então, naquele
1481 momento, eu não vi ganho de se abrir, eu fui relator nessa época, mas, assim, eu
1482 não vi nenhum ganho de jogar para o grupo de trabalho, só perdeu um tempo a
1483 mais, porque o grupo não tem caráter deliberativo, então ele tem um rito diferente
1484 que, naturalmente, faz com que a discussão se alongue mais. Então,
1485 considerando esses pontos e, além disso, o custo dessas discussões, fala muito
1486 de custo Brasil, custo de deslocamento, não são todos daqui que tem a vantagem
1487 de ter suas passagens pagas, muitas vezes a gente acaba... Isso tem um custo
1488 para a sociedade, tem um custo onerário, que a gente não pode desconsiderar, e
1489 todos os setores interessados podem apresentar suas propostas aqui, a gente não
1490 está diminuindo ou restringindo o acesso, ao contrário, se algum setor... A ABES
1491 mesmo não tem assento, mas o quanto a ABES quiser falar, se não for acesso
1492 como proponente, eu franqueio, me comprometo a franquear o acesso a palavra.
1493 Considerando também que foi realizado um GT prévio com a proposta muito bem
1494 justificada, e que a cada mês que a gente prolonga essa discussão, a gente tá
1495 contribuindo para que milhares de toneladas desse material deixe de ser
1496 aproveitado de forma segura e tenha uma destinação ambientalmente adequada,
1497 por isso até que eu pedi o cálculo, para a gente saber o quanto que a gente vai
1498 contribuir para evitar que isso se prolongue demasiado no tempo. E, finalmente,
1499 um ponto que a Zilda já falou, nesse momento não tem um outro assunto debatido
1500 nessa Câmara, então a Câmara tem condições de se debruçar no detalhe técnico,
1501 no aprofundamento necessário, dessa forma eu defendo a manutenção do
1502 assunto na Câmara Técnica por entender a desnecessidade, pelo menos nesse
1503 momento, de criação do grupo de trabalho, eu acho que a gente consegue fazer
1504 um debate com qualidade, explorando todos os pontos com segurança e trazendo
1505 a devida celeridade que precisamos, que é imperativo na tramitação, aí, dos
1506 processos administrativos. Obrigado.

1507

1508

1509 **A SR^a. ZILDA MARIA FARIA VELOSO – Presidente da CTQAGR (MMA) –**
1510 Obrigada, André. Wanderley.

1511

1512

1513 **O SR. WANDERLEY COELHO BAPTISTA – TITULAR (CNI) – Wanderley, CNI.**
1514 Bom, Zilda, o meu posicionamento inicial, quando um tema com essa densidade,
1515 com essa complexidade chega a uma Câmara Técnica, desde que eu comecei a
1516 representar a CNI, a gente sempre foi praxe de solicitar a criação de um grupo de

1517 trabalho. Recentemente, as experiências não foram boas, por vários temas, não
1518 somente qualidade do ar, como micronutrientes, como compostagem, como PCBs,
1519 e outros temas complicados que passaram pela Câmara Técnica, a gente
1520 realmente perdeu muito tempo em debates no GT, e depois na Câmara, e depois
1521 voltou para o GT, às vezes, passava pela Câmara e morreu lá na frente, porque o
1522 texto realmente não era bom. A minha preocupação de saber se os Conselheiros,
1523 aqui, até ouvir os Conselheiros se tem perna para reuniões, eu acredito que teriam
1524 que ser mensais para esse assunto andar, por que... E também a questão de
1525 outras pautas que poderiam estar vindo para a Câmara Técnica, se a gente
1526 consegue atacar isso. Porque a experiência que eu tive, por exemplo, com PCBs,
1527 ela foi muito ruim, a gente teve 14 reuniões num ano, e a gente não conseguiu um
1528 texto bom para tratar da questão. *(Intervenção fora do microfone. Inaudível)*. Não,
1529 na própria Câmara Técnica. Tá? Nós fizemos... Foi um ano com 14 reuniões.
1530 Então, assim, a questão da Câmara Técnica, ela realmente ganha tempo.

1531

1532

1533 **A SR^a. ZILDA MARIA FARIA VELOSO – Presidente da CTQAGR (MMA) –**
1534 *Nesse caso foi um problema político.*

1535

1536

1537 **O SR. WANDERLEY COELHO BAPTISTA – TITULAR (CNI) –** É. Sabemos disso.
1538 Mas, é uma questão mesmo, eu tenho uma posição inicial de achar melhor a
1539 criação de um GT, mas para um caso como esse, pode ser não seja a melhor
1540 solução, eu queria até ouvir os demais Conselheiros aqui, porque a gente tem que
1541 ter uma agenda para isso esse ano, então são reuniões mensais, não tem outro
1542 jeito para esse assunto andar, e a lógica da Câmara, já que a gente também vai
1543 importar com a questão mais técnica, mais aprofundada, dar mais acesso aos
1544 especialistas fazerem as intervenções, porque a gente sabe que não é a praxe da
1545 Câmara Técnica fazer assim. Era essa a minha colocação inicial, eu não vou me
1546 posicionar, queria ouvir os demais Conselheiros aqui. Obrigado.

1547

1548

1549 **A SR^a. ZILDA MARIA FARIA VELOSO – Presidente da CTQAGR (MMA) –**
1550 Obrigada, Wanderley. Agora, passo a palavra ao Conselheiro Mourão, que está
1551 nos brindando aqui hoje, acredito que deva ser um... Deva ter um grande interesse
1552 no tema, mas é muito bem-vindo aqui na Câmara Técnica de Qualidade
1553 Ambiental.

1554

1555

1556 **O SR. LUIZ ERNESTO BORGES DE MOURÃO SÁ (PROAM) –** Bom, na verdade,
1557 Luiz Mourão, representante, Conselheiro suplente do PROAM, estaria
1558 representando aqui o Bocuhy, que não pode vir hoje, e não teria obviamente, por
1559 não ter havido comunicação, direito a voto, mas quero expressar a minha opinião,
1560 conheço o assunto profundamente, uma vez que antes dessa Resolução, nós
1561 tomamos uma atitude judicial diante da CAESB, aqui em Brasília, que acabou
1562 provocando essa Resolução, que saiu, em 2006, porque nós conseguimos uma

1563 liminar bloqueando exatamente o uso do lodo de esgoto, até que tivesse o mínimo
1564 de normas, para que a gente pudesse utilizá-las houve um grande prejuízo, houve
1565 uma matança, inclusive numa localidade aqui próxima, e que a as discussões
1566 foram extremamente severas, é importante que a gente saiba que a gente tem que
1567 ter consciência, e eu entendo perfeitamente de que existe um grande problema
1568 que nós todos temos que resolver, que é o crescimento populacional, que é a
1569 gente ter rompido a Lei de Malthus, e temos uma geração extremamente maior do
1570 que aquilo que a gente poderia ser tratado pelas questões biológicas naturais, isso
1571 é importante, e a gente tem essa consciência de que tem que fazer. Por outro
1572 lado, nós temos que ter consciência também que esse uso e essas soluções
1573 levam a inúmeros prejuízos, prejuízos não, inúmeros condicionantes econômicas,
1574 que todos nós temos que levar em consideração, e isto é o principal problema pelo
1575 qual isso está aqui, não vamos nos iludir, esse é o principal problema, o custo do
1576 tratamento desse produto, ao contrário do que foi colocado, esta é a grande
1577 verdade. Tanto, eu vou trazer até para experimentação desse assunto, que nós
1578 conseguimos, na época desconstituir o produto biosólido, argumentado o biosólido
1579 que a CAESB trouxe, as companhias de saneamento usavam, o registro dela no
1580 Ministério da Agricultura, porque eles registravam o produto, e não usavam o
1581 produto, usavam o lodo de esgoto *in natura*, tratamento classe C, nem classe B.
1582 Mas, enfim, o problema todo se resume a um questão, existem vários pontos que
1583 realmente têm que ser tratados aqui, talvez, não seja exatamente isso, talvez não
1584 seja como o meu querido amigo Conselheiro falou em relação a Política de
1585 Resíduos Sólidos, mas, sim, esta é uma Resolução da Política Nacional de Meio
1586 Ambiente, nós estamos criando aqui um critério e um padrão de qualidade de
1587 meio ambiente, não de resíduos sólidos especificamente, muito menos de
1588 agricultura. Isso é importante no foco quando a gente vai colocar, eu digo isso
1589 porque, por isso que o GT na minha... Na minha, minha... No meu entendimento,
1590 ele é muito importante, porque ele abre alguns tipos de debates que não foram
1591 feitos antes. Em contraponto ao que o meu querido amigo falou, a gente sabe que
1592 nós tivemos GTs extremamente técnicos e publicados e resultados científicos da
1593 *Nature*, publicados na *Nature*, a respeito, por exemplo, do meu querido ovo frito
1594 com arroz, que era extremamente prejudicial à saúde, que nós devíamos proibir,
1595 vários conhecimentos científicos e várias discussões científicas que provam coisas
1596 que são desmentidas a todo tempo, porque elas são feitas em ambientes
1597 extremamente controlados, e como costumam fazer algumas empresas com
1598 interesse econômico, elas simplesmente incentivam pessoas que defendem
1599 aquela tese, e aquela tese acaba sendo colocada. Então, o grupo de trabalho, ele
1600 traz a possibilidade que a gente traga exatamente alguns outros pensadores,
1601 alguns outros cientistas, que possam efetivamente se contrapor ao grupo de
1602 pessoas que efetivamente acham que todas essas coisas estão corretas. Então,
1603 esse é o principal ponto do grupo de trabalho, o grupo de trabalho, sim, como o
1604 Wanderley falou, ele tem a dificuldade de... Como foi colocado, ele tem
1605 dificuldades de tempo de produção, em compensação o grupo de trabalho, ele traz
1606 uma possibilidade, se ele bem conduzido, e é difícil, a gente sabe, todos nós que
1607 já passamos, é difícil, nós já passamos por coordenadores muito difíceis, né,
1608 Wanderley? E depende da coordenação, isso é um problema realmente que a

1609 gente tem que enfrentar, ele realmente pode levar um tempo maior do que o
1610 necessário para que a gente esclareça algumas situações, não acredito que neste
1611 caso, a gente possa fazer uma delonga muito grande, por quê? Porque nós temos
1612 uma base para colocar isso, é importante nós temos uma base, a Resolução está
1613 pronta, nós estamos fazendo uma revisão, isso é muito importante, por que... E
1614 isso é uma questão óbvia dentro do meu encaminhamento, que a gente não pode
1615 fazer, por exemplo, uma resolução agora, salvo o melhor juízo de todos, que a
1616 gente vá falar agora sobre o uso benéfico do produto agrícola, nós temos uma
1617 Resolução, que é justamente para balizar o uso ambientalmente correto para
1618 qualidade padrão, e não o contrário, isso aqui não é uma Resolução do Ministério
1619 da Agricultura, esta é uma Resolução do Ministério do Meio... Uma Política
1620 Nacional de Meio Ambiente. Então, a gente não pode inverter essa equação e,
1621 isso num grupo de trabalho, numa discussão mais técnica, ele fica claramente
1622 demonstrado, e pode realmente se colocar em alguns pontos que existem aqui
1623 sobre a questão do POP, algumas questões mais técnicas, que são as tabelas,
1624 essas questão, nós podemos nos debruçar de uma forma bastante mais produtiva
1625 num grupo de trabalho. Enquanto que as questões políticas, com certeza eu
1626 concordo até com o Conselheiro, a gente pode fazer aqui na Câmara Técnica, as
1627 políticas, a gente já sabe até onde elas vão chegar, de certa maneira, mas nós
1628 precisamos de algum respaldo técnico em várias questões extremamente
1629 importantes, e que não dizem respeito, às vezes, ao Conselheiro, ao Wanderley,
1630 que é especialista em POP, eu não sou também, mas com certeza posso ter
1631 alguém que possa, e que defenda alguma posição, e que possa esclarecer. Então,
1632 eu acho que a importância do grupo de trabalho, a importância da gente manter a
1633 orientação da Resolução, que é uma Resolução dentro da Política Nacional de
1634 Meio Ambiente, que visa criar padrões e critérios de qualidade ambiental, essa
1635 questão, ela é fundamental para que a gente possa realmente levar a bom termo
1636 este trabalho. Obrigado.

1637

1638

1639 **A SR^a. ADRIANA SOBRAL BARBOSA MANDARINO (DConama)** – Bom dia.
1640 Adriana do Dconama. Só me inscrevi para poder, de alguma maneira, colocar a
1641 visão do Departamento de Apoio ao Conama, que é sempre mais pragmática, não
1642 tem jeito, o olhar da gente. Fazer grupo de trabalho, Mourão, discordando um
1643 pouquinho de você, nesse caso específico, a diferença é muito pequena, porque
1644 os componentes do grupo de trabalho, em princípio, são os mesmos componentes
1645 da Câmara Técnica, a ABES, que é a autora da proposta, não participa da
1646 Câmara Técnica, mas, obviamente, virá acompanhando todas as reuniões. Então,
1647 a Câmara não tá com nenhum outro assunto nesse momento, então a gente pode,
1648 na Câmara Técnica, do ponto de vista do Dconama, fazer todas as discussões
1649 preliminares, que envolvem uma questão mais de embasamento de questões
1650 centrais para discussão, e na hora que tiver um pouco mais maduro isso, começa
1651 a apreciar o texto, pra ver emendas, sugestões, e etc.. E o Departamento de Apoio
1652 ao Conama pode trazer um especialista por reunião, a gente pode se
1653 comprometer com isso. Porque normalmente quem é que vai vir? Se o setor
1654 empresarial tiver que trazer alguém, o setor empresarial traz esse alguém, os

1655 estados, se tiver que a CETESB estar aqui em algum momento, isso é por conta
1656 dos estados. No GT, a Sociedade Civil vem e, eventualmente, traz um especialista
1657 que, aí, a gente paga a passagem. Então, o que nós podemos nos comprometer
1658 aqui, é já viabilizar, se tiver necessidade de algum especialista, por parte da
1659 Sociedade Civil e, aí, a gente vai fazendo isso aqui, de maneira que na hora que
1660 um grupo sentir que está amadurecida a questão de fundo da proposição, já possa
1661 começar uma votação de texto, se faz o GT e volta, nesse caso, do nosso olhar,
1662 fica o que aconteceu com a eólica, você vai e volta com as mesmas pessoas e
1663 pela mesma razão, então é mais fácil aqui, e aqui também não tem nenhum outro
1664 assunto em pauta, se tivesse outra matéria até justificava, você cria um GT para
1665 analisar isso, e a Câmara vai avaliando outra coisa, não é o caso. A gente pode
1666 também fazer uma proposição de calendário, de forma que todos saiam daqui aqui
1667 com reuniões pré-agendadas até o final do ano, que eu acho que muitos querem
1668 que essa Resolução ande, até porque nós estamos num momento quase que de
1669 transição, então tudo que tiver uma certa governabilidade de quem está aqui, tem
1670 que sair por agora. Então, a Câmara Técnica de Biodiversidade, são as duas que
1671 estão com pauta nesse momento no CONAMA, a CTBio e CTQAGR, a gente faz,
1672 apresenta aqui, sai com um indicativo de uma reunião mensal, e vem trazendo
1673 quem for necessário pela Sociedade Civil, os outros segmentos trazem por conta
1674 própria.

1675

1676

1677 **A SR^a. ZILDA MARIA FARIA VELOSO – Presidente da CTQAGR (MMA) –**
1678 Obrigada, Adriana. Zuleica, por favor.

1679

1680

1681 **A SR^a. ZULEICA NYCZ (APROMAC) –** Bom, desculpa, Adriana, o que eu vou
1682 dizer, não é nada pessoal, mas eu acho que a Diretoria do Conama não devia
1683 fazer essa proposta, porque existem outros elementos que envolve a criação de
1684 grupo de trabalho. Tá? Não é só uma questão de praticidade, nós estamos
1685 trabalhando uma Política Nacional de Meio Ambiente aqui, o papel do Conama é
1686 cuidar para que uma Legislação saia muito bem feita, porque isso tem um custo,
1687 nós não podemos fazer tudo atropeladamente, correndo, a Câmara Técnica tem
1688 sim uma matéria sobre poluições atmosféricas pesada, conflitante, nós estamos
1689 sim com essa pauta, e a questão mais importante, para mim, não é se a Câmara
1690 Técnica está ocupada ou não, tá? É que o Regimento prevê realmente a criação
1691 do GT para análise, eu até vou até ler aqui. Ele pode, ele tem essa atribuição de
1692 analisar, estudar e apresentar proposta sobre as matérias de competência da
1693 Câmara Técnica, que os instituiu, assessorando e auxiliando de forma não
1694 deliberativa. Qual é o ponto aqui nesse Art. 48 do Regimento? A forma não
1695 deliberativa. Eu tenho uma experiência de trabalhar com o que veio do grupo de
1696 trabalho, ou quando não vem do grupo de trabalho, vem direto para a Câmara
1697 Técnica, que é o seguinte, na prática o que acontece é que os interesses mais
1698 fortes pela flexibilização, que são justamente setores governamentais que não
1699 querem assumir obrigações, isso é muito comum aqui no CONAMA, você tem
1700 setores dos órgãos ambientais principalmente, que estão sempre dispostos a votar

1701 em resoluções o mais flexíveis possíveis, que tirem a responsabilidade do agente,
1702 né? Que isso vai, naturalmente, de encontro aos interesses da sociedade
1703 brasileira e da própria Política Nacional de Meio Ambiente, porém, eles têm essa
1704 posição marcadamente, é muito raro ver um agente de órgão de Meio Ambiente
1705 interessado realmente na produção ambiental e disposto a assumir os riscos, e os
1706 deveres, e as obrigações na sua função, que é nobre, deveria ser encarada com
1707 muita nobreza. Outra coisa que a gente vê é que a pressão do setor privado
1708 interessado em ter aquela resolução para si, e não para a sociedade, e não para o
1709 meio ambiente, ela também pressiona na Câmara Técnica, para que a medida que
1710 as coisas, as discussões vão evoluindo, já se vá fazendo votações, e as votações
1711 não voltam atrás e, aí, fica aquele monstro no final, que nós já vimos acontecer em
1712 várias resoluções ultimamente, que passaram pela Câmara Técnica, haja vista,
1713 por exemplo, a questão essa da compostagem, que saiu de Câmara Técnica cheia
1714 de problemas e, por exemplo, aquela que transformou latas de embalagens de
1715 solvente e tintas em resíduo não perigoso, que foi um gravíssimo, e saiu da
1716 Câmara Técnica. Então, eu acho que... Eu acho não, eu estou vendo aqui que a
1717 ABES não apresentou algumas emendas, a ABES apresentou praticamente o
1718 substitutivo e propôs a retirada de inúmeros anexos importantíssimos, então isso é
1719 quase como a ABES está propondo voltar do ponto zero. Como nós não
1720 discutimos aqui, até agora, se nós vamos aceitar esse substitutivo ou se nós
1721 vamos começar da 375, afinal a 375 já foi revogada, não sei, é a impressão que
1722 dá. Porque, veja, independente disso, independente de ser... De nós trabalharmos
1723 a 375 e pinçarmos as propostas da ABES, por exemplo, retirar todos os anexos,
1724 retirar a frequência de monitoramento, retirar aquela lista de substância tóxicas
1725 que devem ser monitoradas, e que a ABES não quer mais, são tão polêmicos, tão
1726 conflitantes, que numa Câmara Técnica deliberativa não seria conveniente tratar
1727 de cara aqui, porque aqui é deliberativo, nós não vamos poder transformar a
1728 Câmara Técnica num GT, então o GT é a garantia da democracia, o GT, por mais
1729 que ele seja problemático, porque tudo no Conama é problemática, já termino,
1730 Zilda, tudo no CONAMA tem sido problemático, o CIPAM é problemático, deixa
1731 passar qualquer coisa, não analisam nada lá, tá passando qualquer coisa lá, por
1732 exemplo, essa matéria, se eu estivesse no CIPAM, não estou dizendo que é
1733 qualquer coisa que a ABES está fazendo, não é isso que eu tô dizendo, mas lá
1734 passa qualquer coisa, é verdade, porque não há senso crítico de um lado, e uma
1735 pressão econômica muito forte contra a Política de Meio Ambiente. Então, você
1736 tem dois elementos muito ruins, preguiça de estudar e trabalhar a questão, e do
1737 outro lado a vontade de não fazer mesmo, deliberadamente. No caso da ABES,
1738 por exemplo, eu teria pedido: “me passa a lista do desenvolvimento técnico-
1739 científico”, que vocês não passaram, todo mundo tá elogiando a fundamentação
1740 de vocês, mas eu não consegui ver isso, que é o mais importante, como é que eu
1741 vou elogiar, desculpe, não posso elogiar o que eu não vi, e eu gostaria de ver
1742 quais foram os desenvolvimentos técnico-científicos de 2006 para cá, que fez com
1743 que vocês fizessem essa proposta, né? Porque eu não... Quando eu perguntei: os
1744 POPs apareceram do lodo? O benzeno apareceu do lodo? O triclosan e os
1745 fármacos, que foram recentemente encontrados em altíssimas qualidades
1746 desapareceram nos últimos meses? Não existe mais isso, e podemos então

1747 trabalhar com toda segurança ambiental e à saúde pública? Então, essa
1748 discussão não é possível ser feita aqui na Câmara Técnica, me desculpe, porque
1749 eu já observei que a ideia aqui, como é deliberativo, a ideia é já ir avançando,
1750 vamos avançando rapidamente, não, isso aqui não, isso aqui, vamos votar e, daí,
1751 vamos votar se o POPs desapareceram ou não, sabe? Fica um negócio ridículo,
1752 porque isso é científico. Então, o GT é e sempre foi a melhor instância para isso,
1753 me desculpem, é uma questão democrática, a não ser que a gente queira fazer
1754 como sempre de qualquer jeito, daí tudo bem, aí não vamos ter saída, a ONGs
1755 vão ter que participar disso, desse negócio, que vai ser a aprovação de uma
1756 proposta que vai destruir a 375, para liberar os órgão ambientais de uma série de
1757 obrigações e facilitar a vida de quem quer realmente se livrar do lodo para a
1758 agricultura, quando poderiam estar... Qual é o objetivo de uma Resolução forte
1759 como a 375? Obrigar justamente, forçar que as empresas que estão arrecadando
1760 milhões, as empresas de saneamento arrecadam muito nas grandes cidades,
1761 essas poderiam ter investido já em tecnologia, em inovação tecnológica há muito
1762 tempo. Então, chegar dez anos depois e dizer: “essa Resolução nunca foi possível
1763 de ser... Vamos flexibilizar ela”, É um retrocesso ambiental e moral, me perdoe.
1764 Então, essa discussão na Câmara Técnica não vai dar certo, nós vamos entrar em
1765 conflito, rota de conflito outra vez, é o mesmo padrão, eu estou vendo já, é o
1766 mesmo padrão. Se a ABES tivesse chegado com fundamentação técnica-
1767 científica, com algumas emendas, tudo bem, mas ela chegou propondo a retirada
1768 dos tripés da Resolução.

1769
1770

1771 **A SR^a. ZILDA MARIA FARIA VELOSO – Presidente da CTQAGR (MMA) –**
1772 Conselheira, desculpe interromper, mas lembrando que é prerrogativa do
1773 proponente fazer a proposta que ele queira, quer seja... Quando nós tivemos...
1774 Quando nós tivemos uma reunião com a ABES, o ano passado, que ela nos
1775 procurou para perguntar sobre procedimentos do CONAMA, isso foi informado,
1776 quer dizer, eles podem fazer. Então não dá para menosprezar a proposta da
1777 ABES, porque ela é uma emenda que muda o texto como um todo. E, lembrando
1778 também que... *(Intervenção fora do microfone. Inaudível)*. Não, mas tratou numa
1779 maneira menosprezando sim, desculpe, mas foi essa leitura que acredito que a
1780 maioria aqui fez. Então, assim, não dá pra menosprezar, porque isso está previsto
1781 no Regimento. O Ministério do Meio Ambiente teve dois posicionamentos
1782 diferentes em relação ao assunto e, assim mesmo, mas todos eles focaram que,
1783 talvez, fosse oportuna a revisão e, aí, a Adriana vai falar depois do aspecto do
1784 Regimento em relação a admissibilidade, que eu acho que foi para isso que você
1785 pediu a palavra. Eu lembro que essa Câmara Técnica, ela está sem pauta, a
1786 Resolução de Revisão dos Padrões de Qualidade do Ar está na Câmara de
1787 Assuntos Jurídicos, e foi pedida vistas, até inclusive a semana passada. E, eu
1788 gostaria, talvez, que a APROMAC tivesse uma opinião mais homogênea em
1789 relação a grupo de trabalho, como eu tô vendo a sua defesa agora, do que teve
1790 em relação a 03 de 90, que assinou um ofício junto com o Ministério Público,
1791 pedindo para que o assunto fosse para Câmara Técnica, porque o Grupo de
1792 Trabalho não era deliberativo, fazendo um tipo de... *(Intervenção fora do*

1793 *microfone. Inaudível*). Fez, a Evangelina assinou junto com o Bocuhy, a
1794 Evangelina também foi partidário dessa opinião, junto com o Ministério Público.
1795 Então, eu gostaria que tivesse uma opinião, claro que a gente pode mudar de
1796 opinião, é muito salutar que a gente mude de opinião, mas eu vi uma defesa aí tão
1797 árdua em relação a isso, que não foi a opinião que eu vi aqui na Câmara Técnica.

1798 **A SRª. ZULEICA NYCZ (APROMAC)** – A Evangelina assinou pelo Instituto Saúde
1799 e Meio Ambiente de São Paulo.

1800

1801

1802 **A SRª. ZILDA MARIA FARIA VELOSO – Presidente da CTQAGR (MMA)** – Ora
1803 ela assina como chapéu, ora ela assina como outro, ora ela é do GT de Qualidade
1804 do Ar do Ministério Público, ora ela é APROMAC, ora é o Instituto, o Instituto qual
1805 ela faz parte não tem assento no CONAMA, é por isso que ela representa a
1806 APROMAC. Então, eu só estou lembrando que a opinião também não é tão linear,
1807 a ABES fez a leitura de que precisava de uma revisão total, talvez se eu fosse ser
1808 a proponente, eu pediria que a senhora não me interrompesse enquanto eu tiver
1809 falando, por favor, eu escutei a senhora falar, aí, durante um longo tempo, eu
1810 pediria um pouco de respeito à presidência, por gentileza. Então, eu acho que isso
1811 é prerrogativa. Este Conselho prima pela igualdade dos setores e por ouvir as
1812 opiniões divergentes e por manter um processo democrático, aqui nesta Câmara
1813 Técnica temos tentado não ser vulneráveis a pressões políticas, claro que cada
1814 um de nós sofre pressões do seu próprio órgão para defender posições
1815 específicas, isso é natural, mas temos procurado aqui manter um diálogo o tempo
1816 todo, temos tentado isso nessa presidência, até pra nossa... Pra nosso orgulho,
1817 fomos reconduzidos à presidência da Câmara Técnica. Então, temos tentado
1818 procurar manter o menos possível de intervenções externas, e o máximo possível
1819 de transparência de debate. Quando eu coloquei a possibilidade de se discutir na
1820 Câmara Técnica, eu ressaltéi que a matéria, e pode isso sim, e passo a palavra
1821 para a Adriana, ser discutida durante um período sem deliberação, como se eu
1822 não tivesse ainda colocado em votação, e só colocar em votação quando ela
1823 realmente tiver madura. Agora, eu acho que dentro do processo democrático, nós
1824 precisamos, eu fui uma pessoa que não fui criada dentro do processo
1825 democrático, nasci ali em plena Ditadura de Getúlio Vargas, convivi durante a
1826 Ditadura Militar durante anos, já tinha acabado de acabar, mas foi... Tinha
1827 acabado de acabar, mas foi... Convivi durante esse período, eu acho que o
1828 exercício mais difícil que eu vejo, atualmente, nesse Conselho e em outros grupos
1829 de trabalhos, é a gente poder aceitar a perda pelo voto, às vezes, a gente vota em
1830 alguém que não era... Que não é o candidato eleito, e a gente acaba tendo que
1831 conviver com essa pessoa durante anos. Aqui, na Câmara técnica, no episódio
1832 recente da revisão da 03, nós tivemos que fazer o exercício da voto e da
1833 cidadania, e ganhou quem tinha a maioria, perdeu quem tinha a minoria. Eu volto
1834 a dizer, a proposta que ganhou em relação a 03 não foi nem a proposta do
1835 Ministério e nem a proposta defendida pelo Governo Federal, paciência, somos
1836 votos vencidos, nós elegemos por um processo democrático, o Ministério do Meio
1837 Ambiente e o Ministério da Saúde fizeram um esforço grande para tentar alinhar
1838 algumas propostas, abriram mão de algumas coisas, propusemos outras, mas não

1839 conseguimos. Então, assim, o processo democrático também cria o ônus de
1840 termos que conviver com a derrota, não só com a vitória. Eu passo para a Adriana,
1841 para a Adriana poder fazer *as colocações específicas do Regimento*.

1842

1843 **A SR^a. ADRIANA SOBRAL BARBOSA MANDARINO (DConama)** – Zuleica,
1844 não... Ouvi, não me inscrevi pra falar se Câmara cria grupo de trabalho ou mantém
1845 a discussão aqui não, eu acho que ficou claro a posição de todo mundo e, depois
1846 a Câmara vai fazer a deliberação. Eu só queria chamar a atenção para os
1847 documentos que estão no site, nós colocamos três versões, pode ter ficado um
1848 pouco confuso, mas eu explico agora, pegando o gancho da Zuleica, eu explico
1849 porque a gente fez isso. Tem uma versão com justificativa, olha, tem uma versão
1850 limpa, e tem um texto para ser apreciado na Câmara, e tem uma versão com
1851 justificativas. Eu vou pedir para o Henrique abrir com justificativas, que a gente
1852 mostra o que a ABES fez? A ABES ficou muito na dúvida, Célia vê se estou
1853 retratando bem a dúvida de vocês. De como apresentar isso, se era uma revisão e
1854 se não era. Na verdade, revisão, tecnicamente é o nome genérico, a revisão pode
1855 rever alguns artigos e falar: o Art. 6º passa a vigorar com a seguinte redação, e vai
1856 fazendo aquela redação que fica complicadíssima de ler ao final se forem muitos
1857 artigos, é uma questão de técnica legislativa, somente isso. Então, revisão para o
1858 Regimento Interno do CONAMA é a nome genérico, essa revisão pode ser pontual
1859 de alguns artigos ou pode ser tão grande que justifique revogar inteira a redação
1860 de uma e fazer uma nova. Quando a ABES nos entregou esse texto, a
1861 preocupação dela estava clara, vai indo para frente, Henrique, era dizer em
1862 vermelho o que ela quer, faz uma justificativa e vai apresentando os pontos novos,
1863 só que essa não a maneira pela qual a gente trabalha aqui, então eu pedi para a
1864 ABES um outro texto, que foi essa, que é o texto a ser trabalhado pela Câmara,
1865 que é um texto em forma de Resolução. Agora, nada impede que a gente pegue,
1866 faça o cotejamento, que eu acho que esse é o papel do GT ou da Câmara, é um
1867 papel de fazer o cotejamento da 375, e ver o que tá... Como que está sendo feita
1868 uma redação nova na minuta atual e, eventualmente, até acrescentar coisas que a
1869 ABES pode ter deixado de fora, mas essa é uma discussão que cabe ser feita
1870 aqui. O que o CIPAM faz, e era isso também que eu queria ressaltar é uma
1871 avaliação preliminar, ele vai analisar a admissibilidade e a competência, é assim, o
1872 CONAMA é competente para analisar isso? Sim ou não. Nesse caso, óbvio, tem
1873 uma interface com o CNRH, vejam que essa é uma matéria que tem um outro
1874 Departamento da Secretaria de Recursos Hídricos e Ambientes Urbanos e
1875 Qualidade Ambiental do Ministério, é que muda, e na hora que a gente vai falar já
1876 não lembra... E Qualidade Ambiental, tem uma outra Diretoria que cuida, que tá
1877 ligada ao CNRH, e que vai tá convidada a participar o tempo inteiro aqui junto,
1878 porque a Adriana tava aqui, a Adriana Lustosa, acabou de sair. Mas, enfim, nós
1879 estamos convidando que eles venham o tempo inteiro, porque eventualmente o
1880 CNRH vai ser chamado a participar da reunião daqui, alguma instância do CNRH,
1881 claro que não é o Conselho, porque tem uma interface, é competência do
1882 CONAMA, mas tem uma interface com eles, e tecnicamente quem cuida disso no
1883 Ministério é essa outra Diretoria. Então a avaliação, ela é uma diretora substituta
1884 nesse momento. A avaliação que o CIPAM faz é meramente preliminar, é

1885 competência de CONAMA? É. A matéria deve ser admitida sim, e a matéria é
1886 pertinente sim. Houve caso, e o último CIPAM foi um deles, que rejeitou uma
1887 matéria, era uma matéria da RENTAS, não é comum o CIPAM rejeitar, porque é
1888 uma... Uma rejeição pelo CIPAM é muito drástica. É assim... *(Intervenção fora do*
1889 *microfone. Inaudível)*. Bom, enfim, era só essa avaliação prévia que eu tinha pra
1890 colocar, encerrei minha fala.

1891

1892

1893 *(Intervenção fora do microfone. Inaudível)*.

1894

1895

1896 **A SR^a. ZILDA MARIA FARIA VELOSO – Presidente da CTQAGR (MMA) –**
1897 Informo que nós estamos gravando a reunião, por gentileza, para que não fique
1898 prejudicado o resumo, falem sempre ao microfone, se identificando antes de
1899 começar a palavra. Você não é tão nova, assim, no CONAMA, para eu precisar te
1900 lembrar isso o tempo todo.

1901

1902

1903 **A SR^a. ZULEICA NYCZ (APROMAC) –** Quando é ONG, daí é difícil, porque daí,
1904 ó, o parecer jurídico leva uns três, quatro anos, e daí a ONG já esqueceu, já saiu
1905 do CONAMA, daí não tem parecer do IBAMA também, porque o IBAMA daí não
1906 tem tempo, porque é ONG, mas quando é uma Associação Brasileira de
1907 Engenharia Sanitária é diferente, mas não é ONG não, é uma associação de
1908 profissionais, e não deveria ser... Estar na Sociedade Civil, mas tudo bem. Agora
1909 tá na Lei, não podemos nem tirar.

1910

1911

1912 **A SR^a. ZILDA MARIA FARIA VELOSO – Presidente da CTQAGR (MMA) –** Eu
1913 gostaria, então, de colocar em votação se nós vamos criar um grupo de trabalho,
1914 ou se vamos trabalhar na Câmara técnica com todos os condicionantes que a
1915 Adriana pontuou, previsíveis, com a possibilidade de financiar ainda mais uma
1916 pessoa da Sociedade Civil, um especialista que possa participar dos debates, com
1917 a garantia de que não se colocará, naturalmente, a presidência não tem interesse
1918 nenhum de colocar em votação uma matéria que não esteja madura, porque quem
1919 acompanha a matéria até o final? É o proponente e o presidente da Câmara
1920 Técnica, então não tem interesse nenhum, e acredito que a ABES também não,
1921 de colocar uma matéria que não esteja madura antes da votação. Você quer falar,
1922 Celma? Por favor.

1923

1924

1925 **A SR^a. CELMA ALVES DOS ANJOS – SUPLENTE (ANAMMA Centro-Oeste) –**
1926 Quero. Celma, ANAMMA/Centro-Oeste. Eu te pergunto, nessa questão em si
1927 optando na votação que permaneça na Câmara Técnica para umas discussões
1928 sem deliberações, e nessas discussões se entender que deve ser sim criado um
1929 GT, vai... Abre essa possibilidade?

1930

1931

1932 **A SR^a. ZILDA MARIA FARIA VELOSO – Presidente da CTQAGR (MMA) –** A
1933 qualquer momento, os senhores membros da Câmara Técnica, são soberanos
1934 para terem uma decisão contrária, assim como foi o episódio de eólicas, que o
1935 André relatou, que foi e voltou para a Câmara Técnica, nós vivenciamos
1936 recentemente aqui nessa Câmara Técnica resoluções que tiveram um
1937 sobrestamento temporário pra serem discutidos nos seminários, grupos de
1938 trabalho, e voltaram para o GT. Então, a gente tem essa possibilidade, a decisão é
1939 dos senhores

1940

1941

1942 **A SR^a. ADRIANA SOBRAL BARBOSA MANDARINO (DConama) –** E um
1943 adendo. Adriana, Dconama. Independentemente do que seja, nós temos aqui uma
1944 proposta de calendário, de forma que a gente já saia daqui com as próximas
1945 reuniões pré-agendadas.

1946

1947

1948 **A SR^a. ZILDA MARIA FARIA VELOSO – Presidente da CTQAGR (MMA) –**
1949 Podemos colocar, então, a matéria... A decisão, perdão, em votação? Vamos
1950 fazer o seguinte, como é que eu podia encaminhar para não dizer que estou
1951 direcionando pra um ou pra outro? Cada um se manifesta se prefere, discussão
1952 Câmara Técnica ou Grupo de Trabalho. Vamos fazer assim? Então tá ótimo.
1953 Começa pelo Daniel, Ministério da Saúde. Eu gosto de começar pelas pontas.

1954

1955

1956 **O SR. DANIEL COBUCCI DE OLIVEIRA – TITULAR (MS) –** Boa tarde. Primeira
1957 participação na reunião para esse tema, e já iniciando a votação, não, hoje, tá
1958 tranquilo, já tivemos momentos mais complicados. Bom, eu acho que com todas
1959 as explicações colocadas e no contexto que foi proposto, garantindo a
1960 participação de todos os setores que têm interesse no tema e também garantindo
1961 que nesse início da discussão é não deliberativo e que também isso não
1962 determina que não vai ser em algum momento discutido no grupo de trabalho, eu
1963 acho que sim, de acordo com a agenda também da Câmara Técnica, eu acho que
1964 sim, podemos começar a discussão dentro da Câmara Técnica.

1965

1966

1967 **A SR^a. ZILDA MARIA FARIA VELOSO – Presidente da CTQAGR (MMA) –**
1968 Obrigado, Daniel. Priscila, CNM.

1969

1970

1971 **A SR^a. PRISCILA BERNARDES ÁLVARES (CNM) –** Isso. Priscila da CNM. E,
1972 diante também dessas prerrogativas de que a Câmara Técnica abre para Grupo
1973 de Trabalho, né? Mas, já tem agenda e tem a possibilidade de trazer os
1974 especialistas, Câmara Técnica, pela agilidade também.

1975

1976

1977 **A SR^a. ZILDA MARIA FARIA VELOSO – Presidente da CTQAGR (MMA) –** Vitor
1978 Hugo, ANAMMA Nacional.
1979
1980
1981 **O SR. VITOR HUGO KACZMARKIEWICZ DOS SANTOS (ANANMA Nacional) –**
1982 Vitor Hugo, ANAMMA Nacional. Também concordo, já que o início não vai ser
1983 deliberativo, então também concordo com Câmara Técnica.
1984
1985
1986 **A SR^a. ZILDA MARIA FARIA VELOSO – Presidente da CTQAGR (MMA) –**
1987 Celma, ANAMMA Centro-Oeste.
1988
1989
1990 **A SR^a. CELMA ALVES DOS ANJOS – SUPLENTE (ANAMMA Centro-Oeste) –**
1991 *Câmara Técnica.*
1992
1993
1994 **A SR^a. ZILDA MARIA FARIA VELOSO – Presidente da CTQAGR (MMA) –**
1995 Zuleica.
1996
1997
1998 **A SR^a. ZULEICA NYCZ (APROMAC) – Voto na criação de um GT, e solicito já**
1999 usando a minha fala, que a ABES apresente, então, a lista do desenvolvimento
2000 científico-tecnológico em relação a retirada de substâncias tóxicas do
2001 monitoramento, e outras questões que eu trouxe hoje.
2002
2003
2004 **A SR^a. ZILDA MARIA FARIA VELOSO – Presidente da CTQAGR (MMA) –**
2005 Wanderley, CNI.
2006
2007
2008 **O SR. WANDERLEY COELHO BAPTISTA – TITULAR (CNI) – CNI apoia a**
2009 discussão na Câmara Técnica.
2010
2011
2012 **A SR^a. ZILDA MARIA FARIA VELOSO – Presidente da CTQAGR (MMA) –**
2013 Bernardo, CNC.
2014
2015
2016 **O SR. BERNARDO SOUTO – TITULAR (CNC) – Bernardo, CNC. Apoia a**
2017 discussão na Câmara Técnica.
2018
2019
2020 **A SR^a. ZILDA MARIA FARIA VELOSO – Presidente da CTQAGR (MMA) –**
2021 André França.

2022 **O SR. ANDRÉ LUIZ FELISBERTO FRANÇA (ABEMA)** – André França, ABEMA.
2023 Pela permanência da matéria da Câmara Técnica.

2024

2025

2026 **O SR. LUIZ ANTONIO GARCIA CORRÊA (FATMA/SC)** – Luiz Antônio, ABEMA.
2027 Também apoiamos a Câmara Técnica.

2028

2029

2030 **A SR^a. ZILDA MARIA FARIA VELOSO – Presidente da CTQAGR (MMA) – 8**
2031 votos a 1. A discussão, então, prosseguiria na Câmara Técnica. Começaria hoje?
2032 Podemos começar hoje. Logo depois do almoço. Que horas são? 12h30.
2033 Podemos... Wanderley, por gentileza, nós estamos com um problema no
2034 microfone, desliga o teu aí. A Zuleica pediu a palavra

2035

2036

2037 **A SR^a. ZULEICA NYCZ (APROMAC)** – Como vão ser as regras? Já que não
2038 temos regras nesse caso, para substituir a Câmara Técnica por GT? O GT, ele
2039 pode ser, ele tem um ano de duração, podendo ser prorrogado, ele é aberto para
2040 qualquer pessoa e tem uma série de coisas que não tem aqui, né? Então, perde-
2041 se bastante nisso. Mas, vamos ter que ter reuniões mensais, pelo que eu entendi,
2042 e quanto tempo a senhora presidente pretende manter a discussão sem
2043 deliberação? Porque não é... Necessário, claro que é a necessário, mas a gente
2044 tem que ter uma reunião só, cinco, quatro? Né? Eu não tenho pressa, não tenho
2045 pressa de fazer essa revisão, porque a 375 é muito boa, não estou morrendo de
2046 pressa. Agora, se nós não tivéssemos nada, concordo, daí estaríamos... Porque
2047 ela não foi revisada, mas ela não precisou ser revisada, essa é a questão, viu,
2048 André? É a minha opinião, tá? E é uma questão de opinião, diferente do chumbo
2049 em tintas, que nós estamos desde 2008, com uma Lei que não é implementada,
2050 aí, sim, é desesperador. Mas, o caso, a 375 está em vigor desde 2006, né? Então,
2051 eu acho que a gente tem que pensar com muito cuidado, porque a revisão que
2052 está sendo proposta é para retroceder, eu acho que todo mundo concorda comigo,
2053 quando você retira o POPs, quando você retira poluentes orgânicos persistentes
2054 da obrigação de monitoramento está retrocedendo, está deixando de fazer o
2055 monitoramento de uma substância tóxica, de um Convênio Internacional ratificado
2056 no Brasil, o Conama não pode ir contra o Tratado, não pode... Ou vocês acham
2057 que deve ir contra o Tratado? Não devemos respeitar os tratados internacionais é
2058 a opinião de vocês? Não, isso é importante. Então, nós vamos ter que discutir
2059 isso, tratados internacionais, afinal de contas, eles valem ou não valem? Porque a
2060 ABES entende que não.

2061

2062

2063 **A SR^a. ZILDA MARIA FARIA VELOSO – Presidente da CTQAGR (MMA) –**
2064 Zuleica, os tratados internacionais, eu não estou aqui aprovando a proposta da
2065 ABES, eu não estou aqui aprovando, você está falando como se a proposta já
2066 tivesse aprovada, e todo mundo tivesse deliberado e que o texto não vale nada.
2067 Então, não é isso. Conselheira, por gentileza, vai ficar muito difícil trabalhar se a

2068 senhora continuar intempestivamente falando fora do microfone, a senhora é uma
2069 Conselheira que costuma revisar atas, resumo de reunião com bastante detalhe e,
2070 depois vai acabar reclamando que determinada fala não foi gravada, mas tem sido
2071 extremamente intempestiva e indisciplinada em não falar no microfone, e ficar
2072 interrompendo quem fala ao microfone. Então, isso para mim, não importa, mas
2073 isso compromete a gravação da reunião e o resultado da reunião ao final. Então,
2074 eu pediria que fosse usado, de preferência a plaquinha, levantasse, que a gente
2075 sempre dá a palavra para quem pede a palavra, mas que a gente pudesse ter
2076 alguma disciplina na condução dos trabalhos. A minha sugestão é a seguinte,
2077 conforme eu já falei, e inclusive respondendo a pergunta da Celma, não creio que
2078 seja necessário definirmos um prazo de três, quatro, cinco ou seis meses,
2079 normalmente a gente faz isso quando a discussão inicia pelo grupo de trabalho,
2080 como eu que vou conduzir, ou eventualmente o André, que é o meu substituto
2081 aqui na Câmara Técnica, esses trabalhos, há um compromisso de quem está na
2082 frente da condução, de que quando a matéria estiver madura para ser deliberada,
2083 isso vai ser discutido entre nós, havendo inclusive a possibilidade de se suspender
2084 os trabalhos na Câmara Técnica, e se for iniciar uma discussão mais profunda ou
2085 mais detalhada no Grupo de Trabalho. Digamos, que entrem quatro propostas de
2086 resolução, mês que vem, eu não vou ter perna, vou ter as quatro pra fazer, não
2087 vamos fazer conseguir fazer duas reuniões por mês, a gente pode decidir pelo
2088 grupo de trabalho, o que estamos falando aqui no momento, tendo em vista que
2089 não temos pauta na mesa nesta Câmara Técnica, ela ocorra, com o compromisso
2090 da presidência, de que esse assunto só inicie a votação a partir do momento de
2091 maturidade e de um texto minimamente sensível, naturalmente existem... Não
2092 existe, ultimamente não tenho visto no CONAMA o cem por cento de concordância
2093 integral com o texto. Então, mas no momento em que tivermos um texto maduro,
2094 com pequenas divergências, podemos começar a pautar, não vai ser com certeza
2095 em uma, duas ou três reuniões, que vamos conseguir colocar a matéria em
2096 votação. Então, há esse compromisso de parte da presidência, e eu estendi isso
2097 ao André, que já me sinalizou que concorda, na minha eventual ausência, o André
2098 conduz os trabalhos, mas não há necessidade, pelo Regimento, de eu estipular
2099 um prazo, há um compromisso de que essa discussão ocorrerá até que
2100 consigamos limpar o porquê a ABES está propondo, o que seria positivo ficar, qual
2101 o texto, fazer o que a Adriana mesmo sugeriu, que é pegar a 375 e fazer um mix
2102 para ver como é que ela se comporta. Não há... Há uma sinalização do
2103 Departamento o qual eu estou a frente no Ministério do Meio Ambiente, de que é
2104 necessário o Brasil preservar compromissos internacionais, então esse seu receio,
2105 ele está contemplado pela minha área técnica, eu tenho aqui um representante da
2106 área de resíduos, um representante da áreas de substâncias químicas,
2107 exatamente para me acompanhar nessa discussão, porque quando eu exerço a
2108 presidência, eu não consigo, eventualmente, fazer o papel de analista ambiental,
2109 que sou. Então, assim, não há, por favor, nenhuma dessas suas colocações, ela
2110 está na boca do Ministério do Meio Ambiente, o Ministério do Meio Ambiente tem
2111 um apreço muito grande por compromissos nacionais e internacionais e,
2112 principalmente por resoluções do CONAMA aqui firmadas. A proposta da ABES,
2113 como Conselheiro, nós acreditamos que fosse legítima do ponto de vista deles,

2114 mas não cabia a mim naquele momento julgar e dizer é desne... A não ser que
2115 fosse uma proposta extremamente absurda, você resumisse em um parágrafo, em
2116 um artigo ou dois, uma resolução que demorou anos pra ser construída, não é
2117 esse o caso, aí caberia a mim dizer: “não concordo com a sua palavra”, Então,
2118 você cita, mais um vez, o exemplo de chumbo em tintas, aquela Lei foi
2119 extremamente mal redigida, então você entrou na justiça, em seguida, depois
2120 disso, mas ela não saiu não foi por causa de vontade do Governo, ela não
2121 indicava quem ia controlar tinta, quem ia controlar a fabricação da tinta, e eu não
2122 controlo na área ambiental, foi essa a resposta que eu te dei há dez anos atrás,
2123 não há o controle da área ambiental em cima de produtos, ele é feito normalmente
2124 pelo detalhamento em outra lei, vide veículos, PROCONVE, e de agrotóxico, eu
2125 faço o controle em cima de uma lei que diz que a área ambiental tem que controlar
2126 a fabricação de determinado produto. A gente controla o quê aqui no CONAMA?
2127 Atividade efetiva ou potencialmente poluidora, é esse que é o nosso mote. Então,
2128 assim, eu concordo em gênero, número e grau, aquela Lei não dizia nada com
2129 nada, ela teve que ter um Decreto a ser negociado, e que saiu recentemente,
2130 graças a Deus, mas é importantíssima, me lembro que eu participei de uma
2131 discussão na OPAS há quase vinte anos atrás, e que os americanos já faziam isso
2132 há muito tempo, a gente critica eles por uma série de coisas, mas eles já
2133 controlavam o chumbo em tinta. Então, vamos dar os exemplos corretos também,
2134 eu acho que a gente pode construir um diálogo aqui interessante na Câmara
2135 Técnica e ter uma proposta, ou não ter uma proposta revista, permanecer a 375,
2136 eu acho que não existe isso. Mourão, eu te passo a palavra. Zuleica pediu a
2137 palavra antes. Você também pediu, né, Celma? Te passo depois, na sequência.
2138 Zuleica.

2139
2140

2141 **A SR^a. ZULEICA NYCZ (APROMAC)** – Não, eu ia falar que justamente a chance
2142 aqui que nós temos, a Sociedade Civil é quase perto de zero, né? Muitas vezes a
2143 gente tem, é verdade, apoio da ANAMMA, dos órgãos ambientais municipais, em
2144 parte porque eles sofrem com a gente, eles estão muito mais próximos do cidadão
2145 do que... Por isso que as ONGs têm uma preocupação muito grande em proteger
2146 a... Vamos dizer assim, proteger as prefeituras de obrigações que não são delas,
2147 né? Nós temos esse compromisso com a ANAMMA muito antigo, porque a
2148 questão de resíduos perigosos e emissões acontece sempre nas cidades, né?
2149 Então é lá que nós moramos, então... Agora, a gente vê assim muito pouco apoio
2150 dos órgãos ambientais, ABEMA, por exemplo, eu tenho que deixar isso registrado,
2151 isso é recorrente, Dra. Zilda, a ABEMA sempre está à favor de mais poluição e
2152 mais... Menos obrigações, isso é recorrente, porque eu estou no quarto ou quinto
2153 mandato no CONAMA, e eu nunca... Eu raramente vi um órgão ambiental se
2154 posicionar com essa nobreza de preocupação realmente com o cidadão e com o
2155 meio ambiente, eu nunca vi. Então, eu tenho essa dificuldade, assim, de dizer que
2156 não, nós vamos discutir democraticamente, porque eles não querem, eles não
2157 querem. A CNI, a gente já sabe, é sempre... Para que lado eles sempre vão, e por
2158 isso que a ABES, que é do nosso setor, da Sociedade Civil, que deveria, em tese,
2159 estar, em teoria, vamos dizer assim, conosco, defendendo realmente a causa

2160 ambiental, e a segurança ambiental, e a saúde humana, que intimamente
2161 relacionado com as questões ambientais, não se separa mais hoje em dia, saúde
2162 de meio ambiente. Esse foi uma pequena decepção que eu queria deixar
2163 registrado, com todo apreço que eu tenho por você, entende? Eu acho uma
2164 pessoa super querida, simpática e tudo, e inteligente, e não acho que a sua
2165 Resolução é qualquer coisa, eu quis dizer que o CIPAM tem deixado passar
2166 coisas horríveis, ruins, que passam voando pelo CONAMA, vão parar na Plenária
2167 e são, assim, péssimas. Então, se eu estivesse no CIPAM, eu teria pedido essa
2168 lista: “eu quero saber, então, vocês querem fazer a revisão? Eu concordo com
2169 você”, até porque a Resolução obriga a fazer, não sou eu que concordo, obriga a
2170 fazer, porém, tem que ver a necessidade de fazer, se houve realmente alterações
2171 que justificam essa revisão, porque se é só pra trocar lodos por lodo, daí, por
2172 favor, né? É muito dinheiro gasto para trocar lodos por lodo. Então, assim, eu sei
2173 que têm outras coisas que vocês estão colocando lá, agora o problema é que é
2174 um substitutivo, e sendo um substitutivo deveria ter sido melhor discutido no
2175 CIPAM, na minha opinião, tá? E é isso, vamos perder, vocês já ganharam, pode
2176 ficar tranquila nessa parte, mas a gente vai fazer o papel de jornalista aqui, nós
2177 vamos documentar, observar como é que cada um fala, o que cada um pensa,
2178 porque é isso que salva pra nós, não tem mais nada no CONAMA para nós,
2179 acabou, já acabou, o CONAMA já acabou. Obrigada.

2180

2181

2182 **A SR^a. ZILDA MARIA FARIA VELOSO – Presidente da CTQAGR (MMA) –**
2183 Obrigada, Zuleica. Eu pediria para a gente poder fazer a pausa do almoço, que
2184 sejamos breves. Celma, Mourão e Célia.

2185

2186

2187 **A SR^a. CELMA ALVES DOS ANJOS – SUPLENTE (ANAMMA Centro-Oeste) –**
2188 Não está ganho, eu não entendo assim, não está ganho. Tá tudo ruim, viu. É
2189 rápido, é porque quando a ANAMMA entende que pode permanecer aqui não
2190 significa que nós vamos compactuar com tudo que é decidido, de dizer sim ou
2191 não, a gente entende que não está ganho, eu não entendo, assim, não está ganho
2192 não significa com ANAMMA aqui, e a colega aqui também, eu acho que a gente
2193 pode fazer o compromisso de trazer especialistas para nos acompanhar aqui para
2194 que oriente, além da ABES e os especialistas da ABES, porque realmente o que a
2195 gente sofre lá na ponta e essas diretrizes estão sendo traçadas aqui, se não
2196 atender a qualidade que eles falam pode ter certeza não deve passar por aqui
2197 considerando tudo que é falado aqui, independente de ser CNI, ou seja, lá quem
2198 for e outra coisa, os órgãos ambientais não estão tirando a responsabilidade do
2199 colo não.

2200

2201

2202 **A SR^a. ZULEICA NYCZ (APROMAC) – Licença, Zilda.** Eu me referi aos estaduais,
2203 aos órgãos estaduais, aos municipais não, os municípios, é outra história, é outra
2204 realidade.

2205

2206

2207 **A SR^a. ZILDA MARIA FARIA VELOSO – Presidente da CTQAGR (MMA) –**
2208 Mourão e Célia.

2209

2210

2211 **O SR. LUIZ ERNESTO BORGES DE MOURÃO SÁ (PROAM) –** Só uma questão
2212 de procedimento, né? A gente continuando a... Começando a apreciação hoje,
2213 isso não estava na pauta e dificulta um pouco a gente, por exemplo, eu não
2214 consegui ler toda a Resolução, e acredito que ninguém, nenhum de vocês.

2215

2216

2217 **A SR^a. ZILDA MARIA FARIA VELOSO – Presidente da CTQAGR (MMA) –** Mas,
2218 a gente começa pela leitura normalmente.

2219

2220

2221 **O SR. LUIZ ERNESTO BORGES DE MOURÃO SÁ (PROAM) –** Mas, a gente
2222 pode, eu sugeriria não colocar isso como uma discussão, a gente pode fazer uma
2223 leitura coletiva, e entender como é que está esse conjunto, montada a proposta.

2224

2225

2226 **A SR^a. ZILDA MARIA FARIA VELOSO – Presidente da CTQAGR (MMA) –** Isso
2227 que vai se pensar.

2228

2229

2230 **O SR. LUIZ ERNESTO BORGES DE MOURÃO SÁ (PROAM) –** Pois é, mas
2231 quando a gente coloca “vamos iniciar a discussão”, é diferente...

2232

2233

2234 **A SR^a. ZILDA MARIA FARIA VELOSO – Presidente da CTQAGR (MMA) –** A
2235 discussão...

2236

2237

2238 **O SR. LUIZ ERNESTO BORGES DE MOURÃO SÁ (PROAM) –** Só pra te clarear,
2239 tá, tá certo.

2240

2241

2242 **A SR^a. ZILDA MARIA FARIA VELOSO – Presidente da CTQAGR (MMA) –** O
2243 quê que nós vamos fazer? Se eu falo que vamos discutir, ler o texto, estou sendo
2244 mole demais, falo discussão, estou fazendo errado demais.

2245

2246

2247 **O SR. LUIZ ERNESTO BORGES DE MOURÃO SÁ (PROAM) –** Está bom. Então,
2248 se a gente for...

2249

2250

2251 **A SR^a. ZILDA MARIA FARIA VELOSO – Presidente da CTQAGR (MMA) –** A
2252 discussão é ler, ver o que tem de dúvida, começar a se apropriar do texto.

2253

2254

2255 **O SR. LUIZ ERNESTO BORGES DE MOURÃO SÁ (PROAM) –** Desculpe, Zilda.
2256 Me desculpe, Zilda. Não seja minha uma... Minha querida amiga aqui. Eu só
2257 quero, interrompendo, deixa eu acabar de falar.

2258

2259

2260 **A SR^a. ZILDA MARIA FARIA VELOSO – Presidente da CTQAGR (MMA) –**
2261 *(Risos!)* Boa essa.

2262

2263

2264 **O SR. LUIZ ERNESTO BORGES DE MOURÃO SÁ (PROAM) –** Exatamente.
2265 Então é só apenas um procedimento, porque se a gente for na marca, a gente não
2266 estamos na pauta, não falamos, nem podíamos fazer discussão, porque nós não
2267 tínhamos previsto, não tinha aprovado nessa coisa, então eu estou sendo aqui, só
2268 comunicando para fins da gente estar registrado isso que a gente vai iniciar um
2269 procedimento amigável de leitura, de alguma coisa, mas não dizer que a gente vai
2270 iniciar a discussão, porque isso tem efetivamente desculpas, exatamente, então é
2271 só para falar isso, o queria fazer. Muito obrigado.

2272

2273

2274 **A SR^a. ZILDA MARIA FARIA VELOSO – Presidente da CTQAGR (MMA) –**
2275 Maneira de falar. A gente pode, Mourão, inclusive indicar pela tarde, convidar, lista
2276 de convidados, quem a gente convidaria para engradecer esse debate, se
2277 representantes dos órgãos ambientes que tem algum estudo relacionado a isso,
2278 se, sei lá... Nós podemos tentar fazer isso de uma maneira, quando eu falo
2279 discussão, não é partir para o pau, eu falo é a gente começar a se apropriar do
2280 texto, ler, se apropriar do texto, é maneira de falar, maneira de gaúcho falar. Célia,
2281 Adriana e você. Rapidamente.

2282

2283

2284 **A SR^a. CÉLIA REGINA RENNÓ – TITULAR (ABES) –** Só novamente... Célia
2285 Rennó da ABES. Só novamente colocar a disposição, a intenção da ABES foi
2286 levantar o tema e trazer ele novamente a voga, porque já era mais que em tempo,
2287 a gente é uma organização não governamental com mais de 50 anos de atividade
2288 no País, com muitos associados e com muita gente, discutimos intensamente, e
2289 inclusive convidamos outros colegas nossos da Sociedade Civil para estarem
2290 presentes nos nossos eventos, a gente fez uma discussão múltipla, e estamos
2291 aqui abertos, nós não viemos com uma proposta fechada, nós viemos com uma
2292 proposta que é aberta para trazer os técnicos para discutir aquilo que a gente
2293 pudesse realmente melhorar as questões ambientais do País. Muito obrigada.

2294

2295

2296 **O SR. ANDRÉ LUIZ FELISBERTO FRANÇA (Abema)** – Certo. Obrigado, Célia.
2297 Na inscrição, Adriana. E na sequência um outro representante da ABES.

2298

2299

2300 **A SR^a. ADRIANA SOBRAL BARBOSA MANDARINO (DConama)** – Eu queria...
2301 Adriana, DConama. Eu queria já apresentar uma possibilidade de data, pode ser?
2302 Enquanto a gente não interrompe para o almoço, e explicitando, Zuleica, muito
2303 bem brevemente, não há nenhum interesse por parte do DConama de acelerar
2304 coisa nenhuma, o interesse que tem... Preciso explicitar isso de maneira muito
2305 breve, o interesse que tem era uma visão assim, vai criar GT, os componentes são
2306 os mesmos e, aí, reafirmo, fazendo uma lista de quem vem, de especialistas, cada
2307 segmento traz o seu, e Dconama traz, por reunião, um da Sociedade Civil, enfim,
2308 um pesquisador, um professor, uma pessoa assim, tá? Para junho, vai em junho,
2309 nós estamos aqui em maio, então o que a gente imaginou foi a primeira reunião
2310 pós essa, que seria um junho, nós estamos em que dia hoje? 17. Pode ser até
2311 antes. Aí, a gente tem duas possibilidades, 26 e 27, no final de junho, ou alguma
2312 coisa antes, o que vocês imaginam? A primeira pode ser com um mês e pouco, ou
2313 pode ser antes? Eu gostaria de discutir no mês a mês.

2314

2315

2316 *(Intervenção fora do microfone. Inaudível).*

2317

2318

2319 **A SR^a. ADRIANA SOBRAL BARBOSA MANDARINO (DConama)** – André, sabe
2320 qual foi minha intenção de trazer isso? Era, assim, davam falas mais genéricas, eu
2321 quis ser um pouco mais propositiva, trazer logo esse calendário, deixar isso
2322 combinado com a... Para depois interromper para o almoço.

2323

2324

2325 **O SR. ANDRÉ LUIZ FELISBERTO FRANÇA (Abema)** – Perfeito, Adriana. Na
2326 verdade, eu estou me inscrevendo dentro desse tópico para falar, eu queria
2327 perguntar ao DConama sobre a viabilidade de ser 27 e 28, porque 26 eu estou
2328 retornando de uma viagem no exterior.

2329

2330

2331 **A SR^a. ADRIANA SOBRAL BARBOSA MANDARINO (DConama)** – Pode. Pra
2332 gente não faz a menor diferença. 27 e 28, como é para os demais? A próxima
2333 reunião seria 27 e 28. Zuleica, como é que é para vocês se a próxima reunião
2334 dessa Câmara for 27 e 28 de junho? *(Intervenção fora do microfone. Inaudível).* O
2335 Vinícius está lembrando uma coisa importante, a gente vai deixar isso pré-
2336 agendado, mas a gente vai precisar da hora do almoço para olhar jogos, porque,
2337 enfim, ainda tem essa questão. Eu vou dizer que precisa, porque senão depois
2338 não tem quórum, eu vou ficar...

2339

2340

2341 **O SR. WANDERLEY COELHO BAPTISTA – TITULAR (CNI)** – Em junho,
2342 Wanderley, CNI, em junho, eu acho que dia 27 tem jogo da seleção.

2343

2344

2345 **A SR^a. ADRIANA SOBRAL BARBOSA MANDARINO (DConama)** – Junho?

2346

2347

2348 **O SR. WANDERLEY COELHO BAPTISTA – TITULAR (CNI)** – Junho. Junho.

2349

2350

2351 **A SR^a. ADRIANA SOBRAL BARBOSA MANDARINO (DConama)** – Então,
2352 vamos fazer assim? Eu vou recuar aqui na nossa proposta, a gente faz... Eu vou
2353 pedir para a Larissa e o Henrique olharem na hora do almoço essa tabela e a
2354 gente apresenta isso no começo da tarde. Melhor.

2355

2356

2357 **O SR. ANDRÉ LUIZ FELISBERTO FRANÇA (Abema)** – Certo. Então, retornando
2358 a ordem das inscrições, tem o Daniel, e na sequência o Paulo. Daniel, com a
2359 palavra.

2360

2361

2362 **O SR. DANIEL COBUCCI DE OLIVEIRA – TITULAR (MS)** – Bom, na verdade é
2363 bem rápido, é meio uma justificativa, que no início da tarde eu tenho um
2364 compromisso na Casa Civil, e não vou conseguir chegar logo para o retorno da
2365 reunião, aí eu queria verificar com vocês da possibilidade, o Tiago trabalha com a
2366 gente no Ministério da Saúde, se ele poderia acompanhar aqui nesse início da
2367 tarde enquanto eu não consigo retornar. Ok?

2368

2369

2370 **O SR. ANDRÉ LUIZ FELISBERTO FRANÇA (Abema)** – Não só o Tiago, como
2371 você quiser que venha para contribuir para o debate será muito bem-vindo. Na
2372 ordem da inscrição, retornando aqui para a Zilda, o Paulo está inscrito.

2373

2374

2375 **A SR^a. ZILDA MARIA FARIA VELOSO – Presidente da CTQAGR (MMA)** –
2376 Obrigado, André.

2377

2378

2379 **O SR. PAULO (CODEVASP)** – Boa tarde. É bom estar aqui também ouvindo
2380 essas discussões, e como eu estava sentadinho aqui, não poderia só ficar
2381 ouvindo, é bom a gente colocar algumas impressões nossa. Eu sou da
2382 CODEVASP aqui de Brasília, eu só pedólogo, pedólogo é um nome muito feio que
2383 quase ninguém sabe. Todo mundo começa a rir, mas é... Estuda os solos, estuda
2384 os solos, então isso aí tem tudo a ver com a gente, e a gente... A CODEVASP
2385 está muito preocupada com esse tema, porque a gente trabalha no Vale do São
2386 Francisco, e nos vales lá mais para cima, e a gente nota que os solos, na sua

2387 maioria, ou são velhos, como o nosso amigo colocou, com falta de nutrientes,
2388 principalmente cálcio e magnésio, e são muito arenosos, esses solos aí do Vale.
2389 Então, a gente acha que aproveitar das nossas possibilidades de reciclar
2390 nutrientes, eu acho que é muito interessante do ponto de vista econômico e social
2391 também, e, aí, vem outras questões de incluir os agricultores familiares na
2392 possibilidade de também estar fertilizando os seus solos. A gente acha a
2393 discussão completamente oportuna, independente de qualquer posição política ou
2394 empresarial, eu acho que a discussão têm que ser aberta, e todos nós brasileiros,
2395 e outra coisa, a gente exporta ou a gente importa 65% do potássio e 60% do
2396 nosso fósforo, é tudo importado, então... E a nossa agricultura é uma das maiores
2397 competitivas do Brasil, não tem agricultura tão competitiva no mundo como a
2398 nossa, eu conheço a Europa, não tem. Então, se a gente reutilizar esses
2399 elementos que vocês colocaram com a preocupação que nossa colega coloca
2400 aqui, como muito incisiva do ponto de vista de ter cuidados ambientais, eu acho
2401 que chegou, eu acho que não vou muito pela questão de polarizar ou se é muito
2402 ruim ou muito bom, mas a própria discussão, assim, dum consenso, eu acho que é
2403 primordial, porque eu vejo isso? Eu ando muito pelos vales aí, pedólogo não dá
2404 para ficar aqui em Brasília, eu ando aí... Então, o que eu acho? Os agricultores já
2405 estão usando, eu chego, a CODEVASP assumiu vários sistemas de saneamento,
2406 eu chego lá nas cidades, até fui lá agora de férias na cidade da minha mulher lá
2407 em Pernambuco, quando cheguei lá um sistema que a CODEVASP estava
2408 usando, o pessoal estava usando o lodo, está certo? Então, eles estão na frente
2409 da nossa legislação e sempre estão na frente, então a gente tem que ser mais
2410 rápido do ponto de vista de definir esses consensos, porque enquanto a gente fica
2411 querendo definir os consensos, as pessoas já estão usando, já estão muito mais
2412 na frente. Eu acho que outra discussão também que vem a tona, que eu participei
2413 de um projeto na CODEVASP, até coordenei, é o seguinte, aproveitar os resíduos
2414 de barragens, contenção de minérios, que a gente fez um estudo lá em ir
2415 Jaguarari, e são completamente... Alguns são, podem ser utilizados com cuidados
2416 também, ninguém vai fazer nada sem uma certa fundamento científico, mas essa
2417 pressa, eu acho que é... A gente está sendo muito lento nas nossas discussões,
2418 porque as discussões são muito paliativas e nossa demanda é muito mais rápida
2419 do que as nossas discussões que a gente tenta ter. É isso que é a contribuição
2420 que eu gostaria de colocar.

2421
2422

2423 **A SR^a. ZULEICA NYCZ (APROMAC)** – Posso fazer uma pergunta para o senhor?
2424 Então se já estão se aplicando o lodo, já estão cumprindo a 375, é isso?

2425
2426

2427 **O SR. PAULO BRENO DE MORAES SILVEIRA (ANA)** – Não, o que eu tô
2428 colocando é o seguinte, que a Lei por si só, ela não... Ela precisa ser prática.

2429
2430

2431 **A SR^a. ZULEICA NYCZ (APROMAC)** – Nós estamos discutindo uma Resolução, o
2432 CONAMA tem... Não, eu estou perguntando, o senhor anda por aí, bastante,

2433 caminha bastante, e o senhor tem visto a empresa de saneamento, é isso? Do
2434 Distrito Federal distribuindo.

2435

2436

2437 **O SR. PAULO BRENO DE MORAES SILVEIRA (ANA)** – Não é empresa de
2438 saneamento, as pessoas já estão utilizando. Eu não quero colocar aqui...

2439

2440

2441 **A SR^a. ZULEICA NYCZ (APROMAC)** – Da onde que vem o lodo que estão
2442 utilizando? É ilegal, é ilegal ou é legal?

2443

2444

2445 **O SR. PAULO BRENO DE MORAES SILVEIRA (ANA)** – Tá bom. Eu não gostaria
2446 de responder.

2447

2448

2449 **A SR^a. PRISCILA BERNARDES ÁLVARES (CNM)** – Oi, é só pra justificar a
2450 minha ausência na parte da tarde, farei o meu de ler, (*Intervenção fora do*
2451 *microfone. Inaudível*). Pois é, tem esse problema. A questão é só que semana que
2452 vem é a Marcha dos Prefeitos, de 21 a 24, e pediram para retornar para a CNM no
2453 período da tarde.

2454

2455

2456 **A SR^a. ZILDA MARIA FARIA VELOSO – Presidente da CTQAGR (MMA)** – Mas,
2457 a senhora é Conselheira do CONAMA.

2458

2459

2460 **A SR^a. PRISCILA BERNARDES ÁLVARES (CNM)** – Sim.

2461

2462

2463 **A SR^a. ZILDA MARIA FARIA VELOSO – Presidente da CTQAGR (MMA)** –
2464 Então nós vamos aprovar o calendário sem a sua presença.

2465

2466

2467 **A SR^a. PRISCILA BERNARDES ÁLVARES (CNM)** – Tá ok. *A priori*, eu não tenho
2468 nenhuma, tá? Tá ok. Eu acho que quem se ausenta também tem que estar um
2469 pouco mais aberto a aceitar o que foi definido aqui. Tá? Só para justificar.

2470

2471

2472 **A SR^a. ZILDA MARIA FARIA VELOSO – Presidente da CTQAGR (MMA)** –
2473 Então, retornamos duas horas? Obrigada. O restaurante está funcionando aqui?
2474 Tá, obrigada.

2475

2476

2477 (*Intervalo para almoço*).

2478

2479

2480 **A SR^a. ZILDA MARIA FARIA VELOSO – Presidente da CTQAGR (MMA) – A**
2481 **gente (...). Vai ser depois da Plenária, né? Hoje é dia 17.**

2482

2483

2484 *(Intervenção fora do microfone. Inaudível!).*

2485

2486

2487 **A SR^a. ZILDA MARIA FARIA VELOSO – Presidente da CTQAGR (MMA) – O**
2488 **quê que é?**

2489

2490

2491 *(Intervenção fora do microfone. Inaudível!).*

2492

2493

2494 **A SR^a. ZILDA MARIA FARIA VELOSO – Presidente da CTQAGR (MMA) – Ah.**
2495 **Da data dos jogos.**

2496

2497

2498 **A SR^a. NÃO IDENTIFICADA – Nós já fizemos.**

2499

2500

2501 **A SR^a. ZILDA MARIA FARIA VELOSO – Presidente da CTQAGR (MMA) –**
2502 **Fizeram? Já tem aí?**

2503

2504

2505 **A SR^a. NÃO IDENTIFICADA – Já. Sós tô esperando o Henrique chegar.**

2506

2507

2508 **A SR^a. ZILDA MARIA FARIA VELOSO – Presidente da CTQAGR (MMA) – Ah.**
2509 **Então, tá. O que a gente pode fazer também, não precisa ser necessariamente**
2510 **agora, eu acho que todo mundo pode mandar, é uma lista de convidados, pessoas**
2511 **que a gente... Com aquela condição, a gente não consegue bancar todo mundo,**
2512 **mas pode convidar. Nós já convidamos... Informalmente o DCONAMA convidou**
2513 **pra reunião de hoje, pediu que o Ministério da Agricultura viesse. O Elvison citou,**
2514 **que é o representante aqui, na vaga... Não. Na vaga da saúde. Olhei pro lugar**
2515 **onde tava o Daniel. Na vaga da saúde. Parece que ele tinha um compromisso, ele**
2516 **não confirmou se viraria. A gente pode reforçar a presença do Ministério da**
2517 **Saúde, acredito, talvez, convidar a EMBRAPA, sugerir que eles... Quem a gente**
2518 **podia convidar da EMBRAPA. A EMBRAPA deu boas contribuições no GT de**
2519 **compostagem. Né? Não sei, quem mais a gente poderia convidar? Alguém da**
2520 **SANEPAR que venha. (...) indicativo bom de que o nosso antigo secretário,**
2521 **Presidente do ICMBio, hoje é o Presidente da SANEPAR, posso ligar pro Ricardo**
2522 **Soavinski e pedir que ele mande alguém pra reunião. Posso me comprometer a**
2523 **ligar pro Ricardo. Ricardo, manda alguém pro GT de... Oi?**

2524

2525

2526 *(Intervenção fora do microfone. Inaudível!).*

2527

2528

2529 **A SR^a. ZILDA MARIA FARIA VELOSO – Presidente da CTQAGR (MMA) – Tava.**
2530 O Cleverson... O (...) ainda tá lá até hoje?

2531

2532

2533 *(Intervenção fora do microfone. Inaudível!).*

2534

2535

2536 **A SR^a. ZILDA MARIA FARIA VELOSO – Presidente da CTQAGR (MMA) – (...)**
2537 há mais de 30 anos. É da época da SEMA.

2538

2539

2540 **A SR^a. CÉLIA REGINA RENNÓ – TITULAR (Abes) – Célia Rennó da ABES. Não.**
2541 O Cleverson não tá mais na (...) não.

2542

2543

2544 **A SR^a. ZILDA MARIA FARIA VELOSO – Presidente da CTQAGR (MMA) – Não?**

2545

2546

2547 **A SR^a. CÉLIA REGINA RENNÓ – TITULAR (Abes) – Não.** Ele saiu e agora tem
2548 uma firma de consultoria. Mas ele participou do seminário que a gente fez. Da
2549 SANEPAR nós temos uma engenheira agrônoma que participou do grupo durante
2550 todo o processo de construção dessa nova deliberação, que é Simone Bitencourt
2551 e foi ela que foi indicada pela SANEPAR pra representar a SANEPAR no grupo
2552 que realizou os trabalhos. Aí eu acho que ela é uma boa... Ela não pôde, porque
2553 ela tá viajando essa semana, Mick que veio no lugar, mas a gente tem essas
2554 pessoas identificadas que podem realmente trazer contribuições. O que eu achava
2555 que era importante, é que se fizesse essa agenda, se me permite, fizesse essa
2556 agenda, e a gente diz quais são os assuntos que nós vamos ter na pauta, e a
2557 gente identifica. Esse tema vai ser mais tocado nessa parte da deliberação. Aí a
2558 gente já traz o técnico mais especialista em alguns temas que são abrangentes.
2559 Um acompanha o tempo todo e o outro...

2560

2561

2562 **A SR^a. ZILDA MARIA FARIA VELOSO – Presidente da CTQAGR (MMA) – Olha,**
2563 a gente vai ver com o andar da carruagem. Hoje a gente inicia a leitura, faz essa
2564 agenda tentativa, a Larissa tá só esperando o Henrique chegar, que ele tá com as
2565 datas dos jogos da Copa, aí a gente faz o... Ah, sim, que já aconteceu da gente
2566 marcar... Na última Copa a gente marcou a reunião do CONAMA e era uma coisa
2567 urgente, eu não me lembro, eu me lembro que não tinha ninguém na Esplanada,
2568 liberaram e a gente ficou trabalhando. Mas podemos fazer, tentar fazer isso hoje,
2569 iniciar a leitura do texto. Célia, eu não sei se a gente consegue, no início, a ideia é
2570 fazer uma leitura geral. Aí a presença do Mick eu acho que seria boa. Né? Aí a

2571 gente pode ir vendo... O quê que a gente faz de estratégia? Se, por exemplo,
2572 surgir uma dúvida relacionada a algum assunto, a gente programa, suspende ele,
2573 passa adiante e aí na próxima reunião vê, da mesma coisa, não precisa ser uma
2574 posição só da ABES, pode-se trazer alguém que tenha uma posição contrária, do
2575 outro lado, né? Não tem problema algum. Mas a gente pode fazer esse
2576 planejamento. Certo?

2577

2578

2579 **A SR^a. CÉLIA REGINA RENNÓ – TITULAR (Abes) –** Era isso mesmo, Zilda,
2580 Obrigada.

2581

2582

2583 **A SR^a. ZILDA MARIA FARIA VELOSO – Presidente da CTQAGR (MMA) –**
2584 Vamos lá, qual é as datas lá da Copa? Vamos lá. Começando pelo calendário. Se
2585 a gente for pensar em alguma coisa pra daqui a um mês, 1, 2, 3, 4. 12 e 13 é a...
2586 Tem que ser na semana do dia 18.

2587

2588

2589 **A SR^a. LARISSA –** Então, mas nesse dia tem CTBio.

2590

2591

2592 **A SR^a. ZILDA MARIA FARIA VELOSO – Presidente da CTQAGR (MMA) –** Hã?

2593

2594

2595 **A SR^a. LARISSA –** Tem CTBio. A gente não quer coincidir duas câmaras na
2596 mesma semana.

2597

2598

2599 **A SR^a. ZILDA MARIA FARIA VELOSO – Presidente da CTQAGR (MMA) –** Tem
2600 CTBio?

2601

2602

2603 **A SR^a. LARISSA –** Eu vou mostrar aqui o calendário. Aqui ó, junho.

2604

2605

2606 **A SR^a. ZILDA MARIA FARIA VELOSO – Presidente da CTQAGR (MMA) –**
2607 Vamos lá. Hello! Ele dorme na hora do almoço.

2608

2609

2610 **A SR^a. LARISSA –** Henrique. Mas eu vou falando aqui, ó.

2611

2612

2613 **A SR^a. ZILDA MARIA FARIA VELOSO – Presidente da CTQAGR (MMA) –** Vai
2614 lá.

2615

2616

2617 **A SR^a. LARISSA** – CTBio é dia 24 e 25. Então, nós estamos sugerindo que seja
2618 27 e 28... Não. É 27 que tem Copa, né Henrique? É só esse?

2619

2620

2621 *(Intervenção fora do microfone. Inaudível!).*

2622

2623

2624 **A SR^a. LARISSA** – Isso. Tá. Exatamente. Então, 28 e 29. Essa era a única data
2625 que chocava com Copa. Tá?

2626

2627

2628 *(Intervenção fora do microfone. Inaudível!).*

2629

2630

2631 **A SR^a. LARISSA** – Bom. Então, fica...

2632

2633

2634 **A SR^a. ZILDA MARIA FARIA VELOSO – Presidente da CTQAGR (MMA) – 27 e**
2635 **28. 28 e 29.**

2636

2637

2638 **A SR^a. LARISSA** – De junho. Aí o próximo, passa aí.

2639

2640

2641 **A SR^a. ZILDA MARIA FARIA VELOSO – Presidente da CTQAGR (MMA) – Eu**
2642 **tenho que botar aqui. Pera aí.**

2643

2644

2645 **A SR^a. LARISSA** – Aqui temos duas sugestão, ou 10 e 11 de julho, ou 17 e 18.

2646

2647

2648 **A SR^a. ZILDA MARIA FARIA VELOSO – Presidente da CTQAGR (MMA) – Acho**
2649 **que é muito próximo.**

2650

2651 **A SR^a. LARISSA** – Ou 31 e 1. Mas aí já bagun... Mas pode ser. É porque a
2652 gente... Não, mas eu queria que não coincidissem... Não. 24 e 25 não. mas...

2653

2654

2655 *(Intervenção fora do microfone. Inaudível!).*

2656

2657

2658 **A SR^a. ZILDA MARIA FARIA VELOSO – Presidente da CTQAGR (MMA) –**
2659 **Vocês não sabem o que é ter 3 reuniões no mesmo dia, 15 numa semana só.**

2660

2661

2662 **A SR^a. LARISSA** – Então, tá. Pode ser 26 e 27.

2663

2664

2665 **A SR^a. ZILDA MARIA FARIA VELOSO – Presidente da CTQAGR (MMA) – Vai**
2666 **me mandar isso... Depois eu vou anotar isso, tá?**

2667

2668

2669 **A SR^a. LARISSA – Tá.**

2670

2671

2672 **A SR^a. ZILDA MARIA FARIA VELOSO – Presidente da CTQAGR (MMA) –**
2673 **Vamos lá.**

2674

2675

2676 **A SR^a. LARISSA – Então, julho.**

2677

2678

2679 **A SR^a. ZILDA MARIA FARIA VELOSO – Presidente da CTQAGR (MMA) –**
2680 **Agosto.**

2681

2682

2683 **A SR^a. LARISSA – Agosto. Então, agosto 8 e 9.**

2684

2685

2686 **A SR^a. ZILDA MARIA FARIA VELOSO – Presidente da CTQAGR (MMA) – Não.**
2687 **Aí é muito em cima.**

2688

2689

2690 **A SR^a. LARISSA – É por isso que... é por isso que era melhor o outro. A gente**
2691 **tinha feito uma...**

2692

2693

2694 *(Intervenção fora do microfone. Inaudível!).*

2695

2696 **A SR^a. LARISSA – 17 e 18. Isso. Exatamente. Julho faria 17 e 18.**

2697

2698

2699 **A SR^a. ZILDA MARIA FARIA VELOSO – Presidente da CTQAGR (MMA) – Não**
2700 **tem jogo nesse dia?**

2701

2702

2703 **A SR^a. LARISSA – Não. Agora esse dia não tem jogo. E aí em agosto fica 8 e 9.**

2704

2705

2706 *(Intervenção fora do microfone. Inaudível!).*

2707

2708

2709 **A SR^a. LARISSA** – É. Exatamente. Vai lá em agosto. Aí em agosto ficaria 8 e 9.
2710 Em setembro 12 e 13.

2711

2712

2713 **A SR^a. ZILDA MARIA FARIA VELOSO – Presidente da CTQAGR (MMA)** – A
2714 princípio não tem nada marcado pra essas datas. Até aí tudo bem.

2715

2716

2717 **A SR^a. LARISSA** – Em outubro 9 e 10. Eu depois falo tudo de novo, só pra gente
2718 ver se não tem nenhuma questão de data aí. Outubro 9 e 10. Pra que? Pra em...
2719 Setembro 12 e 13. Junho...

2720

2721

2722 **A SR^a. ZILDA MARIA FARIA VELOSO – Presidente da CTQAGR (MMA)** – Pera
2723 aí. Pera aí. Pera aí. Só um pouquinho. Deixa eu anotar. Vamos lá.

2724

2725

2726 **A SR^a. LARISSA** – Ó, junho 27 e 28. É, junho 28 e 29. Isso. Julho 17 e 18. Agosto
2727 8 e 9. Setembro 12 e 13. Outubro 9 e 10. Novembro 7 e 8. E dezembro 5 e 6.
2728 Tudo era pra chegar assim no dezembro a gente ter, assim, um pouco...

2729

2730

2731 **A SR^a. ZILDA MARIA FARIA VELOSO – Presidente da CTQAGR (MMA)** – Eu
2732 só vou ver uma coisa...

2733

2734

2735 **A SR^a. LARISSA** – Mas aí dá uma olhada também, nisso.

2736

2737

2738 **A SR^a. ZILDA MARIA FARIA VELOSO – Presidente da CTQAGR (MMA)** – Eu
2739 só vou ver uma coisa. Eu acho que julho eu tenho férias marcadas, mas eu não
2740 lembro se eu desmarquei (...), mas eu...

2741

2742

2743 **A SR^a. LARISSA** – Novembro 7 e 8. Mas aí vocês chequem, então. Essa data é
2744 só uma proposta. Dezembro 5 e 6. Mas o importante de marcar essas datas é só...
2745 Não é nem pra não marcar nada em cima. Nós estamos só com essa sala aqui e...
2746 Não. Não é que perdemos, mas vamos ter que dividir com mais gente e já tem
2747 muita gente agendando tudo. Então, a gente tá... Câmara Técnica a gente talvez
2748 faça aqui mesmo. Então, eu já queria deixar agendada essa sala, mas se lá
2749 embaixo tiver oportunidade da gente passar lá pra baixo já tendo marcado tudo, a
2750 gente... Fica mais fácil, né? Não, mas que a gente... É, mas são pequenas.

2751

2752

2753 *(Intervenção fora do microfone. Inaudível!).*

2754

2755

2756 **A SR^a. LARISSA – É.** Aí eles bloqueiam. São datas já bloqueadas. Então, assim,
2757 pra gente é importante. Se a gente consegue fechar isso o quanto antes, a gente
2758 pode tentar, se fechasse isso agora já... Eu já ligava já... Já pela... Mas...

2759

2760

2761 *(Intervenção fora do microfone. Inaudível!).*

2762

2763

2764 **A SR^a. ZILDA MARIA FARIA VELOSO – Presidente da CTQAGR (MMA) –** Pra
2765 aquecimento e provocação. A Câmara de Assuntos Jurídicos retira da Resolução
2766 hoje, todos os considerandos. Ou ele leva os considerandos pra dentro do texto...
2767 Não cabe a mim fazer essas mudanças. Eu tô antecipando problemas. Tô
2768 antecipando problemas. Então, assim, ó. Aí vocês colocaram, considerando que a
2769 produção de lodo é uma característica intrínseca dos processos de tratamento de
2770 esgoto e tende a um crescimento no mínimo proporcional do crescimento da
2771 população urbana. Então, assim, é uma forma de dizer isso dentro do texto, mas a
2772 tendência é não ter e eles citam lá um Decreto que indica qual é, que eu nunca
2773 lembro qual é o número dele. Hã?

2774

2775

2776 *(Intervenção fora do microfone. Inaudível!).*

2777

2778

2779 **A SR^a. ZILDA MARIA FARIA VELOSO – Presidente da CTQAGR (MMA) –** A Lei
2780 Complementar que regulamenta os instrumentos legais, que não cabe numa
2781 Resolução considerandos. Acho que só cabe em Decreto do Legislativo, que entra
2782 como uma exposição dos motivos, é uma coisa assim. Essa Lei Complementar
2783 fala um negócio... Ah, eu queria só uma exceção. Então, assim, só pra lembrar, eu
2784 não vou... A gente não vai cortar nada agora, mas a gente fez esse exercício na
2785 Resolução de composto, aquilo que era realmente importante nós jogamos pra
2786 dentro do texto. Zuleica.

2787

2788

2789 **A SR^a. ZULEICA NYCZ (Apromac) –** Essa foi uma das coisas boas que eu vi,
2790 justamente na proposta da ABES, a volta dos considerandos, porque até hoje o
2791 Jurídico não passou pra gente um parecer jurídico da retirada dos considerandos,
2792 ele simplesmente foi lá, tirou.

2793

2794

2795 **A SR^a. ZILDA MARIA FARIA VELOSO – Presidente da CTQAGR (MMA) –** Ele
2796 não tem obrigação de passar um parecer. Quando vai pra Câmara Técnica ele
2797 informa se cabe ou se não cabe.

2798

2799

2800 **A SR^a. ZULEICA NYCZ (Apromac)** – Não. Não é assim. Nós estamos numa
2801 democracia, né? Então...

2802

2803

2804 **A SR^a. ZILDA MARIA FARIA VELOSO – Presidente da CTQAGR (MMA)** – Sim.
2805 Nós obedecemos o Regimento Interno e não tem obrigação de parecer pra
2806 justificar (...).

2807

2808

2809 **A SR^a. ZULEICA NYCZ (Apromac)** – Se eles encontraram alguma irregularidade,
2810 eles deveriam ter justificado, porque durante... Desde a década de 80 que se
2811 usam os considerandos. Então, se da noite pro dia o Jurídico descobriu que era,
2812 tudo era ilegal, os considerandos, ele tinha que ter no mínimo feito uma
2813 informação, inclusive no Plenário, né? Não numa Resolução de uma Câmara
2814 Técnica. Foi desagradável aquilo, porque ficou no ar, até agora não tá pacificado
2815 isso, porque significaria que todas as Resoluções estão erradas. Todas as
2816 Resoluções antes daquela. Então, eu sugiro que a gente deixe os considerandos,
2817 né? E que a gente ao enviar depois pra Câmara Técnica de Assuntos Jurídicos, a
2818 gente solicite um parecer, né? Não sei, eles têm que dar um parecer, porque...

2819

2820

2821 **A SR^a. ZILDA MARIA FARIA VELOSO – Presidente da CTQAGR (MMA)** – Não
2822 existe a previsão regimental da Câmara, da Câmara de Assuntos Jurídicos emitir
2823 parecer por aquilo que ela retira ou que ela coloca. Ela apresenta justificativa.

2824

2825

2826 **A SR^a. ZULEICA NYCZ (Apromac)** – Não existe também, nenhuma previsão
2827 regimental pra eles tirarem os considerandos.

2828 **A SR^a. ZILDA MARIA FARIA VELOSO – Presidente da CTQAGR (MMA)** – Lei
2829 Complementar 95.

2830

2831

2832 **A SR^a. ZULEICA NYCZ (Apromac)** – Não. Não é isso. Eles falaram... Você falou
2833 isso na reunião. Nós não queremos que você diga pra nós.

2834

2835

2836 **A SR^a. ZILDA MARIA FARIA VELOSO – Presidente da CTQAGR (MMA)** – Eu
2837 sugiro que você fale isso na próxima plenária. Pede a plenária e pede um parecer.

2838

2839

2840 **A SR^a. ZULEICA NYCZ (Apromac)** – Então, eu sugiro deixar, por enquanto, até
2841 que...

2842

2843

2844 **A SR^a. ZILDA MARIA FARIA VELOSO – Presidente da CTQAGR (MMA)** – Não.
2845 Eu não vou tirar. Eu só fiz um comentário. Não vou tirar e nem vou pedir a

2846 retirada. Eu só fiz um comentário antevendo algumas colocações que são feitas,
2847 só isso. Mas a exigência de parecer a Presidência não vai fazer, porque ela não
2848 existe. Eu fria se existisse do ponto de vista do Regimento Interno. Como não há
2849 essa exigência no Regimento Interno, cada um faz a apreciação no que diz
2850 respeito a sua área. Eu não posso fazer isso. Concordando ou não. Eu até era
2851 muito simpática aos considerados, mas não pode não pode, acabou. Pronto.

2852

2853

2854 **O SR. LUIZ ERNESTO BORGES DE MOURÃO SÁ (PROAM)** – Na verdade é...
2855 Não é não pode não pode, mas na verdade, na ata da decisão vai justificar. A
2856 maioria achou que tá de acordo com o Decreto não sei das quantas, (...) e tal. E
2857 essa cabe sempre recurso ao Plenário.

2858

2859

2860 **A SR^a. ZILDA MARIA FARIA VELOSO – Presidente da CTQAGR (MMA)** – Mas
2861 Decreto é Lei Complementar.

2862

2863

2864 **O SR. LUIZ ERNESTO BORGES DE MOURÃO SÁ (PROAM)** – Sim, na Lei
2865 Complementar. Nós já discutimos isso em plenário, inclusive, uma vez, se você
2866 lembrar disso, e ele admitiram que pode em determinadas circunstâncias sim. O
2867 importante nessa questão é, talvez seja... Nós estamos tratando aqui de maneira
2868 genérica, né? As Resoluções elas têm uma história e é muito importante... E essa
2869 história tá nos considerando. Olha, nós estamos considerando aqui que isso tem
2870 um determinado propósito, porque quando a gente fala de interpretação de Leis,
2871 quando a gente vai ao juízo, o juízo vai buscar isso. Qual era a (...)? Qual era a
2872 intenção da Lei? Ah, era proteger agora a agricultura. Estaria lá a agricultura.
2873 Então, tem o enfoque. Não, aqui é a proteção do meio ambiente. Esse é outro
2874 enfoque. Então, é só isso, em algum... Principalmente em legislações
2875 multifacetadas, como são as nossas, eu acho isso extremamente importante, mas
2876 isso é uma questão só que a gente tá debatendo aqui...

2877

2878

2879 **A SR^a. ZILDA MARIA FARIA VELOSO – Presidente da CTQAGR (MMA)** – É
2880 que não é específica desse tema.

2881

2882

2883 **O SR. LUIZ ERNESTO BORGES DE MOURÃO SÁ (PROAM)** – Não é deste
2884 tema, mas geral. É uma coisa que a gente tem que realmente conversar um pouco
2885 mais. Obrigado.

2886

2887

2888 **A SR^a. ZILDA MARIA FARIA VELOSO – Presidente da CTQAGR (MMA)** –
2889 Larissa quer falar?

2890

2891

2892 **A SR^a. LARISSA** – Não, é só uma... Um considerando aqui, né? Na verdade eu
2893 vejo que...

2894

2895

2896 **A SR^a. ZILDA MARIA FARIA VELOSO – Presidente da CTQAGR (MMA)** – Não
2897 pode.

2898

2899

2900 **A SR^a. LARISSA** – Não pode. Pois é. Eu vejo assim, a tentativa, o que incomoda
2901 todo mundo é cortar o fundamento daquela Lei. Isso que tá incomodando, que já
2902 pensou se começa a cortar todos os considerandos de todas as outras? Agora...

2903

2904

2905 **A SR^a. ZILDA MARIA FARIA VELOSO – Presidente da CTQAGR (MMA)** – É
2906 que Lei Ordinária não tem considerando, né?

2907

2908

2909 **A SR^a. LARISSA** – Pois é. Mas achei interessante o guia, que alguém falou do
2910 guia, né? Hoje. Ou seja, a gente pode começar a produzir, assim, um guia pra
2911 cada Legislação, aonde a gente tem ali a base. Quando a gente fez isso com a Lei
2912 de crime ambientais, inclusive com desenhos e tudo, virou uma história em
2913 quadrinho e todo mundo passou a compreender o quê que tava por trás da Lei,
2914 né? O quê que era a raiz, a razão ali, da existência daquela Lei. É só.

2915

2916

2917 **O SR. LUIZ ERNESTO BORGES DE MOURÃO SÁ (PROAM)** – Zilda, só... Vale a
2918 pena, talvez, mesmo que, digamos que não seja possível, por algum motivo, que a
2919 gente tenha que fazer, mas é que tenha o registro, a Resolução pode ser
2920 publicada. A Resolução era essa. Agora nós temos publicado e não tem os
2921 considerandos. Mas os considerandos estão no processo e se manterão no
2922 processo, que são o objetivo da coisa. Porque isso que acontece normalmente. No
2923 processo legislativo os considerandos estão e sempre no Projeto de lei todos os
2924 considerandos estão, pra Leis, tanto complementar quanto pras Leis comuns.
2925 Estão sempre no processo legislativo. Pode ser que na hora da publicação você
2926 não coloque considerando, mas era importante pra consolidação do processo
2927 administrativo. Ele consta, e até nas nossas publicações da Resolução ele pode
2928 fazer os considerandos (...), a Resolução é tal. Os considerados são tal. Isso é
2929 uma decisão do Ministério. Quando publica, entendeu? Então, é só pensar nisso
2930 de uma forma...

2931

2932

2933 **A SR^a. ZILDA MARIA FARIA VELOSO – Presidente da CTQAGR (MMA)** – Não
2934 é bem uma decisão do Ministério. É da AGU. Perdão. É que a área jurídica, a
2935 CTAJ como um todo entende que se aplica a Lei complementar 95 e tem... Eu não
2936 falei que era pra retirar, eu só fiz esse lembrete quando a gente leu. E tem
2937 sistematicamente. Eu sei que esse assunto é polêmico, eu acho que ele... É um

2938 assunto jurídico, eu não tenho argumentos técnicos suficientes pra colocar
2939 contrários. Tá? Só é um assunto jurídico. Mas só pra corroborar. Antigamente a
2940 gente criava programas e planos por Resoluções do CONAMA e há também o
2941 entendimento hoje, que isso não é possível, porque como implicam em gastos
2942 financeiros, só podem ser criados por Lei. Sistemas, programas e planos, como
2943 eles implicam em gastos financeiros ou implicam em ações de outras áreas de
2944 Governo, você não pode cria-los, como eu criei no passado, criamos no passado o
2945 programa... O PROCONVE foi inicialmente criado por Resolução do CONAMA,
2946 depois veio uma Lei em 93. Nós temos... Eu sempre lembro é de, do PROCONVE
2947 e do PRONAR, do Programa Silêncio... É, mas o PROMOT já não... É, o
2948 PROMOT também foi por Resolução do CONAMA e hoje existe... Como eles
2949 implicam em gastos financeiros, não podem ser criados por Resoluções. Mas só
2950 um detalhe, eu também não... De lá pra cá não vi mais nenhum programa ser
2951 criado por Resolução, depois disso. Não vi. Então, assim, também não sou
2952 advogada, eu tô aqui trazendo o entendimento do que eu escuto na outra Câmara
2953 Técnica de origem. Se a gente optar no final por deixar... É.

2954

2955

2956 **O SR. ANDRÉ LUIZ FELISBERTO FRANÇA (INEA/RJ)** – Minimamente serve pra
2957 instruir a CTAJ sobre o que (...) a matéria.

2958

2959

2960 **A SR^a. ZILDA MARIA FARIA VELOSO – Presidente da CTQAGR (MMA) – (...).**
2961 Vamos passar só um pouquinho, Henrique. Passa ali, quer ver, ó. Alguns dos
2962 considerandos eles poderiam virar incisos de algum artigo, colocando...
2963 Colocando... Nós tínhamos uma questão polêmica em qualidade do ar, que era a
2964 questão dos ODS, nós acabamos jogando pra dentro do texto, né? Nós jogamos?
2965 É, mas colocamos e ele era um considerando no início, né? Então, a gente
2966 colocou isso pra dentro do texto. A outra questão era a necessidade da po...
2967 Imediata revisão de uma outra Resolução atrelada àquela, que seria interessante
2968 deixar no considerando pra ela não precisar fazer parte do texto. A gente acabou
2969 retirando, né? Deu um prazo pro Ministério pra apresentar uma proposta. Então,
2970 tem assuntos que eu acho que a gente pode manejar e voltar pra dentro do texto,
2971 sem nenhum comprometimento do assunto, do tema. Alguém levantou a mão?
2972 Zuleica. Eu vi alguém levantar a mão do lado de cá.

2973

2974

2975 **A SR^a. ZULEICA NYCZ (Apromac)** – Eu lembro... Desculpa. Tem alguém na
2976 minha frente pra falar?

2977

2978

2979 **A SR^a. ZILDA MARIA FARIA VELOSO – Presidente da CTQAGR (MMA) – Não.**
2980 Eu acho que não.

2981

2982

2983 **A SR^a. ZULEICA NYCZ (Apromac)** – Eu lembro que isso foi colocado também,
2984 então, que os membros da Câmara Técnica, né? Com a exceção, eu acho que
2985 das ONGs, concordaram em fazer isso, e isso acabou, na verdade, não
2986 acontecendo exatamente, ninguém rastreou isso, ninguém pensou, não houve
2987 uma metodologia pra isso, e, além do mais, o espírito do considerando se perdeu
2988 do mesmo jeito, né? Porque, lógico, se eu considero a necessidade da proteção
2989 do meio ambiente ou se eu considero que o lodo de esgoto pode ser perigoso, né?
2990 Onde é que eu vou escrever isso na Resolução? Né? Que o lodo de esgoto pode
2991 ser perigoso? Eu já sei que pode ser perigoso, porque ele tem que ser classificado
2992 antes, né? Como é que você vai saber se o lodo é perigoso, se não é, se não
2993 classificar? Como é que você classifica? Qual é a função da Resolução
2994 CONAMA? É estabelecer os parâmetros. Quais são os parâmetros que você deve
2995 analisar pra você saber se aquele lote é perigoso, classificado como perigoso ou
2996 não. Então, o importante lá na frente, no considerando, é alertar que o foco dessa
2997 Resolução é evitar a contaminação. Certo? E isso não vai ter... Sem o
2998 considerando você não tem esse enfoque. Né? Então, não substitui. O fato de
2999 você internalizar algum aspecto do considerando não substitui o objetivo do
3000 considerando.

3001

3002

3003 **A SR^a. ZILDA MARIA FARIA VELOSO – Presidente da CTQAGR (MMA)** –
3004 André, tu quer falar? Quando (...) voltar tá bom, Bernardo?

3005

3006

3007 **O SR. BERNARDO SOUTO – TITULAR (CNC)** – Não, é só pra... Bernardo, CNC.
3008 É só pra esclarecer essa situação aí, da ausência de considerando. Eu não sou da
3009 CTAJ, mas o art. 3º da Lei Complementar ela define qual que é a estrutura da Lei.
3010 Aí no Inciso I ela fala: parte preliminar compreendendo a epígrafe, a ementa e o
3011 preâmbulo, o anunciado. Então, não tem considerando. É só por isso.

3012

3013

3014 **A SR^a. ZILDA MARIA FARIA VELOSO – Presidente da CTQAGR (MMA)** –
3015 André.

3016

3017

3018 **O SR. ANDRÉ LUIZ FELISBERTO FRANÇA (INEA/RJ)** – Na verdade é uma
3019 sugestão. Eu acho muito rica, profícua e aprendo bastante nessa discussão sobre
3020 considerar ou não o considerando, mas ao mesmo tempo eu... Se os demais
3021 coordenassem eu gostaria de aproveitar a presença dos técnicos da ABES que
3022 estão aqui e que a gente avance no texto do considerando propriamente dito. Não
3023 que o assunto não seja interessante, mas talvez possa ficar pra sequência da
3024 reunião, pra quem tiver interesse. E aí uma sugestão de encaminhamento, se a
3025 gente perceber bem, o primeiro considerando mudou basicamente disposição por
3026 destinação final adequada, imagino pra ficar consonante com a Política Nacional
3027 de Resíduos sólidos. Então, talvez se a gente colocasse a versão que tem a
3028 alteração marcada com a justificativa da ABES, fique mais claro orientar o debate,

3029 até mesmo ficar mais claro pra gente fundamentar as nossas dúvidas e
3030 solicitações de esclarecimentos. É uma proposta.

3031

3032

3033 *(Intervenção fora do microfone. Inaudível!).*

3034

3035

3036 **A SR^a. ZILDA MARIA FARIA VELOSO – Presidente da CTQAGR (MMA) –**
3037 Socorro! Senta mais pra cá. Senta aí no lugar da Priscila.

3038

3039

3040 **A SR^a. CÉLIA REGINA RENNÓ – TITULAR (Abes) –** Célia Rennó da ABES. A
3041 gente chegou a construir um quadro pra fazer essa comparação, para facilitar e
3042 depois a gente construiu um texto, porque o CONAMA pediu o texto, a gente tem
3043 esse quadro, o Mick construiu esse quadro, esse quadro tá na apresentação dele
3044 no final, porque se eles quisessem discutir (...).

3045

3046

3047 **O SR. ANDRÉ LUIZ FELISBERTO FRANÇA (INEA/RJ) –** Me permite uma
3048 sugestão? O texto ele tá bastante claro, por exemplo, aqui do lodo ele passou
3049 lodos pra lodo e disposição pra destinação final adequada. Como eu imagino que
3050 não tem um quadro pra toda a Resolução, talvez seja mais fácil ler o texto com os
3051 destaques. Pode fazer um teste, né? Tá na página 2. Henrique, tá na página 2.
3052 Um pouco mais... Já começou. Mais pra cima, então.

3053

3054

3055 **A SR^a. ZILDA MARIA FARIA VELOSO – Presidente da CTQAGR (MMA) –** Já
3056 tava lá na tela. Isso.

3057

3058

3059 **O SR. ANDRÉ LUIZ FELISBERTO FRANÇA (INEA/RJ) –** Aí. Começa aí o
3060 primeiro considerando. Talvez identificar qual é a diferença, né? Se tiver
3061 necessidade de...

3062

3063

3064 **A SR^a. ZILDA MARIA FARIA VELOSO – Presidente da CTQAGR (MMA) –** Bom,
3065 considerando que a produção de lodo, o que tinha era lodos, né? E eu tô
3066 entendendo que esse é o texto original, o que não tá em vermelho?

3067

3068

3069 *(Intervenção fora do microfone. Inaudível!).*

3070

3071

3072 **O SR. ANDRÉ LUIZ FELISBERTO FRANÇA (INEA/RJ) –** Eu acho que vale só
3073 um esclarecimento. Eu gostaria de perguntar a Célia, o texto em preto é o texto
3074 original? Imagino. Então, é só ver que o vermelho o acréscimo, que se eu for

3075 buscar o texto agora, acho que a gente vai perder um tempo e o trabalho já foi
3076 feito pela ABES. Né? E eventualmente se encontrarmos alguma divergência a
3077 gente considera...

3078

3079

3080 **A SRª. ZILDA MARIA FARIA VELOSO – Presidente da CTQAGR (MMA) – Sim.**
3081 Considerando que a produção de lodo, de esgoto, né, ao invés de lodos de
3082 esgoto. É uma característica intrínseca do processo de tratamento de esgotos. e
3083 tende a um crescimento, no mínimo, proporcional ao crescimento da população
3084 humana, e a solução para a sua destinação final... Eu colocaria, ambientalmente
3085 adequada. Porque é o que tá na Lei Ambiental e na Lei de Resíduos Sólidos. É. É,
3086 porque têm as duas coisas na Lei de Resíduos Sólidos, destinação final
3087 ambientalmente adequada. Na Lei eu não concordo tanto com destinação final,
3088 pra mim poderia ser só destinação, mas ficou assim. E disposição final. Aí sim,
3089 ambientalmente adequada. Mas o ambientalmente eu acho interessante.

3090

3091

3092 **A SRª. ZILDA MARIA FARIA VELOSO – Presidente da CTQAGR (MMA) –**
3093 Wanderley, fale.

3094

3095

3096 **O SR. WANDERLEY COELHO BAPTISTA – TITULAR (CNI) – Wanderley CNI.**
3097 Na verdade, Zilda, a observação que eu fazia, que a gente tá começando pelos
3098 considerandos, nós pulamos a ementa, né? Que eles usam o termo benéfico, é
3099 um termo que normalmente não se usa na área ambiental...

3100

3101

3102 **A SRª. ZILDA MARIA FARIA VELOSO – Presidente da CTQAGR (MMA) – É um**
3103 termo qualitativo que não se usa em Resolução.

3104

3105

3106 **O SR. WANDERLEY COELHO BAPTISTA – TITULAR (CNI) – E eu até comentei**
3107 com eles...

3108

3109

3110 **A SRª. ZILDA MARIA FARIA VELOSO – Presidente da CTQAGR (MMA) – Bem**
3111 lembrado. Eu vi isso e isso me chamou atenção.

3112

3113

3114 **O SR. WANDERLEY COELHO BAPTISTA – TITULAR (CNI) – É.** A gente usa o
3115 ambientalmente adequado. Então, assim, já que você citou o ambientalmente
3116 adequado, ficaria como sugestão, como a gente não vai mexer em texto e nada,
3117 mas ficaria como sugestão onde houver...

3118

3119

3120 **A SR^a. ZILDA MARIA FARIA VELOSO – Presidente da CTQAGR (MMA) –** Eu
3121 vou pontuar... Algumas coisas nós não vamos mexer hoje.

3122

3123

3124 **O SR. WANDERLEY COELHO BAPTISTA – TITULAR (CNI) –** Apenas é uma
3125 sugestão.

3126

3127

3128 **A SR^a. ZILDA MARIA FARIA VELOSO – Presidente da CTQAGR (MMA) –** Bem
3129 lembrado, Wanderley, a questão do benéfico, é um qualitativo que a gente
3130 normalmente não usa em Resolução. A gente pode apelar pro termo, destinação
3131 ambientalmente adequada. Então, deixa, a gente não vai mexer agora, a gente só
3132 vai criar aí, esse entendimento... Coloca numa outra cor?

3133

3134

3135 *(Intervenção fora do microfone. Inaudível!).*

3136

3137

3138 **A SR^a. ZILDA MARIA FARIA VELOSO – Presidente da CTQAGR (MMA) –** Sem
3139 compromisso?

3140

3141 *(Intervenção fora do microfone. Inaudível!).*

3142

3143

3144 **A SR^a. ZILDA MARIA FARIA VELOSO – Presidente da CTQAGR (MMA) –**
3145 Então, tá bom.

3146

3147

3148 *(Intervenção fora do microfone. Inaudível!).*

3149

3150

3151 **A SR^a. ZILDA MARIA FARIA VELOSO – Presidente da CTQAGR (MMA) –**
3152 Então, tá. Então, vamos lá.

3153

3154

3155 *(Intervenção fora do microfone. Inaudível!).*

3156

3157

3158 **A SR^a. ZILDA MARIA FARIA VELOSO – Presidente da CTQAGR (MMA) –** Eu
3159 acho que vai ter que fazer numa outra cor, Henrique, porque eles já pontuaram as
3160 coisas... Bota um fundo amarelo, então.

3161

3162

3163 *(Intervenção fora do microfone. Inaudível!).*

3164

3165

3166 **A SR^a. ZILDA MARIA FARIA VELOSO – Presidente da CTQAGR (MMA)** – Eu
3167 sei, mas é que eles já tão colocando coisa em vermelho, senão vai dá impressão...
3168 Tudo que a gente colocar nesse texto coloca fundo amarelo. Entendeu? Porque
3169 eles já colocaram com... Ou põe azul, sei lá. Isso, pode ser. Pode.

3170

3171

3172 *(Intervenção fora do microfone. Inaudível!).*

3173

3174

3175 **A SR^a. ZILDA MARIA FARIA VELOSO – Presidente da CTQAGR (MMA)** – E
3176 também o termo lá na ementa. Eu não sei se ela deve tá no art. 1º, mas a ementa
3177 fala... A ementa não tá aí? Tá. É uso benéfico. É.

3178

3179

3180 **A SR^a. CÉLIA REGINA RENNÓ – TITULAR (Abes)** – Célia da ABES. Inclusive a
3181 gente usa esse uso benéfico nas definições, lá na frente. Aí nós teríamos que
3182 rever essa...

3183

3184

3185 **O SR. WANDERLEY COELHO BAPTISTA – TITULAR (CNI)** – Tudo que vocês
3186 fizeram tá racionalmente escrito, tá ordenado, é que o uso no termo benéfico, eu
3187 nunca vi em legislação ambiental. Né?

3188

3189

3190 **A SR^a. ZILDA MARIA FARIA VELOSO – Presidente da CTQAGR (MMA)** – Ele é
3191 muito qualitativo, né? Então, vamos lá. Zuleica.

3192

3193

3194 **A SR^a. ZULEICA NYCZ (Apramac)** – Então, aqui, não entendi isso aqui. E a
3195 solução para a sua destinação final ambientalmente adequada é medida que se
3196 impõe com urgência. Mas eu acho meio estranho. Porque já que estamos fazendo
3197 a revisão, né? Porque... Porque com o desenvolvimento da técnica e da ciência de
3198 2006 pra cá, já existem outras, talvez, alternativas pro lodo, aquela que a gente viu
3199 lá no programa do André Trigueiro, né, produção de energia, é uma, né? Então,
3200 não dá pra dizer que... Dá impressão que quando... Essa medida se impõe com
3201 urgência por ser a única, né? Eu não sei se vocês fazem a mesma interpretação
3202 que eu.

3203

3204

3205 **A SR^a. ZILDA MARIA FARIA VELOSO – Presidente da CTQAGR (MMA)** –
3206 André.

3207

3208

3209 **O SR. ANDRÉ LUIZ FELISBERTO FRANÇA (INEA/RJ)** – Ali me parece que...
3210 André, ABEMA. Que à medida que impõe com urgência é a destinação final

3211 ambientalmente adequada, não a produção do lodo. Né? Eu acho que foi isso que
3212 a ABES quis dizer. E pra mim é a interpretação que eu tive.

3213

3214

3215 **O SR. NÃO IDENTIFICADO –** É isso aí. É exatamente o que eu sugeri.

3216

3217

3218 **A SR^a. ZILDA MARIA FARIA VELOSO – Presidente da CTQAGR (MMA) –**
3219 Vocês, da área de saneamento, vocês falam produção de lodo? Que nós, da área
3220 de resíduos, falamos geração de resíduos e não produção.

3221

3222

3223 **A SR^a. CÉLIA REGINA RENNÓ – TITULAR (Abes) –** Na realidade o tratamento
3224 de esgoto... Célia Rennó da ABES. Na realidade o tratamento de esgoto ele
3225 remove os sólidos, mas a remoção do lodo é uma parte pequena, a maior parte é
3226 uma produção biológica para remoção da matéria orgânica que tá diluída dentro
3227 do esgoto. Então, existe uma produção de lodo, porque existe uma remoção de
3228 matéria sólida já, que já vem no esgoto, mas existe uma produção biológica de
3229 lodo que acontece devido à remoção da matéria orgânica que está diluída dentro
3230 da água que vem junto com o esgoto. Então, a gente fala, dentro do tratamento de
3231 esgoto, produção de lodo. Por quê? Porque há um lodo, a maior quantidade de
3232 lodo que surge dentro do tratamento de esgoto, ela é produzida pelas bactérias
3233 que produzem, então, uma massa, que é o lodo que a gente tem que dispor. O
3234 sólido, se você fizer a conta dos sólidos em suspensão que existem naturalmente
3235 no esgoto, ele é uma porcentagem pequena dos sólidos que vão ser... De
3236 referência àquilo que é produzido pelo tratamento. Por quê? Porque o tratamento
3237 ele pega aquela matéria orgânica que tá dissolvida dentro da massa líquida do
3238 esgoto e transforma aquilo em matéria celular, que é... E as bactérias incorporam,
3239 então, aqueles nutrientes, e tudo mais e aquilo, então, tem realmente um volume
3240 de lodo bem mais significativo do que simplesmente o sólido que veio dentro do
3241 esgoto. Por isso que a gente fala em produção de lodo.

3242

3243

3244 **O SR. WANDERLEY COELHO BAPTISTA – TITULAR (CNI) –** Doutora Zilda,
3245 uma questão de ordem. Eu esperei ela terminar aqui, até pra atender o que os
3246 Conselheiros pediram, é definição do horário de fechamento dessa reunião hoje.
3247 Eu acho que nós não fechamos. Que o horário que os Conselheiros querem que
3248 feche a reunião, já que muita gente tem voo.

3249

3250

3251 *(Intervenção fora do microfone. Inaudível!).*

3252

3253

3254 **A SR^a. ZILDA MARIA FARIA VELOSO – Presidente da CTQAGR (MMA) –** Que
3255 (...) são os voos aí?

3256

3257

3258 **O SR. WANDERLEY COELHO BAPTISTA – TITULAR (CNI) – 16:30.**

3259

3260

3261 **A SR^a. ZILDA MARIA FARIA VELOSO – Presidente da CTQAGR (MMA) – 16:30**
3262 **ela tem que sair? Bernardo?**

3263

3264

3265 *(Intervenção fora do microfone. Inaudível!).*

3266

3267

3268 **A SR^a. ZILDA MARIA FARIA VELOSO – Presidente da CTQAGR (MMA) – Tu**
3269 **vai ficar aí? O André pode ficar até às 17 horas.**

3270

3271

3272 *(Intervenção fora do microfone. Inaudível!).*

3273

3274

3275 **A SR^a. ZILDA MARIA FARIA VELOSO – Presidente da CTQAGR (MMA) – Eu**
3276 **acho que 17 horas era um bom horário pra gente poder... Que era o horário que**
3277 **tava marcado a reunião. Então, vamos lá.**

3278

3279

3280 **O SR. LUIZ ERNESTO BORGES DE MOURÃO SÁ (PROAM) – 16:30 também tô**
3281 **saindo.**

3282

3283

3284 **A SR^a. ZILDA MARIA FARIA VELOSO – Presidente da CTQAGR (MMA) – Eu**
3285 **entendi, mas ainda assim eu continuo achando que podia ser...**

3286

3287

3288 **O SR. LUIZ ERNESTO BORGES DE MOURÃO SÁ (PROAM) – Fazer uma**
3289 **pergunta, então...**

3290

3291

3292 **A SR^a. ZILDA MARIA FARIA VELOSO – Presidente da CTQAGR (MMA) – Não.**
3293 **Eu entendi tua colocação. Entendi. Eu entendi. É só um preciosismo.**

3294

3295

3296 **O SR. LUIZ ERNESTO BORGES DE MOURÃO SÁ (PROAM) – Qual é a**
3297 **diferença de geração e produção? Porque a produção você não adiciona (...). O**
3298 **tratamento em si ele introduz alguma coisa? É isso que você tá querendo dizer?**

3299

3300

3301 **A SR^a. CÉLIA REGINA RENNÓ – TITULAR (Abes) – A gente não introduz nada.**
3302 **É um processo biológico (...).**

3303

3304

3305 **O SR. LUIZ ERNESTO BORGES DE MOURÃO SÁ (PROAM) –** Que acontece,
3306 inclusive no nosso organismo.

3307

3308

3309 **A SR^a. CÉLIA REGINA RENNÓ – TITULAR (Abes) –** Isso.

3310

3311

3312 **O SR. LUIZ ERNESTO BORGES DE MOURÃO SÁ (PROAM) –** Então, nós
3313 geramos também, né? Não produzimos. A questão...

3314

3315

3316 *(Intervenção fora do microfone. Inaudível!).*

3317

3318

3319 **O SR. LUIZ ERNESTO BORGES DE MOURÃO SÁ (PROAM) – (...).** É
3320 preciosismo.

3321

3322

3323 *(Intervenção fora do microfone. Inaudível!).*

3324

3325

3326 **A SR^a. ZILDA MARIA FARIA VELOSO – Presidente da CTQAGR (MMA) –**
3327 Digamos o seguinte, assim ó, fazendo uma analogia com resíduos para geração,
3328 você produz intencionalmente um celular, mas você gera lodo no tratamento do
3329 efluente domiciliar. Entendeu? A minha lógica é essa. Pra resíduo é essa, porque
3330 quando alguém vira pra mim e diz assim, ah, você produz lixo. Não. Não produzo
3331 lixo. Eu gero lixo. Eu produzo alimento, bebida, roupa e gero algum resíduo nesse
3332 processo. Então, assim, isso, assim, a bibliografia fala isso de uma maneira, de
3333 uma maneira assim, leve. Aqui só estamos trocando ideias, né? Estamos trocando
3334 ideias. Então, assim, pra mim é muito mais simpática a palavra geração do que
3335 produção, por isso que eu queria entender se o setor de saneamento tinha
3336 alguma, alguma diferença em relação a isso.

3337

3338

3339 **A SR^a. CÉLIA REGINA RENNÓ – TITULAR (Abes) –** Eu só tô te falando... Eu só
3340 tô falando nas aulas que a gente dá.

3341

3342

3343 **A SR^a. ZILDA MARIA FARIA VELOSO – Presidente da CTQAGR (MMA) –** Sim.
3344 Sim. Entendi.

3345

3346

3347 **A SR^a. CÉLIA REGINA RENNÓ – TITULAR (Abes) – (...)** A gente fala assim,
3348 mas... Eu entendi o seu conceito.

3349

3350

3351 **O SR. LUIZ ANTONIO GARCIA CORRÊA (FATMA/SC)** – Via de regra a gente
3352 um dia usa o termo geração relacionado a resíduo.

3353

3354

3355 **A SR^a. ZILDA MARIA FARIA VELOSO – Presidente da CTQAGR (MMA)** – É por
3356 isso que eu pensei, assim, como eu...

3357

3358

3359 **O SR. LUIZ ANTONIO GARCIA CORRÊA (FATMA/SC)** – (...) No caso assim, lá,
3360 vamos dizer, a produção, ela tá mais associada há uma coisa mais de engenharia
3361 mesmo, em função de um processo, por isso que coloca...

3362

3363

3364 **A SR^a. ZILDA MARIA FARIA VELOSO – Presidente da CTQAGR (MMA)** –
3365 Produção.

3366

3367

3368 **O SR. LUIZ ANTONIO GARCIA CORRÊA (FATMA/SC)** – Você falou assim, a
3369 questão do filho, normalmente a gente fala, eu gero um filho, não fala eu produzo
3370 um filho. Né? Então, é uma coisa...

3371

3372

3373 **A SR^a. ZILDA MARIA FARIA VELOSO – Presidente da CTQAGR (MMA)** –
3374 Entendi. É só uma... É. É só uma provocação. Pode subir um pouco mais?
3375 Considerando que o lodo de esgoto corresponde a uma fonte potencial de risco a
3376 saúde pública, e ao meio ambiente, e potencializa a proliferação de vetores... Aí
3377 teria uma vírgula, né? De moléstias e organismos nocivos. Põe só a vírgula.
3378 Considerando que devido a fatores naturais e acidentais, os lodos de esgoto... Aí
3379 tá lodo. Ah, lá, lodo, tá cortado. Tá cortado. Pode conter metais pesados,
3380 compostos orgânicos persistentes e patógenos em concentrações nocivas a
3381 saúde e ao meio ambiente. Aí eu tenho... Bom, diga.

3382

3383

3384 *(Intervenção fora do microfone. Inaudível!).*

3385

3386

3387 **A SR^a. NÃO IDENTIFICADA** – (...), Espírito Santo. Por quê que tirou só resíduos?
3388 Eu acho que permaneceria naquele conceito. Aí ele cortou o 'são resíduos', mas
3389 pro nosso conceito aqui, até porque tá se baseando na política nacional de
3390 resíduos. São resíduos, não? A gente não tava falando disso até agora?

3391

3392

3393 *(Intervenção fora do microfone. Inaudível!).*

3394

3395

3396 **A SRª. ZILDA MARIA FARIA VELOSO – Presidente da CTQAGR (MMA) –**
3397 Zuleica.

3398

3399

3400 *(Intervenção fora do microfone. Inaudível!).*

3401

3402

3403 **A SRª. ZULEICA NYCZ (Apramac) –** Então, tiraram... O lodo de esgoto deixou de
3404 ser resíduos nesse considerando, né? Então, seria, 'podem conter' simplesmente,
3405 metais pesados, compostos orgânicos e patógenos. Eu penso assim, a hora da
3406 revisão, né? Os fatores que levam lodo a conter metais pesados, policíclicos
3407 aromáticos e substâncias inorgânicas e orgânicas, tóxicas, é somente por fatores
3408 naturais e acidentais? Ou... Porque, na verdade, eles estão sendo jogados
3409 intencionalmente, né? No lodo, através da atividade humana, né? Não é nem
3410 acidental nem natural. A forma como os metais tóxicos e outras substâncias
3411 tóxicas entram no sistema de coleta de esgoto, é intencional, né? Ou seria não
3412 intencional, mas dentro da... Porque veja, se eu tô no salão de beleza lá e, né? Tô
3413 lavando o cabelo lá, com um monte de tinta e tal, isso é um fator natural ou
3414 acidental? Pergunta. Ou é decorrente, simplesmente, é natural, porque decorrente
3415 da atividade humana nesse sentido que é natural? Naturalizado, né? Do ponto de
3416 vista sociológico, né? Isso foi naturalizado. Então, uma coisa boa da gente colocar
3417 em dia, né? Dado a informação que a gente tem hoje, né? De como que os
3418 poluentes orgânicos e os tóxicos passam, por exemplo, do brinquedo da criança
3419 pro corpo do criança. Da criança pelas fezes ou pela urina, né? Ou pelo suor.
3420 Então, assim, como é que isso vai entrando na cadeia? Como é que as
3421 substâncias tóxicas industriais e produtos industriais que a gente manipula e usa
3422 vão parar no lodo? Né? E aí é que entra esse considerando importante. Né? Os
3423 compostos orgânicos e inorgânicos persistentes, que é o caso do mercúrio, né? E
3424 faltou aqui também os outros, né? As outras substâncias. Né? Nós temos hoje os
3425 disruptores em endócrinos, né? Nós temos os fármacos também, que são novos
3426 temas sendo discutidos no mundo inteiro, não é? O (...) tá discutindo, como falei
3427 hoje de manhã, fármacos no meio ambiente, porque eles estão indo parar na
3428 água. E como é que eles vão parar na água? Através do esgoto, né?

3429

3430

3431 **A SRª. ZILDA MARIA FARIA VELOSO – Presidente da CTQAGR (MMA) –** Eu
3432 tenho uma sugestão. Eu acho que se a gente tirar fatores naturais e acidentais
3433 não compromete o texto.

3434

3435

3436 **O SR. NÃO IDENTIFICADO –** É exatamente a minha proposta.

3437

3438

3439 **A SRª. CAROLINE DE ANDRADE VESCOVI N. MARTINS (GOV/ES) –** Minha
3440 dúvida era em relação à palavra resíduos. São resíduos.

3441

3442

3443 **A SR^a. ZILDA MARIA FARIA VELOSO – Presidente da CTQAGR (MMA) – Não.**
3444 Não. Considerando... Aí tira o devido, né? Considerando que o lodo de esgoto
3445 pode conter metais pesados, compostos orgânicos e patógenos.

3446

3447

3448 **A SR^a. CAROLINE DE ANDRADE VESCOVI N. MARTINS (GOV/ES) –** Então,
3449 mas olha a justificativa. Tá tirando o termo resíduo em consonância com a Lei
3450 2305. Mas por quê? Que Lei 2305 tá tirando, então, o resíduo daí? Não entendi.

3451

3452

3453 *(Intervenção fora do microfone. Inaudível!).*

3454 **A SR^a. ZILDA MARIA FARIA VELOSO – Presidente da CTQAGR (MMA) –** Quer
3455 dizer que no texto original... São resíduos que podem conter... Mas continuam
3456 sendo resíduos.

3457

3458 **A SR^a. CAROLINE DE ANDRADE VESCOVI N. MARTINS (GOV/ES) –**
3459 Exatamente. Então, deixa resíduo.

3460

3461 *(Intervenção fora do microfone. Inaudível!).*

3462

3463 **A SR^a. ZILDA MARIA FARIA VELOSO – Presidente da CTQAGR (MMA) –** Oi?

3464 **A SR^a. ZULEICA NYCZ (Apromac) –** O lodo é universalmente classificado como
3465 resíduo. Ele não é... Se ele vai ser perigoso ou não, depende justamente da
3466 Resolução determinar. Esse é o objetivo da Resolução, porque ela...

3467

3468

3469 **A SR^a. CAROLINE DE ANDRADE VESCOVI N. MARTINS (GOV/ES) –** Não tô
3470 entrando nesse mérito.

3471

3472

3473 **A SR^a. ZULEICA NYCZ (Apromac) –** Não. Eu sei. Eu só tô explicando pra ela que
3474 aonde a gente vai, aonde a gente lê, em qualquer documento internacional lodo é
3475 resíduo. Eu não sei por que...

3476

3477

3478 **O SR. ANDRÉ LUIZ FELISBERTO FRANÇA (INEA/RJ) –** André França, ABEMA.
3479 É que, bem, a questão do... A primeira questão eu acho que tá superada, a fonte
3480 natural. Então, tirando os dois fica abrangente nesse caminho também,
3481 concordando com a Zilda. A outra questão, resíduo ou não resíduo, produto ou
3482 não. Essa é uma discussão muito... O limite entre um resíduo e um produto, em
3483 alguns casos é muito tênue, né? Concordo que universalmente... Universalmente
3484 acho que ninguém vai ter dúvida que ele é resíduo de um processo de tratamento,
3485 mas um ponto que me parece caro aqui, é a gente pensar no objetivo que a gente

3486 quer, porque se a gente quer promover o uso desse material, não falar de produto
3487 ou resíduo. A gente quer promover o uso desse material, reaproveitamento,
3488 reciclagem, considerando que a gente tem uma cultura de, como foi falado aqui,
3489 tem um bullying contra esse material, né? Mesmo a gente que trabalha com o
3490 assunto, a gente já sabe o que é resíduo, né? Mas por quê que a gente precisa
3491 reforçar isso no início da Resolução que busca fomentar o reaproveitamento
3492 desse material? Como historicamente já se tem uma resistência grande a resíduo,
3493 isso não compromete de forma nenhuma a classificação desse material, porque
3494 pra todos os fins ele vai ser classificado como resíduo, eu acho que tem uma
3495 questão de fomento há uma mudança de visão sobre os materiais, porque
3496 futuramente a gente tende a acreditar que a melhor coisa pro resíduo é ele tá no
3497 aterro e isso a gente tem que combater, né? A própria Política Nacional de
3498 Resíduos Sólidos traz várias outras medidas que prioritariamente tem que ser
3499 adotadas antes da disposição, que é disposição para o rejeito, ou seja, aquilo que
3500 não pode ser reaproveitado pelos processos de reciclagem, reaproveitamento,
3501 reutilização, aproveitamento (...) e os outros previstos na Lei. Então, por essa
3502 questão cultural eu entendo, não traz prejuízo à retirada do termo resíduo, porque
3503 já é algo que naturalmente as pessoas tendem a não querer, tendem a não...
3504 Tendem a não querer fomentar. Então, eu não sei se foi isso que motivou a
3505 proposta, mas eu vi isso acontecer em outras discussões sobre resíduos, em
3506 alguns casos você tem um processo de transformação, onde entram o material e é
3507 produzido um outro material. Né? Então, se a gente quer valorizar, eu acho que a
3508 gente valoriza mais chamando de um subproduto ou um produto secundário, do
3509 que como um resíduo que historicamente ficou associado a algo ruim no nosso
3510 País. Eu não sei se é nesse caminho que a proponente ABES tentou trazer essa
3511 mudança na redação.

3512

3513

3514 **A SRª. ZULEICA NYCZ (Apramac)** – Então, deixe-me discordar... Desculpe.

3515

3516

3517 *(Intervenção fora do microfone. Inaudível!).*

3518

3519

3520 **O SR. ANDRÉ LUIZ FELISBERTO FRANÇA (INEA/RJ)** – Doutora Célia, na
3521 sequência Zuleica.

3522

3523

3524 **A SRª. CÉLIA REGINA RENNÓ – TITULAR (Abes)** – O intuito foi exatamente
3525 esse. Quando a INCT entrou, que é aquela ETE sustentável, quando a gente
3526 entrou dentro do processo de discutir um circuito com sustentabilidade, foi
3527 exatamente... É esse o novo pensamento sobre uma estação de tratamento de
3528 esgoto. Uma estação de tratamento de esgoto não estaria produzindo... Ela
3529 estaria produzindo gás, que é um gás que pode ser energeticamente aproveitado,
3530 ela taria produzindo. Então, um lodo que é um subproduto que pode ter função. E
3531 aí não seria um resíduo. Seria o que uma estação de tratamento que estaria

3532 dentro de um contexto de sustentabilidade taria produzindo. Ela taria produzindo
3533 lodo, taria produzindo gás e aí só iria pra ser rejeito aquela parte, realmente, que
3534 não pudesse ser aproveitada nem transformada em algo enérgico, nem energia,
3535 nem num subproduto que pudesse ser reciclado. Foi dentro disso que a proposta
3536 das pessoas do grupo chegou na retirada do rejeito e tá aí, colocada dessa forma.

3537

3538

3539 **A SR^a. ZILDA MARIA FARIA VELOSO – Presidente da CTQAGR (MMA) –**
3540 Deixa eu fazer uma que explicaçãozinha aqui, que agora bateu nos meus (...).
3541 Agora bateu nos meus (...). Não é porque é resíduo que não pode ser reciclado ou
3542 não gera sustentabilidade. Não é isso. Assim, não é retirando o conceito do ar é
3543 que eu consigo criar esse conceito... Criar esse... Uma nova filosofia, porque
3544 inclusive você tem a garantia da Lei de Resíduos Sólidos pelo art. 9, de não gerar,
3545 reduzir, reciclar, reaproveitar e tudo mais. Então, assim, nesse aspecto Zuleica
3546 tem razão, (...) retirada do termo resíduo o lodo, dentro do processo de tratamento
3547 de esgoto ele é um resíduo. Ah, mas, então, ele... Não. Ele pode ser aproveitado.
3548 O que a Lei 12305, que tá inserida dentro da Legislação Ambiental veio trazer, é
3549 exatamente essa possibilidade do resíduo passar a ser encarado, econômica,
3550 social, ambientalmente como algo que pode ser reaproveitado, reutilizado e
3551 reciclado. Então, retirar simplesmente o termo resíduo, eu acho que não soluciona
3552 o problema. Tudo bem, o termo resíduo poderia ser até redundante dentro do
3553 texto, mas a justificativa é que não tá boa a daí, entendeu? É a justificativa que
3554 não tá boa. Essa ideia que não tá boa. Eu me perdi. Eu saí pra atender o telefone
3555 e me perdi. Zuleica, o Mourão...

3556

3557

3558 *(Intervenção fora do microfone. Inaudível!).*

3559

3560

3561 **A SR^a. ZILDA MARIA FARIA VELOSO – Presidente da CTQAGR (MMA) – O**
3562 Mourão disse que pediu a palavra também. O Mourão. Wanderley. Como é teu
3563 nome? Caroline.

3564

3565

3566 **A SR^a. ZULEICA NYCZ (Apramac) –** Eu acho interessante essa discussão,
3567 mesmo que ela seja, assim, não vá impactar tanto, mas eu acho importante
3568 manter a palavra resíduo e nunca utilizar produto, justamente porque o objetivo da
3569 Resolução do CONAMA, do Conselho Nacional do Meio Ambiente nessa
3570 Resolução, é regular as regras, estabelecer as regras, caso a empresa que tá
3571 gerando lodo queira utilizar ele no uso agrícola ou eventualmente em solo. Ela não
3572 tá aqui pra dizer, peguem o lodo e coloque no solo. Ela tá dizendo assim: se você
3573 quiser dar essa destinação, sabendo que existem outras e que podem existir
3574 outras no futuro, em breve, com a evolução da tecnologia. Se você quiser colocar
3575 na agricultura. Então, você vai seguir essas regras aqui, né? E elas... É isso que o
3576 CONAMA tá dizendo. Ele não tá estimulando as empresas a jogarem tudo no solo,
3577 aplicarem no solo pra fins agrícolas. Então, deixar bem claro isso. Então, é

3578 realmente... E o CONAMA não tá discutindo produto. Ele tá... O CONAMA discute
3579 resíduos, a destinação ambientalmente adequada dos resíduos. É o caso do óleo,
3580 eu queria lembrar do óleo lubrificante. O óleo lubrificante contaminado ele é um
3581 potencial produto, né? Porque ele contém o óleo mineral dentro dele intacto, né?
3582 Porém ele é um resíduo e pra que ele possa se transformar de novo em óleo
3583 lubrificante ele vai ter que passar por uma Resolução CONAMA 362 de 2005, né?
3584 Que estabelece as regras. Agora, em nenhum momento a gente defendeu
3585 categoria, vamos dizer assim, tecnologias. Teve um debate na época, que eu
3586 queria trazer pra vocês como uma discussão de padrões. Na época da Resolução
3587 362 de 2005 nós da APROMAC até fomos, assim, vamos dizer, usados de
3588 estarmos defendendo uma tecnologia em detrimento de outras que pudessem
3589 surgir no futuro, né? Mas acontece que a gente estava defendendo, na verdade,
3590 uma categoria tecnológica de reciclagem do óleo e não uma tecnologia, já que
3591 existiam várias tecnologias de reciclagem do óleo que obtinha o mesmo fim.
3592 Então, a ideia é obter o mesmo fim, não é isso que o CONAMA quer? Que
3593 obtenha um produto no final que seja seguro pro meio ambiente. É isso que o
3594 CONAMA quer. O resto cada um faz o que quer. É livre iniciativa. Não é isso?
3595 Então, esse é o objetivo da Resolução, estabelecer as regras pra dar segurança
3596 pro uso, caso seja essa a destinação escolhida, porque ninguém é obrigado a
3597 pegar o seu lodo e colocar na agricultura, certo? Não existe essa obrigação.
3598 Então, tem que permanecer lá resíduos, porque nós estamos tratando de um
3599 resíduo aqui, pra uma determinada destinação.

3600

3601

3602 **A SR^a. ZILDA MARIA FARIA VELOSO – Presidente da CTQAGR (MMA) –**
3603 Mourão. Wanderley.

3604

3605

3606 **O SR. LUIZ ERNESTO BORGES DE MOURÃO SÁ (PROAM) –** Aqui nós
3607 começamos com um problema, primeiro problema filosófico na Resolução. No
3608 meu entender essa é uma Resolução de padrão de qualidade ambiental e não de
3609 incentivo pra produção de um determinado material ou não, que seja correto ou
3610 não. São coisas diferentes. São coisas fundamentalmente diferentes. É claro que
3611 um material que é um resíduo, o que é um determinado... É um resíduo gerado ou
3612 produzido, não vamos entrar nesse meio. Que ele é admitido. Diante de um
3613 determinado padrão você pode fazer o que você quiser com ele, desde que seja
3614 ambientalmente adequado. Eu acho que essa é a questão. Então, a gente não tá
3615 aqui pra incentivar. Eu discordo. Pra incentivar o uso agrícola dele. Essa é uma
3616 possibilidade sim, isso pode ser usado em qualquer uso que seja ambientalmente
3617 destinado, desde que ele tenha determinado padrão de qualidade. Oi?

3618

3619

3620 **A SR^a. ZILDA MARIA FARIA VELOSO – Presidente da CTQAGR (MMA) –** Pra
3621 regular.

3622

3623

3624 **O SR. LUIZ ERNESTO BORGES DE MOURÃO SÁ (PROAM)** – Exatamente. (...)
3625 uso específico disso, mas com determinado... Dentro de um padrão de qualidade,
3626 porque senão a gente entra numa determinada linha onde a gente vai gerar, ou
3627 seja, vai facilitar, o que ela falou, alguns tipos de tecnologias e outras não. Talvez
3628 seja ao contrário do que aquilo. Olha, eu não vejo, não considero, nunca ninguém
3629 analisou isso juridicamente, algum empecilho pra que seja usado isso em uso
3630 agrícola. Eu não vejo problema, inclusive várias empresas, inclusive a própria
3631 CAESB usa em recuperação de áreas degradadas, etc. Então, veja só, se eu
3632 começo a dizer que isso aqui é específico pra usar isso no uso agrícola e solo,
3633 será que eu posso usar... Vou aqui fazer uma imagem bem louca. Posso usar isso
3634 em uso aéreo? Não sei. Eu sei o seguinte, que em determinadas característica
3635 tem que ser mantidos pra que eu não possa disseminar, principalmente os
3636 materiais que são nitidamente nocivos ao meio ambiente e ao ser humano, os
3637 patógenos, aquela destinação. Então, é porque essa filosofia pode, podemos
3638 parecer que estamos discutindo abobrinha, mas isso é que norteia todo o
3639 funcionamento da própria Resolução. Então... É, por isso que os considerandos
3640 são a parte importante de como a gente vai seguir usando esses termos. É isso
3641 que eu queria trazer.

3642

3643

3644 **A SR^a. ZILDA MARIA FARIA VELOSO – Presidente da CTQAGR (MMA)** – Na
3645 minha lista, Wanderley.

3646

3647

3648 **O SR. WANDERLEY COELHO BAPTISTA – TITULAR (CNI)** – É e não pode
3649 esquecer do...?

3650

3651

3652 *(Intervenção fora do microfone. Inaudível!).*

3653

3654

3655 **O SR. WANDERLEY COELHO BAPTISTA – TITULAR (CNI)** – Não. Claro. É
3656 porque o Thiago levantou... A graça antes de todos nós. Né?

3657

3658

3659 *(Intervenção fora do microfone. Inaudível!).*

3660

3661

3662 **A SR^a. ZILDA MARIA FARIA VELOSO – Presidente da CTQAGR (MMA)** –
3663 Agora ele vai pro fim da fila, porque ele abaixou a placa.

3664

3665

3666 **O SR. WANDERLEY COELHO BAPTISTA – TITULAR (CNI)** – Tá certo. Bom,
3667 Wanderley CNI. Na verdade é pra reafirmar o que a Doutora Zilda colocou. A
3668 minha especialidade é resíduos sólidos, né? Então, na verdade lodos, lamas, (...),
3669 escórias, são resíduos, né? Então, via de regra isso é fato mesmo. Agora, se ele

3670 passa por algum tipo de processamento, pode ser uma simples secagem, uma
3671 moagem, peneiramento, qualquer que seja o processo, do mais simples ao mais
3672 complexo, adição de algum componente químico, aí nesse processamento eu
3673 posso produzir um produto. De fato muda a concepção. A nossa Legislação não
3674 trata disso. É uma das falhas. Na minha visão da PNRS é isso. Mas enfim, pra não
3675 polemizar eu não quero discutir considerando, eu tenho opinião formada sobre ele,
3676 o pessoal já conhece. Doutora Zilda, era essa apenas, a observação, só pra
3677 contribuir aqui na discussão, tanto a Zuleica quanto você estão absolutamente
3678 corretas em dizer do fato que nós estamos tratando de um resíduo. Obrigado.

3679

3680

3681 **A SR^a. ZILDA MARIA FARIA VELOSO – Presidente da CTQAGR (MMA) –**
3682 Obrigada, Wanderley. Caroline e o Thiago.

3683

3684

3685 **A SR^a. CAROLINE DE ANDRADE VESCOVI N. MARTINS (GOV/ES) –** A minha
3686 fala foi... Acho que todos acabaram... Exatamente. Complementaram o que eu ia
3687 dizer, até eu ia responder o André, porque eu entendi a colocação que você fez,
3688 no sentido de que resíduo acabava sendo mais pejorativo em relação a produto,
3689 só que o conceito que nós estamos trabalhando é a reutilização do resíduo. Então,
3690 nós estamos trabalhando pra fazer a política nacional ser colocada em exercício,
3691 né? E eu acho que isso é um incentivo. Então, assim, eu tô de acordo com a gente
3692 trabalhar a melhor forma de destinação adequada, mas isso como resíduo. Eu não
3693 vejo isso como um problema, pra mim isso é uma forma de fomentar o uso do
3694 material. E o resto a Doutora Zilda já complementou em relação à política e as
3695 justificativas.

3696

3697

3698 **A SR^a. ZILDA MARIA FARIA VELOSO – Presidente da CTQAGR (MMA) –**
3699 Vamos lá, você.

3700

3701

3702 **O SR. THIAGO –** Bom, primeiramente tô no lugar do Daniel, né? Do Ministério da
3703 Saúde e assim, primeiramente eu queria colocar uma questão, eu acho que na
3704 linha do que o Mourão colocou, né? Realmente, existe uma questão filosófica, né,
3705 por trás, que as opiniões vão ser divergentes aqui dentro do grupo, a gente tem de
3706 um lado, né? Que a gente pouco falou aqui até agora, que são os agricultores que
3707 usaram esse lodo, que é uma demanda, não é assim, só o que a empresa quer
3708 fazer com esse material, é também o que a população, o que a sociedade também
3709 vê de uso desse material, de potencial uso. Então, tem associações de
3710 agricultores que perderam um produto que era utilizado, quando eu falo produto
3711 aqui agora, eu tô me referindo o logo processado e seguro pra utilização. Né?
3712 Então, assim, são várias faces, várias filosofias por trás também, né? Acho que
3713 tem defesa de várias, de várias partes. Isso eu acho que é inerente ao processo.
3714 Eu acho que aí eu concordando com o Mourão, sim. Eu acho que aqui a visão tem
3715 que ser dentro do CONAMA, né? É o padrão de qualidade pra aquele material,

3716 né? Que eu posso chamar aqui de biossólido, que seria o lodo processado, mas
3717 acho que a gente vai tá interessado aqui, na qualidade daquilo que é gerado e
3718 está se propondo um certo uso. Acho que essa que é a visão que deve nortear,
3719 né? E aí assim, já me coloco a inteira disposição pra discussão, aí não como
3720 representante do Ministério da Saúde, mas trazendo, posso trazer aqui num
3721 momento oportuno, os achados do meu Mestrado. Meu mestrado foi na área, foi
3722 em avaliação de risco microbiológico, eu não discuti no Mestrado o risco químico,
3723 mas me atenho ao tema do risco microbiológico do uso agrícola de biossólidos.
3724 Então, assim, eu já me coloco a disposição, se em algum momento for possível eu
3725 faria uma apresentação também, pra trazer nessa perspectiva. Da parte de risco
3726 químico pouco posso dizer.

3727

3728

3729 **A SR^a. ZILDA MARIA FARIA VELOSO – Presidente da CTQAGR (MMA) – Mais**
3730 **alguém? Mick.**

3731

3732

3733 **O SR. MARCELO MIKI (CT de Tratamento de Esgoto) –** Eu queria fazer...
3734 Somar a discussão, eu acho que nessa linha que o Mourão colocou, a linha
3735 filosófica, aproveitando, né? Bom, a gente, na escrita da proposta a gente
3736 também... A gente desconhecia essa questão do uso benéfico, termo benéfico,
3737 né? A gente recuou, a gente poderia ter utilizado o termo biossólido, que é um
3738 termo utilizado nos Estados Unidos, mas a gente também preferiu, na época, não
3739 utilizar. Existe, de fato, assim, uma... Uma visão aí, no mundo, mas que talvez a
3740 gente não possa forçar assim, numa Legislação, mas assim, só pra vocês
3741 entenderem, os Estados Unidos e em vários países aí, da comunidade europeia, o
3742 próprio termo, estação de tratamento de esgoto, ele tá sofrendo uma mudança.
3743 Isso pra vocês entenderem, assim, é um movimento mundial. Então, nos Estados
3744 Unidos eu até fiquei meio surpreso ano passado, o pessoal tem falado em (...), ou
3745 seja, estação recuperadora de recursos. Eles eliminaram o termo (...). Então,
3746 assim, as próprias companhias de saneamento estão nesse movimento, de
3747 enfatizar a questão de recursos. Na Alemanha também isso tem... A Europa, a
3748 Dinamarca, eles estão nesse viés. Mas isso assim, é pra... Dentro da filosofia
3749 assim, de promover o uso, mas não precisamos colocar aqui, não precisamos
3750 forçar. E assim, quando nós fizemos o programa lá do pró-biogás, um dos legados
3751 que nós... A gente aprendeu do pessoal da Alemanha junto a GIZ, né? Uma das
3752 coisas que a gente aprendeu, a gente ficou muito contente, é que as estações de
3753 tratamento de esgoto aqui, a gente entende que deveria ter uma abordagem como
3754 uma indústria, ele é um processo. Ou seja, é por isso que eu falo em produção de
3755 lodo. Assim, não é que o lodo apareceu. Então, a questão é, ele é processado
3756 diante de certos parâmetros operacionais devidamente controlados, que geram o
3757 lodo. Então, assim, aí acho que na questão geração produção, até dá pra justificar
3758 a produção, mas se quiserem falar geração, que seja geração. Mas assim, só pra
3759 enfatizar esse processo mais industrial. Então, é só isso.

3760

3761

3762 **A SR^a. ZILDA MARIA FARIA VELOSO – Presidente da CTQAGR (MMA) – É**
3763 que a Alemanha, por exemplo, tem um conceito de resíduo diferente do nosso. O
3764 conceito da Alemanha já é baseado há muitos anos, no conceito de
3765 aproveitamento econômico do resíduo. Aí ele tem uma, uma amplitude diferente
3766 da nossa. Eu até entendo isso, mas eu, em frente à legislação que a gente tem
3767 nas mãos, a gente não tem como tratar o assunto de uma maneira diferente. Eu
3768 sugeriria assim, eu não me incomodo no contexto do considerando, de retirar a
3769 palavra resíduos Só me incomodei foi com a justificativa. Não foi com a retirada,
3770 porque acho que ela é redundante. Pra mim eu sei que lodo de esgoto é um
3771 resíduo, ele não deixa de ser porque eu vou colocar ali que é um resíduo ou não
3772 é, mas o que me incomodou foi a justificativa. Eu acho que a justificativa é que
3773 não tá correta. Mas a retirada é até redundante, não tem problema algum. Vamos
3774 ler. Vamos continuar lendo. Vamos lá. Considerando a necessidade de... Aí eu
3775 acho que era bom usar o termo completo. De se dá a destinação ambientalmente
3776 adequada aos lodos provenientes... Não é nem necessidade, é obrigação. Pela
3777 Lei Ambiental é uma obrigação. É obrigação, não é necessidade.

3778

3779

3780 *(Intervenção fora do microfone. Inaudível!).*

3781

3782

3783 **A SR^a. ZILDA MARIA FARIA VELOSO – Presidente da CTQAGR (MMA) –**
3784 Obrigação. São resíduos gerados no... São unidades sujeitas a Licenciamento
3785 Ambiental, a menos...

3786

3787

3788 *(Intervenção fora do microfone. Inaudível!).*

3789

3790

3791 **A SR^a. ZILDA MARIA FARIA VELOSO – Presidente da CTQAGR (MMA) –** Eu
3792 não sei se todos... Eu vou compartilhar uma coisa com todos aqui, que há o
3793 movimento de alguns setores, não vou dizer exatamente quais agora, de retirar
3794 obrigações de licenciamento de unidades de tratamento de água, e de esgoto, e
3795 de gestão de resíduos. Retirar o Licenciamento Ambiental disso.

3796

3797

3798 *(Intervenção fora do microfone. Inaudível!).*

3799

3800

3801 **A SR^a. ZILDA MARIA FARIA VELOSO – Presidente da CTQAGR (MMA) –**
3802 Tudo. Não precisa mais nada. Mas eu acho que isso não vinga em todo caso, mas
3803 eu ouvi uma discussão dessa na Casa Civil. Na proposta de um ente de Governo.
3804 Não vou nem citar quem é, mas quase me retirei da reunião. Eu acho que isso é
3805 um acinte a legislação ambiental. Não, mas aí tem que ver o custo benefício, elas
3806 estão gerando menos impacto ao meio ambiente. Então, elas não precisam ser

3807 licenciadas. Um dos maiores absurdos que eu já ouvi na minha vida. Mas a gente
3808 escuta de tudo, né?

3809

3810

3811 **A SRª. CAROLINE DE ANDRADE VESCOVI N. MARTINS (GOV/ES) –**

3812 *(Intervenção fora do microfone. Inaudível!).*

3813

3814

3815 **A SRª. ZILDA MARIA FARIA VELOSO – Presidente da CTQAGR (MMA) – Oi?**

3816

3817

3818 **A SRª. CAROLINE DE ANDRADE VESCOVI N. MARTINS (GOV/ES) – O**

3819 português aqui, adequada ao lodo proveniente, né?

3820

3821

3822 *(Intervenção fora do microfone. Inaudível!).*

3823

3824

3825 **A SRª. ZILDA MARIA FARIA VELOSO – Presidente da CTQAGR (MMA) – Ó o**

3826 lodo. Em vez de, de lodo proveniente, ao lodo proveniente. É isso que ela tá

3827 falando. É só um ‘ao’. Diga Zuleica.

3828

3829

3830 **A SRª. ZULEICA NYCZ (Apramac) –** *(Intervenção fora do microfone. Inaudível!).*

3831 Procurei aqui e acabei de descobrir. Aqui é Zuleica da APROMAC. A definição de

3832 esgoto sanitário, segundo a Norma Brasileira NBR 9648, ela tá em vigor, a ABNT

3833 1986? A definição de esgoto sanitário é...

3834

3835

3836 *(Intervenção fora do microfone. Inaudível!).*

3837

3838

3839 **A SRª. ZULEICA NYCZ (Apramac) –** Foi revista? Mas foi mudada essa

3840 definição? Porque aqui diz o seguinte... É uma página de 2011, de fato, posso

3841 pesquisar mais. É o despejo...

3842

3843

3844 *(Intervenção fora do microfone. Inaudível!).*

3845

3846

3847 **A SRª. ZULEICA NYCZ (Apramac) –** É ABNT 1986. Mas a página da Internet...

3848

3849

3850 *(Intervenção fora do microfone. Inaudível!).*

3851

3852

3853 **A SR^a. ZULEICA NYCZ (Apromac)** – Tá. Eu tenho aqui, por curiosidade, pra
3854 vocês, vamos ver se foi revista esta definição, porque a Norma pode ter sido
3855 revista, mas não a definição. Eu despejo o líquido constituído de esgoto doméstico
3856 e industrial, água de infiltração e a contribuição pluvial parasitária, sendo que, o
3857 esgoto doméstico é o despejo líquido resultante do uso da água para higiene e
3858 necessidades fisiológicas humanas. Nós estamos falando aqui do esgoto sanitário
3859 o tempo todo, como se fosse sinônimo de esgoto doméstico. Pelo menos foi o que
3860 eu tinha entendido quando eu li, porque tem momentos da...

3861

3862

3863 **A SR^a. ZILDA MARIA FARIA VELOSO – Presidente da CTQAGR (MMA)** – A
3864 10004 quando classifica os resíduos ela fala em lodo.

3865

3866

3867 **A SR^a. ZULEICA NYCZ (Apromac)** – Não. Não. Mas eu quero a definição de... O
3868 quê que é esgoto sanitário? Eu quero saber o quê que é esgoto sanitário? Porque
3869 tá sendo usado aqui, muito lodo de esgoto sanitário. É isso mesmo? Então, se o
3870 esgoto sanitário é constituído de esgoto doméstico e industrial. Então, ele é... A
3871 possibilidade dele ser um resíduo perigoso é altíssima, né? Porque diferente do
3872 esgoto doméstico, onde você teria que realmente classificar. Não é Zilda? Porque
3873 o lodo industrial, eu sei que nem todo lodo industrial vai ser tóxico, certo? Porque
3874 existem certas atividades industriais que não geram lodo tóxico. Mas a grande...
3875 Mas a pala... Terminologia, né? O termo? O lodo industrial ele já remete a
3876 qualquer tipo de lodo, né? Não é só aqueles lodos industrial não tóxico. Então, se
3877 você tem esgoto sanitário como... Nós vamos colocar no solo lodo de esgoto
3878 sanitário? Então, nós estamos admitindo o lodo industrial. O esgoto industrial.
3879 Esgoto diz aqui.

3880

3881

3882 **A SR^a. ZILDA MARIA FARIA VELOSO – Presidente da CTQAGR (MMA)** – Não.
3883 Mas não é não. Não é não.

3884

3885

3886 **A SR^a. ZULEICA NYCZ (Apromac)** – É sim. É o que tá escrito.

3887

3888

3889 **A SR^a. ZILDA MARIA FARIA VELOSO – Presidente da CTQAGR (MMA)** – Não,
3890 mas eu acho que essa norma é muito antiga, Zuleica.

3891

3892

3893 **A SR^a. ZULEICA NYCZ (Apromac)** – Não, mas ele acabou de dizer... Desculpa.
3894 Mick, ele acabou de afirmar, não no microfone, que essa definição não foi
3895 alterada.

3896

3897

3898 **A SR^a. ZILDA MARIA FARIA VELOSO – Presidente da CTQAGR (MMA) – Não.**
3899 Pera aí.

3900

3901

3902 **O SR. MARCELO MIKI (CT de Tratamento de Esgoto) – Não.** Uma é lodo...
3903 Uma coisa é esgoto doméstico... Esgoto predominantemente doméstico, ou
3904 esgoto sanitário, ou que quer que seja, mas a gente está estabelecendo os
3905 padrões de qualidade que foram ditos aqui, por exemplo, na região metropolitana
3906 os níveis de concentração de metais são altos. Essa não é a opção que a (...) fez
3907 sabe para disposição agrícola do lodo. É aterro sanitário. Então, e recebe esgoto
3908 sanitário.

3909

3910

3911 **A SR^a. ZILDA MARIA FARIA VELOSO – Presidente da CTQAGR (MMA) – Tô**
3912 procurando aqui, a Lei de Saneamento.

3913

3914

3915 *(Intervenção fora do microfone. Inaudível!).*

3916

3917

3918 **A SR^a. ZULEICA NYCZ (Apromac) –** Desculpa, mas quando você fala, esgoto
3919 predominantemente doméstico é uma coisa. A outra coisa é quando você tá
3920 usando na ementa, nos considerandos, inclusive esgoto sanitário em geral. Então,
3921 e aí vai, você vai prosseguindo na leitura e você vai ver que continua o esgoto
3922 sanitário.

3923

3924

3925 **A SR^a. ZILDA MARIA FARIA VELOSO – Presidente da CTQAGR (MMA) – Isso**
3926 se clareia colocando o conceito dentro do texto. Isso se clareia colocando o
3927 conceito dentro do texto.

3928

3929

3930 *(Intervenção fora do microfone. Inaudível!).*

3931

3932

3933 **A SR^a. ZILDA MARIA FARIA VELOSO – Presidente da CTQAGR (MMA) – Não.**
3934 Essa ABNT aí deve ter sido revogada, eu não sei.

3935

3936

3937 *(Intervenção fora do microfone. Inaudível!).*

3938

3939

3940 **A SR^a. ZILDA MARIA FARIA VELOSO – Presidente da CTQAGR (MMA) –** Eu tô
3941 perguntando... Eu tô tentando ler a lei de Saneamento e coordenar a reunião ao
3942 mesmo tempo. Estou tentando ler a Lei de Saneamento e coordenar a reunião ao
3943 mesmo tempo. O colega pediu a palavra lá, Zuleica.

3944

3945

3946 **O SR. CÉSAR (INCT/UFMG)** – César do INCT/UFMG. Sim, se tiver havido
3947 mudança na definição de esgoto sanitário foi muito pequena e isso aí tá valendo
3948 (...). Só que, ainda que pode haver a inclusão de esgoto industrial na rede
3949 predominantemente doméstica, muitas vezes esse esgoto é pré-tratado. Pré-
3950 tratado antes de chegar na rede e por consequência, antes de chegar na...

3951

3952

3953 **A SRª. ZILDA MARIA FARIA VELOSO – Presidente da CTQAGR (MMA)** –
3954 Dentro da unidade. Bernardo levantou a mão. Vai lá, Bernardo.

3955

3956

3957 **O SR. BERNARDO SOUTO – TITULAR (CNC)** – Eu vou, eu vou falar pela
3958 experiência lá de Minas, a Célia pode me corrigir. O esgoto industrial, a
3959 concessionária, ele só recebe o esgoto industrial se ele tiver nas mesmas
3960 condições do esgoto doméstico. Em Minas existe a concessionária lá, a Copasa,
3961 ele tem um programa que inclusive já foi apresentado aqui no CONAMA, não sei
3962 em qual Câmara, que o Precend, que o programa de recebimento de fluentes não
3963 domésticos. Então, o esgoto industrial pra ser direcionado pra rede coletora da
3964 concessionária, ele obrigatoriamente tem que estar nas mesmas características do
3965 esgoto doméstico. No Estado inteiro.

3966

3967

3968 *(Intervenção fora do microfone. Inaudível!).*

3969

3970

3971 **A SRª. ZILDA MARIA FARIA VELOSO – Presidente da CTQAGR (MMA)** – Não.
3972 Ele falou que tem um programa pra outros que não são, e, tal, e tal, e tal, mas dá
3973 o entendimento... Eu acho que isso é facilmente resolvível num conceito. Dizendo
3974 qual é a amplitude. Nós fizemos isso na Resolução de qualidade e composto, nós
3975 colocamos que era só, resíduos industriais não eram permitidos.

3976

3977

3978 **O SR. LUIZ ERNESTO BORGES DE MOURÃO SÁ (PROAM)** – Sim, mas não
3979 resolve o problema. Na verdade nós estamos definindo... Nós dissemos já, que
3980 esse resíduo pode conter...

3981

3982

3983 **A SRª. ZILDA MARIA FARIA VELOSO – Presidente da CTQAGR (MMA)** – Não.
3984 Lá nós fizemos isso. Aqui a gente vai dizer se aplica só a esgoto doméstico.

3985

3986

3987 **O SR. LUIZ ERNESTO BORGES DE MOURÃO SÁ (PROAM)** – Nós dissemos
3988 anteriormente que esse lodo pode conter metais pesados (...). Já dissemos isso
3989 anteriormente. Por quê? Porque é uma realidade. É uma realidade, ele pode

3990 conter. O que a gente tem que assegurar é que este lodo proveniente da ETE
3991 esteja em padrões que isso não aconteça. O que eventualmente pode acontecer,
3992 a gente sabe que acontece, aliás, não por um desejo da companhia, mas porque
3993 as redes têm infiltração, porque...

3994 **A SR^a. ZILDA MARIA FARIA VELOSO – Presidente da CTQAGR (MMA) –** Tem
3995 desvio no sistema.

3996

3997

3998 **O SR. LUIZ ERNESTO BORGES DE MOURÃO SÁ (PROAM) –** Desvio no
3999 sistema, uma porção de coisa. Então, a gente tem que garantir que este lodo
4000 produzido...

4001

4002

4003 **A SR^a. ZILDA MARIA FARIA VELOSO – Presidente da CTQAGR (MMA) –**
4004 Tenha as características (...).

4005

4006

4007 **O SR. LUIZ ERNESTO BORGES DE MOURÃO SÁ (PROAM) – (...).** E isso e
4008 aquilo que não possa ser usado. Eu acho que é por aí.

4009

4010

4011 **A SR^a. ZILDA MARIA FARIA VELOSO – Presidente da CTQAGR (MMA) –** Essa
4012 é a ideia. Isso pode ser colocado algum lembrete. O Henrique fugiu da mesa.
4013 Pode ser colocado algum lembrete, que a gente insira um conceito de esgoto
4014 sanitário similar, esgoto sanitário doméstico ou com especificação padrão, sei lá
4015 como é que a gente vai chamar, similar ou doméstico.

4016

4017

4018 **O SR. LUIZ ANTONIO GARCIA CORRÊA (FATMA/SC) –** Só uma observação. O
4019 art. 3º mais adiante, aqui da proposta...

4020

4021

4022 **A SR^a. ZILDA MARIA FARIA VELOSO – Presidente da CTQAGR (MMA) –** Luiz
4023 Antônio.

4024

4025

4026 **O SR. LUIZ ANTONIO GARCIA CORRÊA (FATMA/SC) –** Luiz Antônio da
4027 ABEMA. O art. 3º no § 1º ele já diz que essa Resolução não se aplica, a lodo de
4028 estação de (...) e processos industriais, instalações hospitalares, portos e
4029 aeroportos, mais ainda, resíduo de gradeamento, desarenador. Que isso aqui tem
4030 em qualquer ETE tem, e de tratamento de esgoto doméstico. Material lipídico, ou
4031 seja, já dá as restrições aqui. Né?

4032

4033

4034 *(Intervenção fora do microfone. Inaudível!).*

4035

4036

4037 **A SR^a. ZILDA MARIA FARIA VELOSO – Presidente da CTQAGR (MMA) –** Eu
4038 posso ter um lodo domiciliar que seja perigoso e pode ter um industrial que não
4039 seja, vai depender do que eu encontrar ali dentro. Vai depender.

4040

4041

4042 **O SR. LUIZ ANTONIO GARCIA CORRÊA (FATMA/SC) –** Via de regra o lodo.
4043 (...).

4044

4045

4046 **A SR^a. ZILDA MARIA FARIA VELOSO – Presidente da CTQAGR (MMA) –** Eu ri
4047 tanto, porque eu fiz quimioterapia num prédio normal de consultórios, né? Um
4048 prédio daquele... Aí assim, não, não, a senhora que é paciente (...) tem um
4049 banheiro específico. Eu digo: vocês tem uma rede coletora de esgoto separada?
4050 Porque senão não vai adiantar nada, (...) qualquer banheiro. Aí a mulher olhou pra
4051 mim assim. Bom, sim. Eu sigo: pois é. Então, tem sentido, só se for pela higiene
4052 talvez, mas o resto, quer dizer, injetado poderia até ser separado, né? Como
4053 hospital ser obrigado a fazer alguns tipos de coleta em separado. Eu sei, claro que
4054 eu sei, mas eu achei muita graça, eu deixei a enfermeira com a pugna atrás da
4055 orelha. A senhora me fez uma pergunta muito difícil. Eu lá em plena quimioterapia
4056 pensando no resíduo que tava sendo eliminado ali.

4057

4058

4059 *(Intervenção fora do microfone. Inaudível!).*

4060

4061

4062 **A SR^a. ZILDA MARIA FARIA VELOSO – Presidente da CTQAGR (MMA) –** Pois
4063 é. Mas ali naquele torre 1, torre 2 ali, Centro Clínico Sul fazendo o quê? Não é
4064 separado. Bom, a gente pode deixar um comentário depois a gente volta. Vamos
4065 lá, vamos indo. Considerando que o lodo sanitário constituiu fonte de matéria
4066 orgânica e nutrientes para as plantas e que sua aplicação no solo pode trazer
4067 benefícios as características físicas, químicas e biológicas do solo. Que sua
4068 aplicação pode trazer... O solo ali tá repetido. E o desenvolvimento vegetal. Eu
4069 tiraria o primeiro no solo, deixaria o segundo, do solo. Só isso. Só o português, do
4070 meio ali, da segunda, da segunda frase. Isso, tira e bota... Tira o 'no solo' aí do
4071 meio. Isso. Vamos lá. Lá vem uma justificativa que eu não vou concordar também.
4072 Eu acho que isso já tá naquele outro lá. É. Não, esse aí tá perfeito. Já tem um
4073 outro que fala de, de patógenos, não sei o que perigosos, barará, barará.
4074 Considerando que o uso agrícola de lodo de esgoto em solos é uma alternativa
4075 que apresenta vantagens ambientais quando comparada... É uma alternativa que
4076 apresenta... Quando comparada a outras práticas de destinação final
4077 ambientalmente adequada. Quer dizer, aí você exclui o resíduo lá, mas fala em
4078 destinação final ambientalmente adequada, que é de resíduos, né?

4079

4080

4081 *(Intervenção fora do microfone. Inaudível!).*

4082 **A SR^a. ZILDA MARIA FARIA VELOSO – Presidente da CTQAGR (MMA) –** Eu
4083 não acho que uso agrícola de lodo é reciclagem. Eu acho que eu ficaria entre,
4084 reaproveitamento e reutilização, mas reciclagem não. Eu não ficaria com
4085 reciclagem. Eu não acho que pela Lei você poderia caracterizar ele como
4086 reciclagem.

4087

4088

4089 **A SR^a. CAROLINE DE ANDRADE VESCOVI N. MARTINS (GOV/ES) –** Eu
4090 também não. Eu tiraria reciclagem e tiraria que apresenta vantagens ambientais,
4091 basta dizer eu é uma solução ambientalmente aceita aqui, adequada pra esses
4092 fins.

4093

4094

4095 **A SR^a. ZILDA MARIA FARIA VELOSO – Presidente da CTQAGR (MMA) –**
4096 Tiraria o juízo de valor. Então, colocaria...

4097

4098

4099 *(Intervenção fora do microfone. Inaudível!).*

4100

4101

4102 **A SR^a. CAROLINE DE ANDRADE VESCOVI N. MARTINS (GOV/ES) –** Pra essa
4103 Resolução é uma destinação ambientalmente adequada, ela é aceita. Com esse
4104 regulamento, pra esses fins ela é aceita.

4105

4106

4107 **A SR^a. ZILDA MARIA FARIA VELOSO – Presidente da CTQAGR (MMA) –** Eu
4108 nem entrei nesse mérito, mas pode ser...

4109

4110

4111 **A SR^a. CAROLINE DE ANDRADE VESCOVI N. MARTINS (GOV/ES) –** Eu
4112 também não acho que seja reciclagem. Por quê que seria reciclagem?

4113

4114

4115 **A SR^a. ZILDA MARIA FARIA VELOSO – Presidente da CTQAGR (MMA) –** É
4116 uma alternativa... Acho que podia juntar um no outro.

4117

4118

4119 **A SR^a. CAROLINE DE ANDRADE VESCOVI N. MARTINS (GOV/ES) –** Então,
4120 seria.

4121

4122

4123 *(Intervenção fora do microfone. Inaudível!).*

4124

4125

4126 **A SR^a. ZILDA MARIA FARIA VELOSO – Presidente da CTQAGR (MMA) –** Eu
4127 acho que dá pra juntar uma na outra.

4128

4129

4130 **A SR^a. CAROLINE DE ANDRADE VESCOVI N. MARTINS (GOV/ES)** – Não dá
4131 pra só deixar que se enquadre nos princípios da Lei 2305? Ela se enquadra.

4132

4133

4134 **A SR^a. ZILDA MARIA FARIA VELOSO – Presidente da CTQAGR (MMA)** – Eu
4135 colocaria o seguinte lá, considerando que o uso, que o uso do lodo de esgoto em
4136 solos é uma alternativa ambientalmente... De destinação ambientalmente
4137 adequada e se enquadra nos princípios de reutilização e reaproveitamento de
4138 resíduos, em consonância com a Lei 2305. Ponto. Colocaria só isso. E junta, e tira
4139 as duas e coloca numa só. Pegou, Henrique? Não consigo repetir agora.

4140

4141

4142 *(Intervenção fora do microfone. Inaudível!).*

4143

4144

4145 **A SR^a. CÉLIA REGINA RENNÓ – TITULAR (Abes)** – Célia Rennó da ABES.
4146 Então, (...) não quer fazer juízo de valores, nós vamos tirar essa ‘comparar com
4147 outras práticas’ que aqui eu apresentei pra você, Zuleica, só pra te responder.
4148 Existem outras, a gente pode discutir outra, mas nós não vamos colocar aqui. Eu
4149 entendi. Eu entendi.

4150

4151

4152 *(Intervenção fora do microfone. Inaudível!).*

4153

4154

4155 **A SR^a. ZILDA MARIA FARIA VELOSO – Presidente da CTQAGR (MMA)** –
4156 Resolve eu acho que é o que tá sempre na Resolução. Né? Resolve tá sempre na
4157 Resolução. Eu não sei como é que funciona, André, mas sempre tem o resolve no
4158 final.

4159

4160

4161 *(Intervenção fora do microfone. Inaudível!).*

4162

4163

4164 **A SR^a. ZILDA MARIA FARIA VELOSO – Presidente da CTQAGR (MMA)** – Ah
4165 sim. Sim, sim. Sim. Fixar. Exatamente. Exatamente. Não. Isso você tem razão.

4166

4167

4168 *(Intervenção fora do microfone. Inaudível!).*

4169

4170

4171 **A SR^a. ZILDA MARIA FARIA VELOSO – Presidente da CTQAGR (MMA)** – Tira
4172 o considerando.

4173

4174

4175 *(Intervenção fora do microfone. Inaudível!).*

4176

4177

4178 **A SR^a. CAROLINE DE ANDRADE VESCOVI N. MARTINS (GOV/ES)** – Aí vai tirar
4179 o benéfico, né? Aí também podia decidir se o lodo vai ser gerado ou produzido,
4180 porque cada hora é um negócio aqui também.

4181

4182

4183 *(Intervenção fora do microfone. Inaudível!).*

4184

4185

4186 **A SR^a. ZULEICA NYCZ (Apromac)** – A palavra aqui, minimizando riscos. A gente
4187 não sua isso quando se trata de riscos, né? Riscos da saúde, risco ao meio
4188 ambiente, né? O Ministério da Saúde eu acho que vai concordar comigo. A gente
4189 fala em evitar riscos, né? Não se minimiza riscos. A gente não tenta reduzir riscos.
4190 A gente tenta evitar.

4191

4192

4193 *(Intervenção fora do microfone. Inaudível!).*

4194

4195

4196 **A SR^a. ZULEICA NYCZ (Apromac)** – É, mas aqui nós estamos falando de lodo,
4197 né? Lodo, esgoto, que é perigoso, tem a Lei das substâncias químicas, tóxicas e
4198 tem a possibilidades dos patógenos, né? Perigosos também. Então, a gente, a
4199 ideia da Resolução CONAMA é evitar riscos, né? Estabelecendo as regras para a
4200 aplicação adequada, a produção, o processamento desse lodo, e aplicação, e
4201 monitoramento, tudo isso pra evitar, né? Mas não pra minimizar, reduzir.

4202

4203

4204 *(Intervenção fora do microfone. Inaudível!).*

4205

4206

4207 **O SR. THIAGO** – Divergências da paz aqui. Bom, primeiramente eu gosto... Na
4208 sua fala você colocou depois a produção do processamento e produção de um
4209 produto. Eu gosto muito desse termo também, da produção do biossólido, no
4210 caso, né? Que a partir do momento que você tem um resíduo você faz um
4211 processo pra produzir um material pra uso. Quanto ao risco, na verdade existe um
4212 conceito de risco e um conceito de perigo dentro do meio científico, pelo menos na
4213 parte que eu estudei de avaliação de risco, que o risco ele existe, ele tá dado, ele
4214 existe na sociedade pra qualquer risco de atropelamento, você anda na rua com o
4215 risco de atropelamento. Então, o risco nunca ele é nulo. O risco ele existe a partir
4216 do momento que você tem sub... Ele é intrínseco as matérias, né? Então, a partir
4217 do momento que a gente tem, seja no lodo, ou seja na água pra consumo
4218 humano, eu trabalho hoje com a água pro consumo humano, a gente tem risco
4219 sempre que há algum organismo ou algum agente químico dentro de uma matriz

4220 que a gente vai ter contado. Eu sou mais afeto aí, a minimização de risco, porque
4221 uma vez que o risco existe, ele nunca é nulo e aí, a partir do momento que a gente
4222 bebe água e a gente bebe uma água que contém substâncias químicas e micro-
4223 organismos patogênicos, a gente sempre, aí sim a gente trabalha com a ausência
4224 do micro-organismo patogênico. Mas o risco ele sempre vai existir, uma estação
4225 de tratamento de água não opera 100% do tempo na plenitude da sua eficiência.
4226 Então, assim, se a gente pegar ali a conta de água... É, a gente pegar a conta de
4227 água atrás e ver, nem todas as análises realizadas de parâmetros operacionais
4228 elas estão atendendo ali, a Portaria. Isso é inerente aos processos, ou seja
4229 tratamento de água, tratamento de lodo. Então, assim, a gente, dentro das normas
4230 mundiais que recomenda a OMS, do que recomenda a Agência de Proteção
4231 Ambiental Americana pra uso de, seja uso de lodo, seja uso de esgotos na
4232 agricultura, que tem a regulamentação da (...), seja a Norma Brasileira. Então,
4233 sempre tem um conceito por traz de risco e até de risco tolerável. Isso que a
4234 Agência Ambiental Americana coloca como risco pra água pro consumo humano,
4235 ela admite um risco, né? A própria Agência Ambiental Americana admite um risco
4236 de 10 a menos 4, significaria a chance de um a cada 10 mil de adquirir alguma
4237 doença bebendo aquela água. Então, assim, isso é um risco tolerável. Tem
4238 também a discussão do risco aceitável versos tolerável, né? Então, a gente tolera
4239 o risco, não aceita. Então, toda essa discussão em cima do risco.

4240

4241

4242 **A SR^a. ZULEICA NYCZ (Apromac)** – Sim, eu não tô dizendo que não existe risco,
4243 mesmo que, suponha que a empresa cumpra a Resolução, né? A própria
4244 Resolução tá criando riscos no momento que ela permite a presença de mercúrio,
4245 de chumbo, ainda que em pequenas quantidades ela tá permitindo, porque
4246 existem tendências hoje, no mundo, de risco zero. Você sabe disso, né? De risco
4247 zero. Você sabe que o certo do setor de saúde seria ser totalmente contrário a
4248 tolerar riscos, porque esses riscos não são possíveis de serem mensurados. Um
4249 bebê, vamos dizer, 10 miligramas de chumbo pra um bebê é diferente de 10
4250 miligramas de chumbo pra um homem de 1 metro e 90 com 15 quilos. Você
4251 entende que cada ser humano está numa fase de, né? Então, não existe risco
4252 tolerável, nem aceito. O que existe é uma convenção. Aceita pacificamente,
4253 bovinamente, vamos dizer assim, mas que não é discutido nunca e que, na
4254 verdade tem sido, por exemplo, o Ministério da Saúde decidiu que o nível de
4255 mercúrio permitido é zero agora. É zero. Não tem nível seguro de mercúrio. Então,
4256 nós estamos pondo 30 aqui, mas a Organização Mundial da Saúde disse que isso
4257 não é seguro. Então, quando você diz minimizar o risco você tá querendo dizer
4258 assim, que você não tá pensando em evitar o risco, você tá pensando em reduzir.
4259 Você tá sendo mais magnânimo com a poluição do que se você dissesse evitar.

4260

4261 *(Intervenção fora do microfone. Inaudível!).*

4262

4263

4264 **A SR^a. ZULEICA NYCZ (Apromac)** – Não. Pera aí. Pera aí. Eu tô tentando
4265 explicar pra ele, porque veja bem, ninguém tá dizendo que não há risco. Como a

4266 própria Resolução permite o risco ao permitir níveis um pouco altos de
4267 substâncias tóxicas nas suas... A própria 375 permite o risco. Então, você tem que
4268 fazer o que? Evitar um risco maior.

4269

4270

4271 **O SR. THIAGO** – Não é questão de permitir risco. Aí a gente entra numa
4272 discussão assim, que pode ser eterna. A gente é responsável ali, pela Portaria de
4273 portabilidade água, houve isso por aí. Isso não é permitir risco. Isso são
4274 substâncias que existem na natureza, estarão presentes naquela matriz e a
4275 gente... Não, deixa eu terminar, por favor.

4276

4277

4278 *(Intervenção fora do microfone. Inaudível!).*

4279

4280

4281 **O SR. THIAGO** – Eu tô me referindo as diversas matrizes, água, solo, são
4282 substâncias que estão presentes na natureza, são muitas vezes produzidas pelo
4283 homem nos seus processos. E aí entra naquela discussão de quais substâncias
4284 seriam potencialmente nocivas, mas são substâncias que existem nas matrizes, e
4285 a gente, talvez a melhor palavra não seja minimizar, seja controlar. Não sei. Não
4286 sei qual é o melhor termo, mas assim, o fato é que os riscos existem, eles estão
4287 presentes ali e a gente ao estabelecer numa norma um valor máximo permitido,
4288 isso tem toda uma fundamentação técnica, e científica que vai determinar aquele
4289 valor que vai poder causar o mal a saúde, e muitas vezes crônico, né? Se a gente
4290 tá falando de substâncias químicas o efeito é crônico. Pode ter efeito agudo, mas
4291 numa quantidade muito superior. Aqueles limites de, pelo menos a Portaria de
4292 portabilidade da Portaria Americana de Portabilidade, elas tem como pano de
4293 fundo um risco crônico. Ou seja, o risco se aquela população beber aquela água
4294 diariamente por sua vida inteira vai poder desenvolver o câncer por conta daquela
4295 substância. Então, assim, acho que os valores de referência eles têm que ter essa
4296 fundamentação de risco, no caso de substâncias químicas de risco crônico,
4297 porque aí vai ser, por consequência da abordagem vai ser um valor bem inferior.
4298 Se a gente tiver preocupado em efeito agudo nas substâncias químicas esse valor
4299 vai ser altíssimo pra substâncias químicas. Agora, se a gente tiver preocupado em
4300 efeito crônico vai ser um valor bem inferior. Então...

4301

4302

4303 *(Intervenção fora do microfone. Inaudível!).*

4304

4305

4306 **O SR. THIAGO** – Também. Então, risco a saúde humana é uma coisa, risco a
4307 biodiversidade é outra. Isso tudo vai tá na abordagem de avaliação de risco
4308 adotada.

4309

4310

4311 **O SR. LUIZ ERNESTO BORGES DE MOURÃO SÁ (PROAM)** – Gostaria só de
4312 fazer uma pergunta, pra gente tentar... A Resolução evita riscos? Essa que... Eu
4313 acho que talvez ela não evite.

4314

4315

4316 *(Intervenção fora do microfone. Inaudível!).*

4317

4318

4319 **O SR. LUIZ ERNESTO BORGES DE MOURÃO SÁ (PROAM)** – Estabelece
4320 critérios. Eles evitam os riscos? Só tô indo ao cerne daquilo. Será que ele evita ou
4321 minimiza? Né? Eu tô pensando. Ah, eu quero evitar os riscos. Você evitar os
4322 riscos, ah, não use o lodo de esgoto. Minimizar pode ser que diga, seja mais
4323 próximo da realidade. Né? Na verdade o que a gente faz é... Não sei, tô aqui (...).

4324

4325

4326 **O SR. LUIZ ANTONIO GARCIA CORRÊA (FATMA/SC)** – Talvez... Só uma
4327 sugestão. Talvez seja reduzindo, né?

4328

4329

4330 **A SR^a. ZILDA MARIA FARIA VELOSO** – **Presidente da CTQAGR (MMA)** –
4331 Wanderley inscrito ali, ó, tá educadamente com a plaquinha.

4332

4333

4334 **O SR. WANDERLEY COELHO BAPTISTA – TITULAR (CNI)** – Wanderley, CNI.
4335 O nosso colega do Ministério da Saúde tá coberto de saúde. Realmente riscos
4336 sempre existem, né? Não existe risco zero, até a mecânica quântica hoje diz isso,
4337 tá? E gostemos disso ou não, essa é uma realidade, não podemos, não temos
4338 zero na natureza, só na teoria. Mas pra efeito prático, Zilda, eu acho que
4339 objetivamente quando se troca o termo benéfico por ambientalmente adequado,
4340 se define bem o contorno que se quer dar a Resolução, já que a nossa
4341 competência aqui é na área ambiental de fato, nós não temos competência pra
4342 ministrar nada na área de saúde, que é o Ministério da Saúde que tem e... Não.
4343 Não temos não senhora. Não temos não. E mais, paramos, podemos parar ali em
4344 esgoto sanitário, porque eu acho que talvez delimitasse melhor o escopo da
4345 aplicação da norma. É uma sugestão, já que aqui a gente não tá deliberando nada
4346 e o Conselheiro Mourão também, eu acho que tem razão. Se eu for usar termo
4347 técnico eu vou usar minimizar. É melhor usar o minimizar que reduzir. Reduzir é
4348 uma redução qualquer, minimizar é o mínimo possível, que vou ao limite daquilo
4349 que é desejável. Mas nesse caso aqui eu tô delimitando a Resolução pela
4350 competência do Conselho Nacional de Meio Ambiental a questão ambiental e o
4351 uso da nomenclatura técnica, uso benéfico, uso ambientalmente adequado, que
4352 nós já usamos largamente em todas as nossas normas, talvez delimitasse melhor
4353 o escopo da proposta da Resolução. É essa minha sugestão.

4354

4355

4356 **A SR^a. ZILDA MARIA FARIA VELOSO – Presidente da CTQAGR (MMA) –**
4357 Alguém mais inscrito? Mourão.

4358

4359

4360 **O SR. LUIZ ERNESTO BORGES DE MOURÃO SÁ (PROAM) –** Concordo. Luiz
4361 Mourão. Concordo com o Wanderley e talvez se a gente quiser fazer menção à
4362 saúde pública, que eu acho que é importante, o mais importante que a gente tá
4363 falando é da questão de saúde pública e meio ambiente. Talvez possa colocar nos
4364 considerandos também, alguma coisa nesse sentido lá e tirar isso aqui, realmente
4365 parar ali, seria como uma sugestão, talvez salomônica, porque eu acho que eu
4366 gostaria que tivesse essa questão da saúde pública colocada, que eu acho que é
4367 importante, é um dos focos dessa Resolução. Então, colocaríamos uma menção a
4368 saúde pública lá nos considerandos e...

4369

4370

4371 **A SR^a. ZILDA MARIA FARIA VELOSO – Presidente da CTQAGR (MMA) –**
4372 Bernardo.

4373

4374

4375 **O SR. BERNARDO SOUTO – TITULAR (CNC) –** Bernardo, CNC. Só a título de
4376 colaboração com o que o Tiago falou. Muita gente confunde risco com perigo. O
4377 perigo é inerente. Gasolina é uma substância perigosa, o risco tá em trabalhar
4378 com a gasolina. A técnica de avaliação de risco é uma técnica mundialmente
4379 aceita nos países civilizados, em que você faz um estudo técnico científico
4380 baseando nos princípios de toxicologia pra achar o mínimo de segurança pra
4381 determinada atividade. Só isso.

4382

4383

4384 **A SR^a. ZULEICA NYCZ (Apramac) –** Fica o texto assim (...) responder uma
4385 questão a Zuleica da APROMAC. A Lei da Política Nacional do Meio Ambiente ela
4386 cita sim, a saúde como um elemento... No art. 3º, os fins previstos nesta Lei
4387 entende-se por meio ambiente, etc., Inciso II degradação da qualidade ambiental,
4388 Inciso III poluição a degradação da qualidade ambiental, resultante de atividades
4389 que direta ou indiretamente prejudiquem a saúde, a segurança e o bem-estar da
4390 população, da Política Nacional de Meio Ambiente. Então, só pra lembrar que, viu
4391 Wanderley? Que a Política Nacional de Meio Ambiente ela se preocupa sim, com
4392 a saúde humana e que o CONAMA, portanto, não vai poder fugir disso, né? Não
4393 vai poder fingir que a saúde não tá relacionada com...

4394

4395

4396 **O SR. WANDERLEY COELHO BAPTISTA – TITULAR (CNI) –** Ela cita, mas o
4397 CONAMA não tem a competência de tratar o tema aqui. (...) nós já passamos por
4398 isso. Nós não podemos deliberar sobre questão de saúde, é competência de
4399 Ministério da Saúde exclusivamente.

4400

4401

4402 *(Intervenção fora do microfone. Inaudível!).*

4403

4404

4405 **A SR^a. ZILDA MARIA FARIA VELOSO – Presidente da CTQAGR (MMA) – É**
4406 **outra... É outra questão pra se colocar na CTAJ.**

4407

4408

4409 *(Intervenção fora do microfone. Inaudível!).*

4410

4411

4412 **A SR^a. ZILDA MARIA FARIA VELOSO – Presidente da CTQAGR (MMA) – Não.**
4413 **Eu sei. O que tu tá dizendo é o seguinte, tudo que tu faz aqui é com (...) em**
4414 **proteção ao meio ambiente e a saúde humana. Só que eu não regulo a saúde**
4415 **humana dentro do CONAMA. Os dois tão falando coisas similares, mas de**
4416 **maneira diferente.**

4417

4418

4419 *(Intervenção fora do microfone. Inaudível!).*

4420

4421

4422 **A SR^a. ZILDA MARIA FARIA VELOSO – Presidente da CTQAGR (MMA) – Não,**
4423 **na hora que vocês estavam falando aí de perigo de risco surgiu essa discussão,**
4424 **mas a gente não pode usar o mote da saúde humana somente, que não cabe ao**
4425 **CONAMA a regulação de (...), tem outro Ministério. Não quer dizer que não seja**
4426 **importante pro meio ambiente. Não é isso. A discussão é complexa. Vamos lá. Aí**
4427 **tá aí a justificativa. § 1º. Ah, volta só um pouquinho, Henrique. Só um minutinho.**
4428 **Não. Não, lá no azulzinho nosso.**

4429

4430

4431 **O SR. WANDERLEY COELHO BAPTISTA – TITULAR (CNI) – Wanderley, CNI.**
4432 **Não vai colocar aí uma...**

4433

4434

4435 **A SR^a. ZILDA MARIA FARIA VELOSO – Presidente da CTQAGR (MMA) – É**
4436 **uso benéfico aí, ó. É isso que eu queria voltar.**

4437

4438

4439 **O SR. WANDERLEY COELHO BAPTISTA – TITULAR (CNI) – A sugestão que eu**
4440 **daria seria essa, a gente troca o termo benéfico e aí altera o texto inteiro, inclusive**
4441 **na definição, pra uso ambientalmente adequado.**

4442

4443

4444 **A SR^a. ZILDA MARIA FARIA VELOSO – Presidente da CTQAGR (MMA) – Eu**
4445 **não sei se seria uso, se a gente não trataria aqui de destinação ambiente**
4446 **ambientalmente adequado e não uso. Ambientalmente adequada ao invés de uso.**

4447

4448

4449 **A SR^a. CAROLINE DE ANDRADE VESCOVI N. MARTINS (GOV/ES)** – Aí é uma
4450 destinação ambientalmente adequada, né?

4451

4452

4453 **A SR^a. ZILDA MARIA FARIA VELOSO – Presidente da CTQAGR (MMA)** – Sim.

4454

4455

4456 *(Intervenção fora do microfone. Inaudível!).*

4457

4458

4459 **A SR^a. ZILDA MARIA FARIA VELOSO – Presidente da CTQAGR (MMA)** –
4460 Deixaria em solo, porque senão vai ficar estranho. Vai ter que ser... Não tô
4461 dizendo que seja a única, mas eu tô dizendo que aqui eu vou regular só a
4462 destinação ambientalmente adequada em solo de todo... Mas aí não seria nem
4463 entre vírgulas, seria...

4464

4465

4466 *(Intervenção fora do microfone. Inaudível!).*

4467

4468

4469 **A SR^a. ZILDA MARIA FARIA VELOSO – Presidente da CTQAGR (MMA)** – Do
4470 lodo, destinação... Do lodo gerado... Tira o solo daí e que coloca no final. De lodo
4471 gerado... Em solo minimizando os riscos a saúde pública e ao meio ambiente. Em
4472 solos. Isso. Isso.

4473

4474

4475 **A SR^a. CAROLINE DE ANDRADE VESCOVI N. MARTINS (GOV/ES)** – Aí parece
4476 que o lodo é gerado em solo.

4477

4478

4479 **A SR^a. ZILDA MARIA FARIA VELOSO – Presidente da CTQAGR (MMA)** – Não.

4480

4481

4482 **A SR^a. CAROLINE DE ANDRADE VESCOVI N. MARTINS (GOV/ES)** – Parece.

4483

4484 *(Intervenção fora do microfone. Inaudível!).*

4485

4486

4487 **A SR^a. ZILDA MARIA FARIA VELOSO – Presidente da CTQAGR (MMA)** – Lodo
4488 gerado em estações de tratamento de esgoto.

4489

4490

4491 *(Intervenção fora do microfone. Inaudível!).*

4492

4493

4494 **A SR^a. ZILDA MARIA FARIA VELOSO – Presidente da CTQAGR (MMA) – É,**
4495 volta lá, ficou feio. Tá bom. Tá bom. Ficou errado, ficou.

4496

4497

4498 **A SR^a. CAROLINE DE ANDRADE VESCOVI N. MARTINS (GOV/ES) – É só tirar**
4499 a vírgula. Tira a vírgula antes do ‘em solos’.

4500

4501

4502 **A SR^a. ZILDA MARIA FARIA VELOSO – Presidente da CTQAGR (MMA) – Mick,**
4503 fale.

4504

4505

4506 **O SR. MARCELO MIKI (CT de Tratamento de Esgoto) – Tô com uma dúvida. A**
4507 disposição em aterro é disposição em solo?

4508

4509

4510 **A SR^a. ZILDA MARIA FARIA VELOSO – Presidente da CTQAGR (MMA) –**
4511 Disposição final. Nós estamos falando de destinação.

4512

4513

4514 **O SR. MARCELO MIKI (CT de Tratamento de Esgoto) – Ah, entendi.**

4515

4516

4517 **A SR^a. ZILDA MARIA FARIA VELOSO – Presidente da CTQAGR (MMA) – Tem**
4518 as duas coisas na Lei de Resíduos Sólidos. E são conceitos diferentes. Né? Oi?

4519

4520

4521 **O SR. THIAGO – Lá em cima eu acho que ficou disposição. Eu acho que deveria**
4522 também...

4523

4524

4525 **A SR^a. ZILDA MARIA FARIA VELOSO – Presidente da CTQAGR (MMA) – Acho**
4526 que não.

4527

4528

4529 **O SR. THIAGO – Nos primeiros? Eu acho que ficou.**

4530

4531

4532 **A SR^a. ZILDA MARIA FARIA VELOSO – Presidente da CTQAGR (MMA) –**
4533 Destinação, eu acho. Se ficou tá errado.

4534

4535

4536 **O SR. WANDERLEY COELHO BAPTISTA – TITULAR (CNI) – Zilda, Wanderley.**
4537 Eu, talvez seja melhor especificar o uso como destinação.

4538

4539

4540 **A SR^a. ZILDA MARIA FARIA VELOSO – Presidente da CTQAGR (MMA) – Sim.**
4541 Com destinação.

4542

4543

4544 **O SR. WANDERLEY COELHO BAPTISTA – TITULAR (CNI) – Porque como está**
4545 **escrito ali...**

4546

4547

4548 **A SR^a. ZILDA MARIA FARIA VELOSO – Presidente da CTQAGR (MMA) – Não**
4549 **como disposição.**

4550

4551

4552 **O SR. WANDERLEY COELHO BAPTISTA – TITULAR (CNI) – Exata... Não. Não.**
4553 **Qual... Volta lá o texto, deixa eu ver.**

4554

4555

4556 **A SR^a. ZILDA MARIA FARIA VELOSO – Presidente da CTQAGR (MMA) –**
4557 **Senão vai dar briga, porque eu não posso dispor o resíduo de maneira**
4558 **inadequada sem ser aterro.**

4559

4560

4561 **O SR. WANDERLEY COELHO BAPTISTA – TITULAR (CNI) – Não, eu tô**
4562 **dizendo assim, uso, o uso do lodo como destinação ambientalmente adequado,**
4563 **porque eu tô falando de uso do lodo, entendeu? Talvez seja melhor colocar isso**
4564 **pra especificar essa questão. Entendeu? Tá? Porque destinação pode ser várias.**
4565 **Então, o uso é uma forma de destinação ambientalmente adequada, que a norma**
4566 **tá tratando e aí faz referência a Lei. É. Entenderam?**

4567

4568

4569 **A SR^a. ZILDA MARIA FARIA VELOSO – Presidente da CTQAGR (MMA) –**
4570 **Beleza, é isso mesmo. Deixa levantar pra pegar um café.**

4571

4572

4573 **O SR. WANDERLEY COELHO BAPTISTA – TITULAR (CNI) – Henrique, eu**
4574 **colocaria ali, ó, para o uso do lodo como destinação ambientalmente adequada**
4575 **em solos... Como forma, é? Como forma aí vocês veem qual é a melhor redação,**
4576 **mas tem que guardar essa questão do uso do lodo, que é uma forma de**
4577 **destinação ambientalmente adequada.**

4578

4579

4580 *(Intervenção fora do microfone. Inaudível!).*

4581

4582

4583 **O SR. WANDERLEY COELHO BAPTISTA – TITULAR (CNI) – Em solos.**
4584 **Obviamente em solos.**

4585

4586
4587
4588
4589
4590
4591
4592
4593
4594
4595
4596
4597
4598
4599
4600
4601
4602
4603
4604
4605
4606
4607
4608
4609
4610
4611
4612
4613
4614
4615
4616
4617
4618
4619
4620
4621
4622
4623
4624
4625
4626
4627
4628
4629
4630

A SR^a. ZILDA MARIA FARIA VELOSO – Presidente da CTQAGR (MMA) – (...) o Mourão? Mourão. Já pedi mais aqui.

O SR. THIAGO – No primeiro considerando ficou destinação final, aí você colocou aquilo de ser disposição final ou destinação ambientalmente adequada. Acho que ficou destinação final.

A SR^a. ZILDA MARIA FARIA VELOSO – Presidente da CTQAGR (MMA) – *(Intervenção fora do microfone. Inaudível!!)*. Eu falei, até não que eu concorde. Eu não concordo com destinação final. Aí tinha que ser destinação ambientalmente adequada e disposição final. Não foi eu que escrevi a Lei. Então. Não, o texto não é a gente. A gente propõe as coisas e depois sai do jeito que quer. Tá. Pode.

O SR. LUIZ ANTONIO GARCIA CORRÊA (FATMA/SC) – Só uma questão. Eu acho que (...) tiver na proposta que lodo, a gente tratar de lodo tratado.

A SR^a. ZILDA MARIA FARIA VELOSO – Presidente da CTQAGR (MMA) – Ah, mas eu acho que depois a gente vai falar disso. Não dá pra falar tudo no art. 1º.

O SR. WANDERLEY COELHO BAPTISTA – TITULAR (CNI) – Gente, vamos voltar ali que não ficou bom. Olha lá. Vamos ler, porque não tá bom. Para o uso do lodo conforme, não. Não é conforme. Como destinação final ambientalmente adequada. É em solos. Tem lodo de novo. Então, a gente tem que corrigir aqui. Eu acho que conforme cai.

(Intervenção fora do microfone. Inaudível!!).

O SR. WANDERLEY COELHO BAPTISTA – TITULAR (CNI) – Isso, fica melhor. É, mas aí você perde a questão do uso. Entendeu? O que... É. Não é muito... É, uma destinação é muita coisa, nós estamos falando especificamente do uso dele direto em solo. Sim, ou, então, coloca... Isso.

O SR. ANDRÉ LUIZ FELISBERTO FRANÇA (INEA/RJ) – Eu ia sugerir (...) o uso do lodo em solo como destinação ambientalmente adequada.

4631 **A SR^a. ZILDA MARIA FARIA VELOSO – Presidente da CTQAGR (MMA)** – Aí
4632 isso que vem depois de adequada, ou seria um parágrafo, porque senão vai ficar
4633 estranho, porque eu tô colocando lá, para o uso do lodo em solo, ou, então, bota,
4634 lodo gerado em estações de tratamento de esgoto sanitário em solo como
4635 destinação. Não. A gente vai especificar depois qual é o lodo que a gente vai usar
4636 e aí a gente tira o resto. A gente pode provisoriamente colocar assim: entendendo
4637 que é o lodo gerado em... Depois a gente melhora o texto, mas só bota: entendo
4638 que é o lodo gerado em estações de tratamento... Só pra não perder, para depois
4639 jogar num parágrafo, ou num outro artigo, ou mesmo no conceito.

4640

4641

4642 **A SR^a. CAROLINE DE ANDRADE VESCOVI N. MARTINS (GOV/ES)** – Só coloca
4643 como forma de destinação, como uma forma de destinação. Só porque tá
4644 parecendo que é a única, se ficar assim. Estabelecer critérios e procedimentos do
4645 uso do solo como destinação final. Então, é a única.

4646

4647

4648 **O SR. WANDERLEY COELHO BAPTISTA – TITULAR (CNI)** – No caso dessa
4649 resolução é isso, eu só vou tratar do uso do lodo, né?

4650

4651

4652 **A SR^a. CAROLINE DE ANDRADE VESCOVI N. MARTINS (GOV/ES)** – Eu
4653 entendi, mas assim, eu tô tratando aqui nessa Resolução, uso do lodo, como uma
4654 forma de destinar ambientalmente e (...).

4655

4656

4657 *(Intervenção fora do microfone. Inaudível!).*

4658

4659

4660 **A SR^a. CAROLINE DE ANDRADE VESCOVI N. MARTINS (GOV/ES)** – Você
4661 entendeu? Que é uma forma de destinação correta. (...).

4662

4663 **O SR. LUIZ ANTONIO GARCIA CORRÊA (FATMA/SC)** – Dá licença. Eu volto
4664 aqui a reafirmar o que eu já tinha colocado antes, é o lodo tratado. Por quê que eu
4665 falo isso daqui? Uma coisa é o lodo gerado na estação de tratamento, outra coisa
4666 o lodo que vai pro solo, que vai passar por aquela unidade, como é que você
4667 chama? A UGL, que vai pro solo é o lodo que passa na UGL. Então, é o lodo
4668 tratado.

4669

4670

4671 **O SR. ANDRÉ LUIZ FELISBERTO FRANÇA (INEA/RJ)** – Será que a gente
4672 podia... André França, INEA. Colocar o lodo tratado, só pra não perder o conceito,
4673 depois a gente vê nas definições a melhor forma de fazer a uniformidade do
4674 tratamento. Eu concordo com a Caroline, eu acho que ali fica mais claro colocar,
4675 para uso do lodo em solo como forma de destinação. Acho que até a redação fica

4676 melhor. E ali colocando, entendendo que é o lodo tratado, gerado em estação... É
4677 porquê...

4678

4679

4680 **A SR^a. ZILDA MARIA FARIA VELOSO – Presidente da CTQAGR (MMA) –** Isso
4681 pode ir pro conceito, o art. 2º depois.

4682

4683

4684 **O SR. ANDRÉ LUIZ FELISBERTO FRANÇA (INEA/RJ) – (...)** Gente passar pelas
4685 definições vai ficar mais claro até voltar no primeiro. Não é a toa que o primeiro é o
4686 que a gente deixa pra deliberar por último, né? Aliás, só não por último porque tem
4687 a ementa que no final é a última, mas é o último artigo que a gente delibera é o
4688 primeiro, porque ele ainda vai passar por várias alterações ao longo da discussão.
4689 Exato.

4690

4691

4692 **A SR^a. ZILDA MARIA FARIA VELOSO – Presidente da CTQAGR (MMA) –**
4693 Vamos lá. Parágrafo, era o § Único. § 1º. Para produção, compra, venda, sessão,
4694 empréstimo ou permuta de lodo de esgoto sanitário e seus produtos derivados,
4695 além do previsto nessa Resolução, deverá ser observado o disposto no Decreto
4696 4954 de 14 de janeiro de 2004, que aprova o regulamento da Lei 6894 de 16 de
4697 dezembro de 80, com alterações dos Decretos dos nº 8059 de 26 de julho de 2013
4698 e 8384 de 29 de dezembro de 2014, que dispõe sobre inspeção, fiscalização da
4699 produção e do comércio de fertilizantes (...) inoculantes ou de biofertilizantes,
4700 substratos para plantas destinadas a agricultura. Tem uma outra forma mais
4701 simples de ficar citando essa Lei toda do MAPA.

4702

4703

4704 **O SR. WANDERLEY COELHO BAPTISTA – TITULAR (CNI) –** Zilda, Wanderley,
4705 CNI. Isso é problema na CTAJ, a gente vai ter que fazer isso com cuidado. E isso
4706 é competência deles. Não é nossa não.

4707

4708 **A SR^a. ZILDA MARIA FARIA VELOSO – Presidente da CTQAGR (MMA) –** Se
4709 eu conseguisse visualizar as Resoluções do CONAMA aqui, por inteiro, seria
4710 ótimo. Você clica no iPad só aparece a primeira página da Resolução.

4711

4712

4713 **A SR^a. ZULEICA NYCZ (Apromac) – (...)** Uma informação pra vocês. ABNT 9648
4714 de 1986 ela está em rigor ainda. Aparece no site da ABNT aqui como em vigor.

4715

4716

4717 *(Intervenção fora do microfone. Inaudível!).*

4718

4719

4720 **A SR^a. ZULEICA NYCZ (Apromac)** – ABNT, a última versão ela fala de estudo de
4721 concepção de sistemas do esgoto sanitário, procedimento. Não diz aqui. Diz,
4722 ABNT/MB código secundário 566. 42 reais.

4723

4724

4725 *(Intervenção fora do microfone. Inaudível!)*.

4726

4727

4728 **A SR^a. ZILDA MARIA FARIA VELOSO – Presidente da CTQAGR (MMA)** – Não.
4729 Não. Eu só queria olhar, porque esse negócio de citar outras leis está na de
4730 composto. (...).

4731

4732

4733 **A SR^a. ZULEICA NYCZ (Apromac)** – É esse número aqui que eu tinha achado.

4734

4735

4736 *(Intervenção fora do microfone. Inaudível!)*.

4737

4738

4739 **A SR^a. ZILDA MARIA FARIA VELOSO – Presidente da CTQAGR (MMA)** – Tu
4740 tem a de composto aí? Não, Víctor? A de composto fala isso. Não sei em que
4741 normas do MAPA, uma coisa desse tipo ela fala. André, eu quero mais um
4742 pouquinho. Esse troço é muito bom.

4743

4744

4745 *(Intervenção fora do microfone. Inaudível!)*.

4746

4747

4748 **O SR. LUIZ ERNESTO BORGES DE MOURÃO SÁ (PROAM)** – Zilda, eu acho
4749 que essa questão de citar o Decreto aqui como estando lá, ela é problemática,
4750 realmente, porque alterando, alterando o Decreto vai ficar (...). Eu acho que é...

4751

4752

4753 **A SR^a. ZILDA MARIA FARIA VELOSO – Presidente da CTQAGR (MMA)** – Eu
4754 pedi pra olhar de composto, porque a gente cita as normas do MAPA. Na de
4755 composto, ó.

4756

4757

4758 **O SR. LUIZ ERNESTO BORGES DE MOURÃO SÁ (PROAM)** – (...) As
4759 disposições em contrário, porque tem várias outras.

4760

4761

4762 **A SR^a. ZILDA MARIA FARIA VELOSO – Presidente da CTQAGR (MMA)** – Ó lá,
4763 ó. Vamos tentar achar, Henrique. Pode passar. Pode passar. Não é aí não. aí, ó.
4764 Não. Metodologia adotada, mas tem outro. Ó, olha lá, ó. Olha como é que tá
4765 escrito na Resolução lá, na 481.

4766

4767

4768 **O SR. WANDERLEY COELHO BAPTISTA – TITULAR (CNI) –** Zilda, Wanderley,
4769 CNI. Normalmente eles não citam as Leis o Decreto em resolução e citam
4770 legislação pertinente.

4771

4772

4773 **A SRª. ZILDA MARIA FARIA VELOSO – Presidente da CTQAGR (MMA) –**
4774 Exatamente.

4775

4776

4777 **O SR. WANDERLEY COELHO BAPTISTA – TITULAR (CNI) –** É essa a
4778 observação que eu queria fazer.

4779

4780

4781 **A SRª. ZILDA MARIA FARIA VELOSO – Presidente da CTQAGR (MMA) –** Ou a
4782 gente usa genericamente, aplica se os termos da legislação pertinente,
4783 estabelecida pelo MAPA, sei lá, do que citar aquele catatal de Leis. A gente não
4784 cita. Tá?

4785

4786

4787 *(Intervenção fora do microfone. Inaudível!).*

4788

4789

4790 **A SRª. ZILDA MARIA FARIA VELOSO – Presidente da CTQAGR (MMA) –**
4791 Pertinente. Pertinente. Ponto. Põe pertinente, porque tá na cara que vai ser do
4792 Mapa ou de outros que tiver. Além de previsto nessa Resolução deverá observar o
4793 disposto na legislação pertinente. Isso a jurídica sempre diz que é redundante,
4794 mas... Pelo menos não fica isso tudo pra ser cortado.

4795

4796

4797 *(Intervenção fora do microfone. Inaudível!).*

4798 **A SRª. ZILDA MARIA FARIA VELOSO – Presidente da CTQAGR (MMA) –** O
4799 quê que foi CÉLIA?

4800

4801

4802 **A SRª. CÉLIA REGINA RENNÓ – TITULAR (Abes) –** Eu só tava querendo
4803 entender, que fica, então, para produção, compra (...), deverá obedecer a
4804 legislação pertinente. Né isso? Ok.

4805

4806

4807 **A SRª. ZILDA MARIA FARIA VELOSO – Presidente da CTQAGR (MMA) –** E a
4808 legislação pertinente, o resto tudo tu corta. O resto tudo corta. Vai ressuscitar,
4809 Bernardo? Obrigada, Bernardo.

4810

4811

4812 *(Intervenção fora do microfone. Inaudível!).*

4813

4814

4815 **A SR^a. ZILDA MARIA FARIA VELOSO – Presidente da CTQAGR (MMA)** – Tava
4816 até o dia do meu aniversário ali no meio, eu tava tão feliz. Não precisa citar.
4817 Vamos lá. Essa Resolução não se aplica ao lodo gerado em estações de
4818 tratamento de esgoto sanitário, registrado como produto no MAPA. Aí isso aí é
4819 complicado. Isso é complicado. Pra eu colocar isso eu vou ter que definir o quê
4820 que é lodo gerado na estação de tratamento de esgoto que vai ser aplicado no
4821 solo e o quê que é o lodo considerado produto que vai ser... Só largar isso não vai
4822 me dizer muita coisa não. Eu não sei a norma de São Paulo, aquela que tu citou
4823 em relação ao produto.

4824

4825

4826 **O SR. NÃO IDENTIFICADO** – Não. Essa é do MAPA. Isso aqui é...

4827

4828

4829 **A SR^a. ZILDA MARIA FARIA VELOSO – Presidente da CTQAGR (MMA)** – Não.
4830 Não. Não. Você comentou que a CETESB falou que não, que não ia regular aquilo
4831 que o MAPA considerasse, considerasse produto, né? Registrado por eles. Mas
4832 isso não é suficientemente pra eu dizer que, porque aí não tá me explicando o quê
4833 que é o considerado o produto e o quê que não é. Então, tem a ver com a
4834 aplicação dessa norma e a aplicação da norma do MAPA. Eu não vou interferir na
4835 norma do MAPA, mas eu tenho que dizer qual é o limite da aplicação da minha
4836 norma.

4837

4838

4839 **O SR. MARCELO MIKI (CT de Tratamento de Esgoto)** – Mas aqui a ideia foi, se
4840 eu conseguir registrar no MAPA ele não entra...

4841

4842

4843 **A SR^a. ZILDA MARIA FARIA VELOSO – Presidente da CTQAGR (MMA)** – Mas
4844 do ponto de vista ambiental não funciona assim. Porque é resíduo. Se o MAPA
4845 registra como produto, beleza, mas o lodo é um resíduo de um determinado
4846 processo industrial, um processo, não vou usar a palavra industrial. De um
4847 processo sujeito a legislação ambiental. Então, ele como resíduo de um processo,
4848 ele é controlado pelo órgão ambiental. O órgão ambiental pode dizer, eu não
4849 controlo como é que ele vai pra agricultura, mas ele dentro, por exemplo, dentro
4850 da licença você tem que informar pra onde ele vai. Continua informando. Dentro,
4851 ou se fica, ou se vai, pra onde vai, o CNPJ de quem vai. Então, ele, pra efeito de
4852 cumprimento da legislação ambiental, ele é um resíduo e ele é aplicável à
4853 legislação ambiental. Agora, como eu tô tratando aqui, eu tenho que ter uma
4854 forma, se for pertinente, de dizer isso da maneira como vocês estão querendo
4855 dizer, mas não dizendo só secamente que é o lodo que não se aplica. Não. O quê
4856 que eu não vou regulamentar? O quê que a gente fez de diferenciação na
4857 Resolução de qualidade de composto? Nós não estávamos regulando aquilo que

4858 ia ser vendido, porque não cabe ao CONAMA regulamentar o composto que vai
4859 ser vendido. Não cabe. Então, isso eu não vou colocar nenhuma regra. Então,
4860 talvez fazer... Eu não tenho nenhuma sugestão de texto agora, mas tô fazendo
4861 aqui, ilações sobre a regra, porque dentro da legislação ambiental o lodo será
4862 sempre um resíduo de um processo, industrial ou não. Ele vai ser um resíduo de
4863 um processo. Processo de quem? Aqui, nosso, da estação de tratamento de
4864 efluentes. Correto? Agora, o quê que tu tá dizendo aqui? Que tu não vai, nessa
4865 Resolução, tratar aquilo que vai ser considerado produto, lá pela (...) do MAPA,
4866 mas tem que dizer isso de outra forma. (...) não se aplica ao lodo gerado não.
4867 Lodo gerado vai ser sempre aplicável à legislação ambiental, mas eu não vou, eu
4868 não vou regular o uso, eu não vou regular... Não sei, pensem em alguma coisa aí,
4869 vocês.

4870

4871

4872 **O SR. WANDERLEY COELHO BAPTISTA – TITULAR (CNI) –** Zilda, Wanderley,
4873 CNI. Como sugestão, talvez pudesse ser colocado da seguinte maneira: esta
4874 Resolução não se aplica a produtos registrados no Ministério da Agricultura
4875 Pecuária e Abastecimento, e aí se define classes utilizando como matéria-prima o
4876 lodo gerados em estações de tratamento de esgoto sanitário. Mas obviamente, eu
4877 só me sinto confortável em discutir esse tema com a presença do Ministério da
4878 Agricultura aqui. Sem dúvida nenhuma eu não consigo discutir. Teríamos que
4879 inverter o processo, porque da maneira que está a Zilda tem razão, né? Porque
4880 sobre lodo o CONAMA tem essa competência. Agora, sobre o produto registrado
4881 lá é diferente. Entendeu? Talvez a mensagem seja essa.

4882

4883

4884 **A SR^a. ZILDA MARIA FARIA VELOSO – Presidente da CTQAGR (MMA) –** Eu
4885 vou ligar pra ele.

4886

4887

4888 **O SR. LUIZ ERNESTO BORGES DE MOURÃO SÁ (PROAM) –** Eu queria... Acho
4889 que talvez a gente não devesse dizer...

4890

4891

4892 **A SR^a. ZILDA MARIA FARIA VELOSO – Presidente da CTQAGR (MMA) –** Vai
4893 ser igual a 420, Mourão. A gente discutiu, discutiu, discutiu, o Mapa só complicou
4894 na Câmara Técnica e na Plenária, mas não participou das reuniões. Wanderley
4895 participou, sabe disso. Não participou das reuniões.

4896

4897

4898 **O SR. LUIZ ERNESTO BORGES DE MOURÃO SÁ (PROAM) –** Eu não gosto de
4899 legislação que diga aquilo que não se aplica. Eu digo aquilo que aplica. Quando
4900 você quer que cita a exceção, por exemplo, não se aplica a um medicamento que
4901 seja utilizado, o lodo de esgoto se transformar a (...) que tá aprovada, que faz bem
4902 ao intestino se transforma no medicamento. Se aplica a isso? Não. Mas eu acho
4903 que a gente tem que tratar de uma resolução ao que ela se aplica. Quem vai

4904 definir aquele que não se aplica é hoje, em diversos casos, é a própria justiça.
4905 Mas aqui, que escopo isso pertence? Mas eu acho que a gente tem que dizer
4906 aquilo que se aplica, senão a gente entra por um caminho difícil de se (...) esse
4907 outro exemplo, que o Ministério da Saúde que regulamenta remédio diz, ó, não,
4908 lodo de esgoto se for remédio. Então, é aplicável isso aqui? Não sei, eu não gosto
4909 do caminho de dizer onde não se aplica. Eu entendo que existe uma problemática
4910 de quais são as atribuições de um Ministério de competências, mas eu acho que
4911 não é aqui que a gente vai resolver isso. Eu acho que a gente não deve entrar
4912 nesse mérito aqui, nessa Resolução, porque eu acho que vai trazer mais problema
4913 pra gente do que solução.

4914

4915

4916 *(Intervenção fora do microfone. Inaudível!!).*

4917

4918

4919 **O SR. LUIZ ERNESTO BORGES DE MOURÃO SÁ (PROAM)** – Eu acho que é
4920 por aí. Colocar aquilo que se aplica, não o que não se aplica.

4921

4922

4923 **O SR. LUIZ ANTONIO GARCIA CORRÊA (FATMA/SC)** – Pelo que eu depreendi
4924 da leitura que eu fiz do texto, que eu entendi o seguinte, tá? Que nós temos hoje,
4925 vamos dizer, duas alternativas pra essa questão do lodo estação de tratamento de
4926 esgoto. Uma ela é configurada que você vai via Ministério da Agricultura e ele se
4927 torna um produto. E a outra que tá sendo colocada agora aqui, que você tem
4928 unidade de gerenciamento do lodo, que daí eu não sei qual é o nível de
4929 tratamento que se tem, mas que pra você dispor no solo e daí se incluiu, além da
4930 agricultura, outros tipos de solo, tá? Você não precisa ir na agricultura e registrar
4931 aquilo como produto. O órgão ambiental quando ele fala assim, (...) se entende
4932 isso daqui. Quando o produto ele gerou, vamos dizer, outra estação de
4933 tratamento, ele passou, ele recebeu lá um ok do Ministério da Agricultura, ele
4934 passa a ser um produto, assim como é o asfalto que se aplica a camada, que é
4935 um produto perigoso, assim como é a gasolina e a assim por diante. A gente não
4936 fica mais questionando se aquilo vai fazer mal ou bem para o meio ambiente. (...) é
4937 utilizado lá como fertilizante (...), não sei o que. Então, essas duas distinções foi
4938 o que eu entendi da proposta de vocês. Até no início eu não entendi, assim,
4939 parece uma certa concorrência, uma certa facilidade, ou eu não sei. Porque assim,
4940 é muito, no caso de vocês, o tratamento, ó... Eu falo vocês pela proposta, né? Se
4941 eu passar lá naquela, na unidade de lodo, gerenciamento de lodo, eu vou
4942 conseguir registrar isso daí ou tornar isso daqui um produto do Ministério da
4943 Agricultura? Ou se não faz esse caminho porque ele é burocrático, sei lá o que?
4944 (...).

4945

4946

4947 **O SR. THIAGO** – Não, eu acho que assim, nem vou entrar no tema não. Eu acho
4948 que esse é o caminho, né? Da gente colocar... A gente ficou nessa reflexão
4949 também, durante algumas reuniões de revisão da Portaria de portabilidade, né?

4950 De tentar, fazer o exercício de dizer o que se aplica, por exemplo, água envasada
4951 não entra pra gente, né? Então, é o mesmo desafios. É um desafio grande da
4952 gente inverter isso aí, mas eu acho que é o caminho. E assim, a partir do
4953 momento que o MAPA também tem uma norma que dispõe sobre isso, é
4954 importante também que isso, não sei em que momento nem de que forma, mas
4955 que eles acompanhem essas discussões, né? Porque pode refletir na norma
4956 deles.

4957

4958

4959 *(Intervenção fora do microfone. Inaudível!).*

4960

4961

4962 **O SR. THIAGO** – Não. Água mineral envasada é ANVISA. É a Vigilância Sanitária.
4963 E aí sai do... Saí da... É. Isso. E aí é isso. Eu acho que, talvez o MAPA... Não, era
4964 isso, do Ministério da Agricultura é de alguma forma acompanhar esse processo,
4965 porque pode até refletir dentro do que eles consideram como seguro lá, afinal o
4966 que a gente tá preocupado, eu acho que uma preocupação comum é se a gente
4967 se deparar com algum uso de biossólido, de lodo de esgoto, que ele seja
4968 ambientalmente correto e não ofereça risco à saúde.

4969

4970

4971 **A SR^a. ZULEICA NYCZ (Apromac)** – Então, eu tinha até perguntado quais eram
4972 as INs, né? Porque eles estão se referindo a instruções normativas, não é isso?
4973 Do Ministério, do Ministério da Agricultura, IN SDA 25/2009. É que eu tinha
4974 estudado quando eu fiz o parecer de vista da Resolução de compostagem, a IN
4975 27/2006 dois MAPA, que é específica pra controle de contaminantes e a IN
4976 25/2009, essa aqui, que aprova normas sobre as especificações, as garantias, as
4977 tolerâncias, a embalagem, a rotulagem dos fertilizantes orgânicos e simples,
4978 mistos, compostos, organominerais e biofertilizantes destinados à agricultura. A
4979 agricultura, não é solos, né? Regulamento as especificações, os fertilizantes
4980 orgânicos e biofertilizantes, a presença, e os limites de macronutrientes, e
4981 micronutrientes, etc., etc., e assim vai, classifica os diferentes tipos de fertilizantes
4982 em 4 classes A B C D. E também conforme o art. 16º § 7, a Instrução Normativa
4983 exige que o estabelecimento que produz o fertilizante possua licença ambiental de
4984 operação, que aprove o uso dos materiais que fazem parte do produto ou a
4985 manifestação do órgão do meio ambiente competente, sobre a adequação do seu
4986 uso na agricultura sob o ponto de vista ambiental, o que sinaliza que o
4987 licenciamento não poderá se restringir apenas as exigências da IN 25 do MAPA,
4988 pois essa não poderia especificar o que o órgão ambiental deve exigir pra dar
4989 conta de incumbência de garantir o controle no compartimento ambiental da
4990 aplicação do produto, não sendo essa a competência de MAPA. A expressão,
4991 adequação de uso na agricultura sob o ponto de vista ambiental, que consta na IN
4992 25 do MAPA, significa que se exige um detalhamento na proposta de Resolução
4993 do CONAMA, que não foi feita naquela de compostagem, né? Que estava todo
4994 mundo criticando e que mereceria uma consulta aos órgãos ambientais. Então,
4995 assim, aquela de compostagem realmente não fez o papel que o CONAMA tinha

4996 que ter feito, na minha opinião. Essa faz. Essa faz o papel do CONAMA, a 375,
4997 por isso que ela é considerada rigorosa, difícil, porque ela é seria, é uma
4998 resolução bem exigente mesmo, porque ela toma cuidado com a minimização dos
4999 riscos, né? Ela visa realmente minimizar riscos. Né? Então, eu queria dizer isso,
5000 que a IN 25/2009 que ele citou do Mapa, ela não exclui a necessidade do
5001 Licenciamento Ambiental, e de uma série de decisões que o órgão ambiental tem
5002 que tomar, e logicamente é a Resolução CONAMA que vai dar a orientação. Isso
5003 é só pra fechar isso com o que você falou, Zilda.

5004

5005

5006 **O SR. MARCELO MIKI (CT de Tratamento de Esgoto)** – Eu recuperei aqui uma
5007 decisão da CETESB, como que eles colocaram lá, aí acho que pra ilustrar, agora
5008 se tá certo ou tá errado, não sou eu que vou falar. Então, assim tem a decisão... Aí
5009 é uma decisão de diretoria. É, nº 388/2010 1.13. Ele coloca da seguinte forma: a
5010 aplicação em solo agrícola de resíduos ou efluentes que possuam registro do
5011 MAPA como fertilizante, não depende de manifestação da CETESB, uma vez que
5012 resíduos ou efluentes registrados no MAPA são enquadrados como produto
5013 agrônômico. Foi, e...

5014

5015

5016 **O SR. LUIZ ERNESTO BORGES DE MOURÃO SÁ (PROAM)** – Talvez a gente
5017 possa... Luiz Mourão. Talvez a gente possa fazer menção à matéria-prima disso,
5018 nós regularmos a matéria-prima E não os produtos, porque, eu vou citar o quê que
5019 aconteceu, por exemplo, na ação judicial que eu até mencionei aqui. Primeira
5020 coisa foi dizer assim, olha, eu não uso, não forneço, eu forneço biossólido e ele é
5021 regulado pelo Ministério da Agricultura. Foi provado que não é bem assim. Né? O
5022 produto, aquele produto que tava sendo fornecido ele era um produto que tinha,
5023 que a matéria-prima dele era extremamente danosa. Então, o produto realmente a
5024 gente não pode, tem que saber o quê que a gente tá falando. Né? Então, eu acho
5025 que nesse caso a gente tem que dizer exatamente o que... É complicado. A quê
5026 se aplica essa... E não ao que não se aplica. Mais uma vez eu voltar que se aplica
5027 a matéria-prima básica, saída aí da estação de tratamento de esgoto sanitário,
5028 talvez aí, se é da estação produtora, porque a gente fala nas classes pelas quais a
5029 gente tá se baseando, né? Classe A, classe B, que tipo de esgoto que a gente tá
5030 normatizando. Além disso, nós não fazemos mais nada além disso. Então, é
5031 porque existem outros tipos de produtos e vários subprodutos, essa é a minha
5032 preocupação. E nós não regulamos (...), subprodutos, né? Então, essa é a
5033 questão. Porque...

5034

5035

5036 *(Intervenção fora do microfone. Inaudível!).*

5037

5038

5039 **O SR. LUIZ ERNESTO BORGES DE MOURÃO SÁ (PROAM)** – Eu sei, mas não
5040 é só a IN do MAPA, tem outras instruções e outros Ministérios que podem ter.

5041 Dizer que não se aplica, dizer que não se aplica só a este caso? É só este caso
5042 que não se aplica?

5043

5044

5045 *(Intervenção fora do microfone. Inaudível!).*

5046

5047

5048 **O SR. LUIZ ERNESTO BORGES DE MOURÃO SÁ (PROAM)** – Pois é. É só esse
5049 caso que essa Resolução não se aplica? Vou dar aquele exemplo, se inventarem
5050 um remédio feito disso e vai ter que ser regulamentado no Ministério da Saúde, se
5051 aplica essa Resolução? Não. Então, eu acho que gente... Nós temos que trabalhar
5052 jurídica... Na minha visão, a gente normalmente evita as disposições em contrário,
5053 evita as disposições em contrário, a gente não cita uma legislação, porque senão
5054 a gente tem que saber todas. Não é? A gente diz aquilo que se aplica. Que não se
5055 aplica é uma interpretação diferente. Bom.

5056

5057

5058 **O SR. WANDERLEY COELHO BAPTISTA – TITULAR (CNI)** – Zilda, Wanderley.

5059

5060

5061 *(Intervenção fora do microfone. Inaudível!).*

5062

5063

5064 **O SR. WANDERLEY COELHO BAPTISTA – TITULAR (CNI)** – Por favor.

5065

5066

5067 **O SR. LUIZ ANTONIO GARCIA CORRÊA (FATMA/SC)** – Eu acho que essa
5068 questão, assim, eu acho que a gente tem que amadurecer mais, (...), porque eu,
5069 eu entendi qual era a preocupação de vocês, essa... Volto a repetir aqui, a
5070 diferenciação que tem entre o produto, o lodo a origem é a mesma, né? É lodo de
5071 estação de tratamento. Aí aqui tá sendo proposto, eu vou num caminho aqui pra
5072 eu dispor no solo, o outro foi outro e registrou lá no Ministério da Agricultura,
5073 vamos dizer, ter uma forma agora de se pensar aqui e colocar isso aqui dentro da
5074 Resolução, pra que daqui a pouco possibilite o uso do produto que tem que passar
5075 por um monte de coisa aqui. Eu... Essa coisa que sei que eu entendi.

5076

5077

5078 **O SR. WANDERLEY COELHO BAPTISTA – TITULAR (CNI)** – Só pra
5079 complementar o que foi colocado aqui. Wanderley, CNI. Zilda, como o tema traz
5080 referência ao Ministério da Agricultura e nós hoje estamos aqui apenas analisando
5081 superficialmente, nem é profundamente, cada ponto da proposta apresentada, eu
5082 sugiro manter pelo menos alguma proposta que a gente possa colocar aqui em
5083 tela, e ouvir, obviamente, o Ministério da Agricultura, pra saber se isso tem a
5084 importância que sequer dar a ela, esse conflito, tá? Pra que justifique a
5085 permanência ou não disso, porque se não justificar, concordo com Conselheiro
5086 Mourão, não tem que tá aí. Aliás o que tem que tá aí é aquilo que de fato traz

5087 ganho pra regulação da questão do uso de esgoto em solo. É a minha
5088 observação, tá? Eu acho que talvez a gente tenha esgotado essa discussão nesse
5089 ponto e passar pra frente. Obrigado.

5090

5091

5092 **O SR. MARCELO MIKI (CT de Tratamento de Esgoto)** – Eu queria fazer uma
5093 colocação, eu vou fazer uma suposição. Eu entendo que quem fez isso foi a
5094 CETESB, o órgão ambiental do Estado de São Paulo, que quis fazer alguma coisa
5095 pra talvez fazer uma proteção a ela mesma. Eu não sei se tem... Essa é a minha
5096 leitura, porque como tá uma bola dividida, (...). Então, é eles, não sou mais eu, e
5097 tanto é que é estranho que é uma decisão de diretoria, não é uma Lei. Quer dizer,
5098 a coisa é meio frágil, né? Então, assim, é esquisito assim, eu acho que vale a
5099 pena a discussão pra também resolver um problema que eu acho que tá mal
5100 resolvido, no meu ponto de vista. Eu acho que vale a pena esclarecer pra que não
5101 tenha, quer dizer...

5102

5103

5104 **A SR^a. ZILDA MARIA FARIA VELOSO – Presidente da CTQAGR (MMA) –**
5105 *(Intervenção fora do microfone. Inaudível!).*

5106

5107

5108 **A SR^a. CÉLIA REGINA RENNÓ – TITULAR (Abes)** – E o nosso objetivo, eu acho
5109 que eu liguei pras pessoas, o nosso objetivo ao construir isso foi juntar realmente
5110 as cabeças do setor, fazer aquilo que o setor pensa em termos técnicos sobre
5111 isso, porque a gente não é, nenhuma das pessoas que se reuniu na ABES,
5112 nenhum deles é especialista em legislação ambiental, a gente não teve esse tipo
5113 de subsídios, né? E aí dentro disso que foi discutido e que foi consensado com...
5114 E não é um consenso fácil, né? O pessoal do INCT, os professores das diversas
5115 unidades, não foi um consenso. Não foi, não existe um consenso geral sobre o
5116 que tá apresentado. O que nós trouxemos pra vocês foi o que de melhor a gente
5117 conseguiu produzir, mas a gente tinha certeza de que ao trazer pra cá realmente
5118 teriam essas novas contribuições. Nós estamos aqui abertos pra poder fazer esse
5119 trabalho junto com vocês. A gente agradece aí e continua colocando a disposição
5120 pra participar e trazer as contribuições.

5121

5122

5123 **A SR^a. ZILDA MARIA FARIA VELOSO – Presidente da CTQAGR (MMA) –**
5124 *(Intervenção fora do microfone. Inaudível!).*

5125

5126

5127 **A SR^a. CÉLIA REGINA RENNÓ – TITULAR (Abes)** – Eu gostaria muito que se
5128 pudesse, o CONAMA pudesse trazer o professor Rafael que é especialista, ele
5129 tem duas... Rafael Bastos da Universidade Federal de Viçosa, a gente até tentou
5130 trazê-lo hoje e a gente não conseguiu. O Rafael tem duas características, a
5131 Universidade Federal de Viçosa, tem uma experiência muito grande na questão de
5132 solos, tá? Aí até o Antônio Matos que é o nosso especialista e o Rafael tem um

5133 trabalho também muito interessante na questão da contaminação, né? Foi até
5134 orientador aqui, do... Tá? A gente tentou trazê-lo pra essa reunião e nós não
5135 conseguimos, ele não pôde porque foi muito em cima da hora, tá? Eu acho que
5136 ele pode contribuir com essas discussões e com a análise de risco também,
5137 esclarecer algumas dúvidas sobre isso, a gente pode até pedir pra ele. Tá?

5138

5139

5140 **A SR^a. ZILDA MARIA FARIA VELOSO – Presidente da CTQAGR (MMA) –**
5141 *(Intervenção fora do microfone. Inaudível!).*

5142

5143

5144 **A SR^a. CÉLIA REGINA RENNÓ – TITULAR (Abes) –** Exatamente. Então, a gente
5145 sugere, eu até tentei ver se a gente conseguia trazê-lo pra essa reunião, tô
5146 perguntando o pessoal lá do INCT, ele participa do INCT também e a gente tentou
5147 viabilizar, mas não houve tempo de compatibilizar a agenda, tá?

5148

5149

5150 **O SR. CÉSAR (INCT/UFMG) –** Eu queria só deixar claro que a gente também tá
5151 disponível pra contribuir na parte técnica da discussão e realmente tentar mudar
5152 essa realidade que tá aí hoje, né? Sempre com o foco na segurança do meio
5153 ambiente e da saúde pública. Então, contem com a gente no que precisarem.

5154

5155

5156 **A SR^a. ZILDA MARIA FARIA VELOSO – Presidente da CTQAGR (MMA) –** Nós
5157 já colocamos essa observação aí, no § 2º, caso haja algum conflito com o MAPA,
5158 eu acho que o MAPA tem que nos ajudar e se debruçar sobre isso também. vai
5159 passando, Henrique, vamos olhar o próximo. A definição (...) patogênico. A gente
5160 deixa por último. Precisa definir o quê que é ART. Beleza. Então, a gente passa,
5161 vamos ver o art. 3º. 3º? É, 3º. Tem bastante. E muita mesmo. art. 3º, de novo, é a
5162 mesma observação, para uso benéfico em solo. O lodo gerado em sistema de
5163 tratamento de esgoto sanitário deverá ser sub... Ser atendido... Não. Deverá
5164 atender... Deverá atender os critérios e procedimentos dispostos nessa
5165 Resolução. Eu acho que ela tá meio sem propósito.

5166

5167

5168 **A SR^a. CÉLIA REGINA RENNÓ – TITULAR (Abes) –** Aqui ela diz quais os modos
5169 que ele não se aplica, tá vendo? Aqui fala o seguinte, que o efluente, se este lodo
5170 vem do efluente industrial não se aplica a essa Resolução. Se o lodo vem...

5171

5172

5173 **A SR^a. ZILDA MARIA FARIA VELOSO – Presidente da CTQAGR (MMA) –** Ali o
5174 art. 3º...

5175

5176

5177 **A SR^a. CÉLIA REGINA RENNÓ – TITULAR (Abes) –** Para uso de... Eu não tô...

5178

5179

5180 **A SR^a. ZILDA MARIA FARIA VELOSO – Presidente da CTQAGR (MMA) – É**
5181 **óbvio que ela se aplica a essa... A essa Resolução.**

5182

5183

5184 **A SR^a. CÉLIA REGINA RENNÓ – TITULAR (Abes) – Só o § 1º é que é mais**
5185 **importante, que fala do que não se aplica.**

5186

5187

5188 **A SR^a. ZILDA MARIA FARIA VELOSO – Presidente da CTQAGR (MMA) – Diga,**
5189 **Thiago.**

5190

5191

5192 **O SR. THIAGO – Thiago, Ministério da Saúde. A respeito do benéfico, eu entendi**
5193 **que é um termo que não pode ser usado, não é muito...**

5194

5195

5196 **A SR^a. ZILDA MARIA FARIA VELOSO – Presidente da CTQAGR (MMA) – Ele é**
5197 **qualitativo. É.**

5198

5199

5200 **O SR. THIAGO – Só trazendo, eu acho que, qual foi o motivo, a motivação da**
5201 **utilização dele? É o bioossólido, na verdade. Então, assim, toda vez que a gente vê**
5202 **benéfico seria o lodo processado para uso ambientalmente correto. Então, assim,**
5203 **talvez pra não ficar repetindo isso na Resolução toda, aí fica a sugestão, talvez**
5204 **definir bioossólido como lodo de esgoto, de estação de tratamento de esgotos...**

5205

5206

5207 **A SR^a. ZILDA MARIA FARIA VELOSO – Presidente da CTQAGR (MMA) – Ah,**
5208 **não houve consenso?**

5209

5210

5211 **A SR^a. CÉLIA REGINA RENNÓ – TITULAR (Abes) – Isso não houve o consenso**
5212 **no grupo da ABES. A gente tentou construir o termo bioossólido, foi objeto de uma**
5213 **discussão longa entre os técnicos, tá? Não houve consenso, por isso que não**
5214 **veio, tá? Se vocês quiserem discutir, a gente (...), mas têm grupos a favor e**
5215 **grupos contra.**

5216

5217

5218 **A SR^a. ZILDA MARIA FARIA VELOSO – Presidente da CTQAGR (MMA) – É,**
5219 **mas eu acho que aqui a gente pode processar essa discussão, né?**

5220

5221

5222 **A SR^a. CÉLIA REGINA RENNÓ – TITULAR (Abes) – Com certeza. Outro grupo.**

5223

5224

5225 **O SR. THIAGO** – Acho que o que tem que ficar é sempre a ideia, né? Que está
5226 sempre se tratando de lodo processado pro uso.

5227

5228

5229 **A SR^a. ZILDA MARIA FARIA VELOSO – Presidente da CTQAGR (MMA) –**
5230 Célia, eu acho que... Eu acho que o caput do 3º não tem muito a ver com o
5231 parágrafo. Eu acho que o caput aí, do § 1º, poderia ser o caput de um artigo. Essa
5232 Resolução não se aplica a, papapá, papapá, papapá, papapá. Pronto, acabou. E
5233 eu acho que o que tá no terceiro é redundante em função do art. 1º. Então, assim,
5234 eu tiraria o art. 3º, transformaria o § 1º em um novo art. 3º. Entendeu? Redacional.
5235 Medidas, nesse momento, medidas redacionais. Taxa o art. 3º aí, porque eu acho
5236 que ele ficou redundante. Tá. E aí não se aplica a lodo de estação de tratamento
5237 de efluentes industriais. A gente coloca direto, né? Lodo de estação de tratamento
5238 de efluentes de... A gente usa direto, não? Tratamento de efluentes hospitalares,
5239 tratamento de efluentes industriais. De efluentes...

5240

5241

5242 **O SR. THIAGO** – A dúvida é se precisa ficar repetindo isso, né? Do que não se
5243 aplica. Aí eu acho que vale a observação, né?

5244

5245 **A SR^a. ZILDA MARIA FARIA VELOSO** – Eu acho que não precisa colocar
5246 processos industriais ou instalações hospitalares.

5247

5248

5249 **O SR. WANDERLEY COELHO BAPTISTA – TITULAR (CNI) –** Zilda, Wanderley,
5250 CNI. Não ficaria melhor... É instalações hospitalares ou serviços de saúde?

5251

5252

5253 **A SR^a. ZILDA MARIA FARIA VELOSO** – Na Lei 2305 é resíduos...

5254

5255

5256 **O SR. WANDERLEY COELHO BAPTISTA – TITULAR (CNI) – (...).**

5257

5258

5259 **A SR^a. ZILDA MARIA FARIA VELOSO** – É, mas é resíduo de serviço de saúde.
5260 Aqui eu tô falando de efluentes de... Efluentes de serviços de saúde? Não sei se
5261 usa isso.

5262

5263

5264 **O SR. WANDERLEY COELHO BAPTISTA – TITULAR (CNI) –** Bom, eu não sei,
5265 mas...

5266

5267

5268 **A SR^a. ZILDA MARIA FARIA VELOSO** – Pra resíduos eu uso, resíduos de
5269 serviços de saúde.

5270

5271

5272 **O SR. WANDERLEY COELHO BAPTISTA – TITULAR (CNI)** – A questão dos
5273 resíduos, a especificidade dele tá ligada à tipologia. No caso do efluente eu acho
5274 que não muda não... Não, eu acho que talvez não mude não, porque, por
5275 exemplo, os resíduos de portos e aeroportos a questão tá ligada a risco, né? Risco
5276 biológico. Pro caso das instalações de serviço de saúde também é risco biológico,
5277 tanto faz ser um hospital ou posto de atendimento, eu acho, talvez seja até o caso
5278 do Ministério da Saúde fazer uma consulta pra ver se essa questão, qual que seria
5279 a melhor terminologia, mas eu acho que é além de hospital. Tá?

5280

5281

5282 **A SRª. ZILDA MARIA FARIA VELOSO** – Pode ser. Pode ser. Não tô dizendo que
5283 não. Pode ser.

5284

5285

5286 **O SR. THIAGO** – Minha dúvida foi o primeiro ali, se já não estaria contemplado
5287 nas definições, porque aqui, a Resoluções de trata de lodo de estação de
5288 tratamento de esgoto e aí vem aquele primeiro ali, né? De estação de tratamento
5289 de efluentes industriais. Não sei se já estaria respondido antes. É aquele, ficar
5290 explicando tudo que não se aplica, né? Quando a gente fala de resíduos, de
5291 desarenador, até faz sentido, que a gente tá falando de estação de tratamento de
5292 esgoto, a gente fala o quê que não tá, né? Mas o anterior ali que talvez não seja
5293 necessário.

5294

5295

5296 **O SR. LUIZ ERNESTO BORGES DE MOURÃO SÁ (PROAM)** – Voltamos àquela
5297 mesma situação, que talvez tenha que definir melhor lá no começo, o que é lodo
5298 de esgoto de estação de tratamento de esgoto sanitários, como nós colocamos lá.
5299 Isto não é. Estamos falando de estações de tratamento específicos,
5300 separadamente, feito por uma instalação que não é, vamos dizer, que não é
5301 pública. Eu acho que essa...

5302

5303

5304 *(Intervenção fora do microfone. Inaudível!).*

5305

5306

5307 **O SR. LUIZ ERNESTO BORGES DE MOURÃO SÁ (PROAM)** – Mais vez ter que
5308 definir muito bem o objeto dessa Resolução. Mas olha, tudo que não é não se
5309 aplica.

5310

5311

5312 *(Intervenção fora do microfone. Inaudível!).*

5313

5314

5315 **O SR. MARCELO MIKI (CT de Tratamento de Esgoto)** – Eu queria justificar um
5316 pouco a redundância do art. 3º, porque no original ele tinha colocado, deverão ser

5317 submetidos a processo de redução de patógenos e de (...) de vetores, de acordo
5318 com Anexo I, bababá, bababá, né?

5319

5320

5321 **A SR^a. ZILDA MARIA FARIA VELOSO** – E vocês estão propondo a retirada do
5322 anexo, é isso?

5323

5324

5325 **O SR. MARCELO MIKI (CT de Tratamento de Esgoto)** – Não é essa questão a
5326 questão. A questão é o seguinte, a gente entende que isso é mais amplo. Não é
5327 só isso. Por isso que a gente, eu acho que talvez na hora a gente quis simplificar
5328 pra atender os critérios e ele tá redundante. Porque não lembro se vocês... Eu fiz
5329 a apresentação e depois eu vi que a gente teve essa preocupação de colocar isso
5330 no art. 8º que tá lá pra frente, o problema é que a gente quando vê a legislação,
5331 simplesmente tô indo e voltando, que é o seguinte, eu só vou fazer uso, esse uso
5332 que seja adequado ambientalmente, se eu atendo simultaneamente os três
5333 requisitos técnicos, que são, na verdade, esse redução de alto atividade de
5334 vetores, densidade de patógenos e também a questão dos metais. Só que a
5335 questão dos metais não tava aqui. Então, por isso que a gente criticou, na época,
5336 esse art. 3. Assim, não basta, não basta isso. Você tem que atender os três
5337 critérios simultaneamente, que a gente jogou no 8º. Então, por isso que a gente tá
5338 indo nesses vai e volta, tá lá na frente, mas depois aqui a gente entende que o
5339 375 comeu uma parte, deveria ter colocado mais explicitamente. Então, é só
5340 nesse sentido, assim, que talvez a gente tentou concertar um erro e acabou
5341 criando outro erro.

5342

5343

5344 **O SR. LUIZ ERNESTO BORGES DE MOURÃO SÁ (PROAM)** – Mas talvez possa
5345 colocar uma menção ao art. 8º. Art. 8º que você falou, não é isso? Que depois
5346 quando a gente passar lá e combinar, ou traz pra cá, ou faz alguma menção de
5347 modo que as coisas...

5348

5349

5350 **A SR^a. ZILDA MARIA FARIA VELOSO** – Coloca um comentário, então, depois do
5351 terceiro, verificar em conjunto com o art. 8º. Coloca um comentário. No terceiro.

5352

5353

5354 **O SR. LUIZ ERNESTO BORGES DE MOURÃO SÁ (PROAM)** – Pode-se criar
5355 uma solução mais inteligente, legislação que...

5356

5357

5358 **A SR^a. ZILDA MARIA FARIA VELOSO** – Verificar a redação do art. 8º.

5359

5360

5361 *(Intervenção fora do microfone. Inaudível!).*

5362

5363

5364 **A SR^a. ZILDA MARIA FARIA VELOSO** – Aí a gente checa uma coisa com a
5365 outra. Não tem problema.

5366

5367

5368 **O SR. MARCELO MIKI (CT de Tratamento de Esgoto)** – Eu queria falar mais
5369 uma coisa. Agora eu fiquei meio confuso também, é que quando, bom, foi falado
5370 assim, que a gente fala do que se aplica, mas a gente tá falando que não se
5371 aplica. Mas eu não sei se a gente... Eu tô meio confuso.

5372

5373

5374 **A SR^a. ZILDA MARIA FARIA VELOSO** – Não. Você pode falar, que a gente eu
5375 acho que... O que nós queremos... O Mourão quis dizer e eu também, (...) o que
5376 ele falou, porque assim, num primeiro momento a gente só viu os não se aplica,
5377 não viu exatamente o quê que se aplica. Então, pode ser que depois a gente jogue
5378 esse artigo pra depois do escopo da aplicação, você diga... Normalmente a gente
5379 diz o quê que ele aplica, quais são os procedimentos, você vai ter que fazer isso,
5380 isso, isso e isso, aí depois você vai dizer, essa Resolução não se aplica a isso,
5381 isso e isso. Por enquanto vamos deixar ele aqui, mas talvez como técnica
5382 redacional a gente joga esse art. 3º, 4º, sei lá o quê que é, para depois dos
5383 critérios e procedimentos. Pra não ficar uma coisa, uma coisa assim, sem noção.
5384 Cinco pras cinco. Podemos finalizar. Eu acho que nós adiantamos bastante o
5385 texto. Então, fica o lembrete de que encaminhemos alguma outra sugestão, os
5386 contatos de pessoas importantes, independentemente... Aqueles que
5387 necessitarem de um convite, por gentileza sinalizem, que forem de fora,
5388 necessitarem, professores, técnicos de outros órgãos, a gente, o CONAMA tem
5389 condições de mandar esse convite. E ficamos aí agendados pro o finalzinho de
5390 junho, 28 e 29, vai ser a nossa próxima reunião. Vou agradecer a todos. Diga
5391 Dona Célia.

5392

5393

5394 **A SR^a. CÉLIA REGINA RENNÓ – TITULAR (Abes)** – Agradecer a todos vocês a
5395 colaboração, o objetivo nosso era esse, é construir e a gente se põe, coloca a
5396 disposição a ABES como entidade pra discutir esses assuntos.

5397

5398

5399 **A SR^a. ZILDA MARIA FARIA VELOSO** – Eu digo o seguinte, ó, quando eu li o
5400 texto já me coçou aquelas coisas que eu tenho vontade de corrigir, mas é tique de
5401 quem trabalha no CONAMA há muito tempo, mas eu digo assim, não, nesse
5402 momento não é o momento, é o momento só de avaliar se tem perna pra ir pra
5403 uma revisão. Então, eu me segurei, que assim, é a vontade que a gente tem no
5404 início, tique de dizer assim, ah, vamos corrigir, vamos botar aqui, esse texto fica
5405 melhor assim. Então, vamos. Mas eu acho que esse trabalho é construtivo, é
5406 muito positivo. E parabenizar aí a ABES pela iniciativa de ter uma proposta. Como
5407 ela vai chegar até o final? SDS. Né? Só Deus sabe. Né? SDS. Mas agradeço a

5408 todos, foi uma ótima reunião. Aqueles que não são daqui que tenham um bom
5409 retorno e até a próxima.

5410

5411

5412 *(Intervenção fora do microfone. Inaudível!).*

5413

5414

5415 **A SR^a. ZILDA MARIA FARIA VELOSO** – Ah, que bom. Conseguimos a 814 pra
5416 todas aquelas datas. É mais amplo, é mais confortável, no 8º andar.